

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo tem-se como objetivo analisar as formas de organização social dos professores da rede pública estadual do Paraná em sua entidade de representação sindical – Associação dos Professores do Paraná, APP-Sindicato¹ no período de 1989 a 2006 e seu relacionamento com os demais movimentos operários e sociais no Estado. O recorte do estudo dá-se no âmbito da totalidade histórico-social do capitalismo brasileiro e os fundamentos da educação, da organização do trabalho e do movimento sindical. Observa-se que o atual estágio da formação social representa a forma mais elevada da organização da economia burguesa. Percebe-se uma estrutura político-jurídica contraditória na sua totalidade: de um lado, os donos dos meios de produção, cujo monopólio do capital nada mais é do que a materialização da dominação de classes e da exploração do trabalho. De outro, os trabalhadores, que têm apenas o trabalho como moeda de troca na sociedade regida pela lógica da mercadoria.

A história da constituição do Estado brasileiro, ou seja, a forma de exercício do poder das classes dirigentes está relacionada com a luta de classe e com a opressão e a dominação de classes desde a sua origem, marcada por uma relação de cumplicidade entre as classes dominantes nativas e os sistemas de dominação externa². Esse processo de opressão e dominação sobre o povo brasileiro compreende várias etapas, passando do período colonial à chamada “independência” monárquica, na qual foram mantidas as relações de trabalho escravo, até a fase republicana, em que os privilégios das classes exploradoras também foram mantidos, permanecendo as forças produtivas do país sob controle das velhas classes dirigentes do Estado brasileiro, em cumplicidade com os agentes colonialistas/imperialistas do velho e do novo tipo. O país permaneceu, assim, subordinado a um tipo de divisão internacional do trabalho em que esteve

¹ Fundada em abril de 1947, atualmente tem 29 núcleos. Tem 57.000 professores na base. Segundo a secretaria de organização da APP-Sindicato (em 24/05/07) existem 63.322 professores no Estado que compõem a base da entidade; mais 54.366 das redes municipais de ensino. Desse total existem aproximadamente 50.000 filiados nessa data, sendo que há uma oscilação todos os meses para mais ou para menos. Os funcionários de escolas, incluindo técnicos administrativos e serviços gerais são 20.089. Desse montante, são 7.158 sindicalizados até o presente momento. (APP-SINDICATO, 2007)

² A compreensão sobre as formas de dominação externa do nosso país tem por base as formulações desenvolvidas por PRADO JUNIOR (1999), principalmente a partir da categoria “sentido da colonização”, por LÊNIN (1982), sobre a natureza do imperialismo como “partilha do mundo”, e por CHESNAIS (1996), que enfoca a “mundialização do capital”, como forma de hegemonia internacional dos sistemas de monopólios.

inicialmente dependente de portugueses, depois, de ingleses e, ao longo do século XX, sob a tutela do imperialismo estadunidense.

Os ajustes que as classes dominantes nativas adaptaram, sobretudo as classes dos latifundiários que transformaram o sistema de produção agrícola sob a égida das realções de mercado e da grande burguesia urbana, que estiveram em conformidade com a lógica da subordinação aos interesses da dominação externa. No entanto, não se deram sem resistências e sem a coragem do povo trabalhador oprimido que, quando se fez necessário, até verteu o sangue pela libertação dessas formas de dominação. Assim foram as guerras quilombolas, produzidas pelas classes escravocratas para manter o regime de escravidão no país, como a de Palmares, quilombo fundado em 1580 e exterminado pelas forças escravistas do Estado brasileiro em 1695. Assim foi também a Guerra de Canudos, comunidade fundada em 1893 e exterminada em 1897 pelas “expedições” das forças armadas do Estado “republicano” brasileiro. O extermínio dessas comunidades garantia os interesses dos “coronéis” da terra e do poder local no sistema latifundiário. Dessa maneira, não sofreriam qualquer ameaça por parte dos camponeses que se organizassem naquela comunidade. Essas duas guerras são testemunhos históricos que demonstram os massacres humanos perpetrados pelas classes dominantes contra o povo brasileiro, que nunca se acovardou na luta pelos seus direitos. São registros históricos que derrubam a tese da “cordialidade” e da “harmonia” entre exploradores e explorados vinculada na grande mídia se traduz em propaganda com a finalidade de promover a passividade dos explorados nas relações de trabalho frente aos exploradores representantes do capital.

Com o crescente processo de industrialização e fortalecimento da burguesia vivido no Brasil, no início do século XX e, sob o influxo dos movimentos revolucionários nos países de capitalismo mais avançado, o jovem movimento operário brasileiro, que se originou da incipiente classe operária, vai produzir importantes lutas classistas, destacando-se a greve geral de 1917 (LOPES, 1986). Esses movimentos têm, inicialmente, inspiração predominantemente anarquista e, posteriormente, passam a ser influenciados pelo Partido Comunista do Brasil – PCB, fundado em 1922, sob influência da Revolução Bolchevique de 1917, na União Soviética. As lutas operárias são marcadas por avanços e recuos até a década de 1930, quando o Estado brasileiro assume para si o papel de controlador e legislador

das formas de organização sindical no país, visando “conciliar” os interesses de classes entre o capital e o trabalho. Assim, em 1934, sob o signo do populismo de Vargas, nasceu a chamada Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, contribuindo para que Vargas recebesse a fama ideológica de “pai dos pobres”, como tentativa de as classes dominantes esconderem a exploração do trabalho e anular a resistência da classe operária. Essa tentativa de controle e dominação do movimento operário tornou-se mais explícita três anos depois de criada a CLT, com o chamado “Estado Novo”, de cunho fascista, instalado no país em 1937.

Do ponto de vista das suas estruturas legais, constata-se que o sindicalismo brasileiro carrega em sua origem um rígido sistema de controle burocrático e autoritário, engendrado pelas classes dominantes, aliadas ao imperialismo. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, até o golpe militar de 1964, verificam-se importantes contradições entre as formas de organização sindical institucionalizadas pelo Estado, sua vinculação ao chamado “trabalhismo”, de origem populista, e as principais organizações de movimentos classistas dos trabalhadores no campo e na cidade. Esses movimentos, no entanto, não prosperaram, em função da situação fascista e de repressão aos movimentos sociais, estabelecidas a partir do golpe militar de 1964. O velho Estado brasileiro, sob a gerência da ditadura militar, reprimiu de modo violento as manifestações dos movimentos sociais, perseguindo, torturando e matando importantes líderes do movimento operário. Ao final da década de 70 e início dos anos 80, a falência do tipo de gerenciamento militar tornou-se evidente, passando novamente o comando do Estado para um civil, José Sarney, ex-líder da ARENA, “partido” criado por militares de extrema direita vinculados ao capital internacional, para cumprir os seus objetivos no “Congresso Nacional”. Essa passagem do gerenciamento militar para o civil deu-se por meio de acordos entre as classes dominantes, associadas aos processos de cooptação de segmentos traidores dos ideais do movimento operário, que passaram a colaborar direta ou indiretamente como oposição sindical, dentro das instituições criadas pelo velho Estado e não classista.

Sob o governo José Sarney, após grande parte das lideranças operárias terem sido pereceguidas e algumas até sendo abatidas pelos militares, outras foram corrompidas, para a conciliação de classes e traição do movimento operário. Era essa a situação na qual se encontravam as organizações sindicais quando foi

promulgada a Constituição Federal de 1988. Nesse último período, que vai de 1988 até 2006, está situado o intervalo da realização desta pesquisa.

As questões investigadas têm como objetivo colaborar no entendimento da forma de como se organizam os trabalhadores da educação do Estado do Paraná, enquanto categoria profissional e corporativa, em seu sindicato, como travam suas lutas, bem como de que modo esses trabalhadores se posicionam em face das contradições de classes em nossa sociedade. Com base nos materiais de divulgação e pedagógicos, escritos e registrados pela entidade, analisou-se a situação de como esses trabalhadores compreendem sua representatividade diante da sociedade e das lutas de classes, do aparelho do Estado e dos governos; como eles entendem a correlação de força entre o capital e o trabalho. Analisou-se o relacionamento e identidade de classe desses trabalhadores junto aos demais trabalhadores que vivem do próprio trabalho. A análise sobre a noção empregada pelos trabalhadores da educação tomou por base as categorias clássicas do materialismo histórico, que atribuem ao proletariado a tarefa histórica de libertar o trabalho da opressão do capital. E ainda, a noção de libertar-se enquanto classe oprimida e emancipar toda a humanidade das contradições que marcam a organização do movimento sindical no âmbito do capitalismo brasileiro e das relações de poder (hegemonia) que pairam sobre a sociedade brasileira. Por fim, analisou-se a forma de como a entidade sindical dos trabalhadores da educação estabelece suas relações com os demais movimentos sociais da classe trabalhadora.

Ao tomar o materialismo histórico e dialético como referencial teórico para esta análise, partiu-se do princípio que a expansão da escola e da educação brasileira não pode ser vista isoladamente, sem a compreensão do tipo de relação que o país estabeleceu com o capitalismo na esfera mundial, bem como com as contradições internas das classes sociais. Trata-se de uma expansão escolar do tipo desigual, contraditória e classista: uma educação para “formar” trabalhadores e outra para “formar” dirigentes. Deixar de tomar a educação sob essa perspectiva implica torná-la um fetiche, descaracterizando a opressão e a dominação de classes e encobrindo as desigualdades sociais. O desenvolvimento dessa análise possibilita a verdadeira demonstração da natureza do Estado como instrumento de dominação

utilizado pelas classes dominantes para “conciliar” os oprimidos diante de seus opressores.

Partindo desse entendimento, este estudo tem como objetivo analisar as concepções sindicais e as teorias sobre a organização do Estado e das contradições de classes, que orientam a organização e a luta dos trabalhadores na educação da rede pública do Estado do Paraná, a partir da análise do conteúdo dos documentos publicados pela APP-Sindicato. O estudo cobrirá as ações políticas desenvolvidas pela entidade no período de 1989 a 2006.

Para o desenvolvimento do trabalho adotou-se a concepção científica do método materialista histórico que concebe o Estado burguês como uma organização política do próprio capital. Segundo Marx, “o capital é o poder social concentrado, enquanto o proletariado dispõe unicamente da força de trabalho”. O poder social, portanto, concentrado no capital, é a própria organização política do Estado (MARX *Apud* LOSOVSKY, 1989, p. 6).

Esta investigação baseia-se em estudos bibliográficos e na análise documental (BARDIN, 1977) e (CHIZZOTTI, 2000). Os documentos examinados foram produzidos pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado do Paraná – APP-Sindicato – sendo os seguintes: O jornal *30 de Agosto*, publicação periódica, editado no período 1989-2006; a *Página da Educação*, publicada semanalmente sob a responsabilidade da entidade, nos jornais *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná*; e o *Caderno Pedagógico*, que publicam as decisões dos congressos, conferências e outros fóruns realizados dentro do período pesquisado.

O jornal *30 de Agosto* e a *Página da Educação* são materiais de divulgação dos fatos conjunturais e com objetivos de formação, informação e mobilização; e o *Caderno Pedagógico* traz os conteúdos que explicitam a concepção de mundo, de Estado e de educação, revelando traços da epistemologia do próprio movimento dos trabalhadores da educação. No jornal *30 de Agosto* e *Página da Educação* encontram-se, portanto, a concepção sindical, as estratégias e táticas de mobilizações, enquanto que os fundamentos ligados às teorias do conhecimento, à concepção de educação, de Estado, dentre outros, encontram-se no *Caderno Pedagógico*.

Os procedimentos de investigação desta pesquisa obedecem aos critérios de categorização dos conteúdos dos documentos investigados, como foi definido por

BARDIN (1977). A análise dos conteúdos deu-se à luz das categorias teóricas, classicamente constituídas na esfera do materialismo histórico e dialético, oferecem aportes para os procedimentos, tanto da investigação quanto da análise. Considera-se que as categorias de conteúdos são extraídas da empiria, enquanto as categorias de análise decorrem do corpo do referencial teórico empregado no desenvolvimento do trabalho, sendo que nem estas últimas engessam aquelas, como também as primeiras não podem ser vistas por si, sem um referencial teórico explicitamente definido.

O contexto histórico em que a pesquisa foi realizada caracterizou-se pela continuidade das disputas políticas travadas em torno do reordenamento jurídico do Estado brasileiro, com base nos processos constituintes, para estabelecer os princípios para a elaboração da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto estava a disputa jurídica pela ampliação – enquanto reforma institucional de um tipo de sindicalismo de Estado – dos direitos da organização sindical.

Dentro desse contexto, na base social dos trabalhadores da educação do Estado do Paraná, como fica evidenciada ao longo do trabalho, foram verificadas contradições internas entre duas principais correntes: os segmentos de base classista, que pretendiam a construção da unidade da classe trabalhadora nas suas lutas políticas e não somente econômicas, e os segmentos com perfil conservador, ou neoconservador, de inspiração social-democrata, reformistas e institucionalizados, submissos à ordem vigente.

A corrente, ou segmento conservador, caracteriza-se pelo fato de que seus membros não se identificavam como “trabalhadores”, invocando para si o *status* de “intelectuais”. Essa manifestação é decorrente da natureza da divisão técnica do trabalho, cuja ideologia, no capitalismo, contrapõe trabalho material a trabalho imaterial. Essa ideologia causa um efeito danoso por ocultar as mazelas da divisão social do trabalho, fazendo com que grande parte dos trabalhadores que desenvolvem trabalho “imaterial”, dentre eles os trabalhadores da cultura e da educação, denominados intelectuais, sofram um processo de infantilização, não permitindo que compreendam que o seu trabalho também é alienado pelo capital.

Os estudos dos documentos revelaram que, a julgar pelo caráter eclético na definição dos objetivos, do conteúdo das lutas políticas e das reivindicações firmadas pela entidade dos trabalhadores na educação do Paraná, o segmento de

nuança conservador, tem sido predominantemente hegemônico. A tendência desse movimento hegemônico é limitar-se às reivindicações de caráter meramente econômico e de cunho corporativista, impedindo a percepção das suas condições de trabalhadores na esfera da totalidade social. Reduz, portanto, a situação dos trabalhadores da educação a um caráter reprodutivista das relações sociais, restringindo o potencial transformador que a educação pode oferecer contra as injustiças sociais.

Segundo LUKÁCS, “a dialética materialista é uma dialética revolucionária” (1989, p. 16). Foi com essa base teórica que se examinou a concepção que orienta as ações reivindicatórias dos trabalhadores em educação do Estado do Paraná. Essa base teórica demonstra consistência para analisar os conteúdos das reivindicações, associando o geral ao particular, ou seja, as questões imediatas aos objetivos históricos da classe trabalhadora.

A reivindicação restrita às questões econômicas para os trabalhadores perante a burguesia caracteriza-se na afirmação da ordem social vigente. Traduz um processo de organização de uma categoria de trabalhadores no interior da divisão social do trabalho, dirigida para legitimar e manter a opressão e alienação do trabalho. O modo burguês de ser, produzido pelo desenvolvimento do capitalismo, faz com que os trabalhadores reivindiquem do sistema condições semelhantes às da vida burguesa. O fato do Estado burguês não atender aos interesses imediatos faz com que, pelo menos, uma parte dos educadores perceba a incapacidade da realização humana no modo de produção capitalista, colocando a necessidade da ruptura com o sistema, o que implica na necessidade da superação dos instrumentos de legitimação da situação hierárquica na divisão do trabalho e da constituição de instrumentos do novo tipo, pautado pelos fundamentos da luta de classe. Esse é o principal desafio que se coloca para os educadores que têm o compromisso com a emancipação humana.

Sendo o trabalho a atividade produtiva por excelência da existência humana e, a política, a expressão do poder e dos interesses contraditórios das classes sociais, o seu estudo é condição fundamental para explicitar as contradições existentes no interior das organizações dos próprios trabalhadores.

Da mesma forma, torna-se necessário uma melhor compreensão da natureza do Estado, suas relações com as classes sociais, principalmente a burguesia que

representa o capital. Isso, no caso do Estado brasileiro, no que diz respeito à participação nas formas de acumulação de riquezas e capitais através da exploração do trabalho.

Assim como o Estado não pode ser estudado fora da sua expressão material, a consciência, a cultura e a moral também estão intimamente ligadas à base material da produção da vida. Pela concepção materialista da história, a forma da organização do pensamento é o produto da atividade humana intimamente ligada ao modo de produção. As estruturas econômicas são as organizações históricas, resultado das próprias necessidades da humanidade. Ou seja,

os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias, etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX e ENGELS, 1999, p. 36-37).

O processo de vida real que, no modo de produção capitalista, implica a mercadorização da força de trabalho e a sua divisão social, tem na burguesia a classe que exerce o controle dos meios de produção e, em conseqüência, também se constitui na classe dominante da sociedade, com poderes capazes de também produzirem uma consciência de cunho dominador. Nesse sentido MARX e ENGELS afirmaram: “A idéia (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes: isto é, a classe dominante, que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (1999, p. 72).

Essa foi a referência teórica adotada no desenvolvimento deste trabalho para a compreensão do processo histórico da formação do proletariado, suas organizações e as relações com o projeto político e ideológico de superação do modelo da economia capitalista.

Nessa investigação procuram-se compreender as possíveis contradições entre o projeto burguês do Estado, a sociedade, a educação e os movimentos dos trabalhadores da educação do Paraná.

Foi realizado um estudo das categorias de classes sociais, movimentos sociais, segundo o materialismo histórico, analisando a epistemologia do movimento operário e sindical brasileiro na sua constituição histórica para situar as contradições que expressam as concepções políticas e ideológicas dos trabalhadores na educação do Estado do Paraná.

Sobre a concepção sindical, na perspectiva da luta de classes, Marx e Engels afirmam que, “os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento” (1961, p. 46). Para os mesmos autores, a era burguesa é a era do antagonismo de classes, “a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (*Ibid.*, p. 22).

Partindo dessas referências, torna-se necessário esclarecer qual é a concepção de movimentos sociais. A esse respeito verifica-se que, na atualidade, quaisquer organizações políticas com objetivos específicos são reconhecidas como movimentos sociais. Essas organizações, no entanto, representam a própria essência da estrutura econômica vigente e não vão além dos reclamos da exclusão da lógica da concorrência do próprio sistema, pelas dificuldades de associar os objetivos imediatos resultados das conquistas econômicas aos interesses históricos e mais gerais da classe trabalhadora pela superação da estrutura capitalista. Ou seja, são movimentos que exigem os benefícios da classe burguesa para os membros do proletariado. Em princípio não há problema lutar pelas conquistas imediatas, o problema está em acretar que se resolve a situação da classe operária nos marcos do sistema capitalista. Nesses movimentos sociais fazem-se muitos esforços, porém, sem uma direção histórica definida. É o caso dos anarquistas, que lutam contra a sociedade burguesa, mas exigem os benefícios da própria burguesia.

Enquanto classe social a pequena burguesia encontra-se nessa contradição: sonha ascender à grande burguesia, necessitando, porém, do proletariado como aliado político para acumular força social e econômica e para atingir seus objetivos.

Nessa categoria enfileiram-se os economistas, os filantropos, os humanitários, os que se ocupam em melhorar a sorte da classe operária, os organizadores de beneficências, os protetores dos animais, os fundadores das sociedades de temperança, enfim os reformadores de gabinete de toda categoria. Chegou-se até a elaborar esse socialismo burguês em sistemas completos. (*Ibid.*, p. 43).

Nessas condições encontra-se a pequena burguesia desprovida de identidade própria, mas que tem seu grande objetivo centrado na acumulação de capital e, enquanto integrante de classe social, vive das oportunidades fortuitas das circunstâncias do desenvolvimento econômico. Nessas condições, aparecem na

política os “oportunistas de plantão”, grande parte deles popularmente chamados de “classe média” (a pequena burguesia). E, como dizia LUKÁCS (1989, p. 20), “os oportunistas nunca se dão conta de que é próprio da essência do capitalismo produzir os fenômenos desta maneira”. Com a mesma ilusão reproduzida pela ideologia burguesa, reproduz-se também a idéia de que o Estado representa os interesses gerais da sociedade civil, mistificando, assim, as contradições de classes. De acordo com essa ideologia, o Estado é concebido como uma instância neutra, por onde são conciliados os interesses das classes sociais.

De acordo com essa concepção, as classes sociais “deixam de existir” enquanto materialização das contradições sociais. Os caminhos para a riqueza também são mistificados e o Estado passa a ser visto como o garantidor dos interesses universais.

Quando os movimentos sociais reivindicam a condição burguesa para o proletariado, não compreendem as relações contraditórias entre o capital e o trabalho. Revelam também não ter clareza de sua condição de identidade de classe, nem de sua missão histórica. Deixa transparecer que compreendem o mundo como expressão dos fenômenos localizados sem as contradições das lutas de classes, sem a noção de totalidade histórica. Neste sentido, os fatos geram inquietação nos trabalhadores filiados à APP-Sindicato, que lutam para a unificação do proletariado tendo em vista a superação do capitalismo. Segundo BARDIN, “afastar os perigos da compreensão espontânea” (1977, p. 28) dos fatos que geram inquietação é necessário para aqueles que lutam para unificação da classe com objetivo de superar o capitalismo.

A noção de movimentos sociais, empregada na realização deste trabalho, parte da análise das lutas de classes, da totalidade histórica e das relações com o poder (hegemonia), com as causas do proletariado em geral, tanto nas suas lutas específicas quanto no seu projeto de libertação. Nega, portanto, o conteúdo do discurso burguês que busca confundir o proletariado apenas com reivindicações específicas. Um dos exemplos dos denominados “movimentos sociais” enaltecidos pela ideologia burguesa que tem aparecido na virada do século XX para o XXI são as chamadas “organizações não-governamentais” (ONG’s). Essas organizações, da forma que vem sendo conduzidas, na verdade, são instrumentos de manutenção da ordem e deveriam ser denominadas governamentais, pois nada mais representam

do que extensão do Estado, atuando na conservação das estruturas econômicas e sociais, a favor da dominação burguesa. Sobre a ideologia burguesa no interior dos movimentos sociais, Marx e Engels expressam bem o nocivo fenômeno que a pequena burguesia representa aos trabalhadores, quando limitam as lutas às reivindicações da condição burguesa para o proletariado:

Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem fatalmente. Querem a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionam e a dissolvem. Querem a burguesia sem o proletariado. Como é natural, a burguesia concebe o mundo em que domina como o melhor dos mundos. O socialismo burguês elabora em um sistema mais ou menos completo essa concepção consoladora. Quando convida o proletariado a realizar esses sistemas e entrar na nova Jerusalém, no fundo o que pretende é induzi-lo a manter-se na sociedade atual, desembaraçando-se, porém, do ódio que ele vota a essa sociedade. (MARX e ENGELS, 1961, p. 43).

De acordo com a ideologia burguesa, o Estado é a organização política de um povo, dentro de um território, com suas próprias leis de relações internas (nacional) e externas (internacional). Nessa concepção, o Estado é a organização da sociedade civil, ou, dito de outra forma, é uma associação entre os cidadãos que têm interesses comuns, podendo entrar em contradição apenas com o inimigo externo, ou seja, com o estrangeiro. Segundo essa concepção, o governo representa o conjunto dos interesses da sociedade, sem contradição. Visto por esse ângulo, não existem classes sociais nem interesses contraditórios e se não há classes sociais, ou seja, se há uma única classe, também não há interesses contraditórios. Somente a concepção materialista histórica desvela as contradições de interesses de classes e revela a verdadeira natureza de classe do Estado liberal burguês, ou seja, o poder da burguesia sobre os trabalhadores.

A ideologia burguesa busca reforçar a idéia de que o capitalismo é eterno, apresentando-o como detentor de leis gerais no desenvolvimento da humanidade e transformando a especificidade das sociedades de classes em generalidades. Contudo, isso não passa de um mito que visa a manutenção da sociedade de classes. Entretanto, contraditoriamente, segundo essa concepção, as leis gerais são tomadas como particulares e as regras particulares da moralidade humana são vistas como leis gerais. Ou seja, as necessidades naturais e históricas estão em todos os seres humanos. No entanto, o Estado burguês as trata como interesses privados, uma vez que a liberdade, enquanto condição essencial da vida humana, fica subsumida à esfera das necessidades. Por outro lado, os fundamentos do direito

da propriedade privada aparecem formalmente como direito universal. Na justiça porém, o acesso é extemamente restrito.

Essa confusão teórica serve aos interesses da reprodução social e, na medida em que os educadores (trabalhadores da educação) não se põem a desvendá-la, colaboram para manter a educação voltada para os interesses das classes dominantes. A totalidade, assim, torna-se uma idéia e não a realidade contraditória. Quando se trata dos problemas do Estado há sempre uma tendência em concentrar a culpa nos governos, sem compreender que o sistema de governo está subsumido ao sistema de poder (Estado) das classes hegemônicas e do modo de produção da vida social. Essa é uma idéia anárquica, criticada por Marx àqueles que reivindicam e reclamam da burguesia a condição burguesa também para o proletariado. Em outras palavras, querem um Estado burguês sem proletários, como diz Marx e Engels sobre o socialismo pequeno burguês.

No desenvolvimento deste trabalho demonstrar-se-ão as regras gerais das relações do ser humano com a natureza; as leis gerais das relações de exploração que deram origem às leis do Estado e da “sociedade civil”; a formação ideológica e as instituições que sustentam a ideologia dominante; os interesses antagônicos nas relações de produção no capitalismo: de um lado a necessidade insaciável da produção econômica e acúmulo de capital, e, de outro lado, a luta pela vida, pela existência ante um Estado em que a propriedade privada dos meios de produção tem prioridade diante da própria vida.

O desenvolvimento da pesquisa e da análise que compõem este trabalho ampara-se no princípio de que o ser social determina, em última instância, a consciência; que é a forma como os trabalhadores se organizam para lutar por seus direitos, no caso em estudo, como os trabalhadores na educação se organizam e que concepção eles têm do conteúdo do seu trabalho: a educação. Como afirmam Marx e Engels:

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparece aqui como emanção direta de seu comportamento material. (MARX e ENGELS, 1999, p. 36).

Nesse sentido a vida material reproduz a vida espiritual e ideológica dos indivíduos. São as condições materiais de vida que possibilitam as concepções ideológicas, a carência material reflete na vida espiritual e ideológica. A falta dos

bens necessários para a existência humana é o passo inicial para a degeneração física e a decadência moral. Neste sentido não há como separar a coisa produzida (educação) do sujeito que a produz (educador). Analisando o processo de alienação do trabalho no capitalismo, Marx afirma que:

O objecto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objecto, que se transformou em coisa física, é a *objectivação* do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objectivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a objectivação como *perda e servidão do objecto*, a apropriação como *alienação*. (grifos do autor) (MARX, 1993, p. 159).

Trata-se, portanto, de libertar o sentido do trabalho educativo e o seu papel histórico na perspectiva da libertação humana. Contudo, isso não será obra nem da burguesia nem do Estado. Só os trabalhadores organizados enquanto classe para si – proletariado – e não como categoria corporativa, como quer a organização sindical ditada pelo Estado, poderão tornar a educação um “para si humano”, rompendo com a lógica instrumental e amestradora que a burguesia a condicionou.

Essa compreensão de educação exige dos trabalhadores clareza quanto às formas de poder das classes – Estado – e os limites delas face às ações em todos os aspectos de suas vidas.

A esse respeito, o método dialético permite compreender que a forma de produção da existência humana está diretamente ligada ao modelo político de organização do Estado. O estágio de desenvolvimento das forças produtivas está diretamente relacionado com a forma de organização política, social e econômica. As formas de organização impulsionadas pelas necessidades materiais produzem novas necessidades e como um desdobramento lógico, também os hábitos, os costumes e a cultura. Assim sendo, a forma de pensar está contida na realidade objetiva. Ela é manifestação cultural que expressa o modo de produção da existência da vida material dentro de uma totalidade objetiva. Para Lukács,

o método dialético em Marx tem por objetivo o conhecimento da sociedade como totalidade. Ao passo que a ciência burguesa atribui, seja por realismo ingênuo, uma <realidade>, seja, de forma <crítica>, uma autonomia às abstrações – necessárias e úteis do ponto de vista metodológico e ciências particulares – que resultam, por um lado, da separação de fato dos objetos da pesquisa, e, por outro lado, da divisão do trabalho e a especialização científica, o marxismo, esse, supera estas separações elevando-as e reduzindo-as à condição de momento dialético. O isolamento – por abstração dos elementos – tanto de um domínio de pesquisa como de grupos particulares de problemas ou de conceitos no interior de um domínio de pesquisa é seguramente inevitável. O que continua, no entanto, a ser

decisivo, é saber se este isolamento é apenas um meio para o conhecimento do todo, quer dizer, se se integra sempre num justo contexto de conjunto que pressupõe e exige, ou se o conhecimento – abstrato – do domínio parcial isolado conserva a sua <autonomia>, permanece uma finalidade para si. Para o marxismo não há, pois, uma última análise, ciência jurídica, economia política, história, etc., autônomas; há somente uma ciência, histórica e dialética, única e unitária, do desenvolvimento da sociedade como totalidade (grifos do autor) (1989, p. 42).

A compreensão da existência das classes sociais não pressupõe, necessariamente, a compreensão das contradições de classes. Somente a partir dos estudos da sociedade capitalista, Marx e Engels chegaram à conclusão que “a história da humanidade tem sido a história das lutas de classes”, e que os interesses da burguesia são antagônicos aos interesses do proletariado. Contudo, diante dos interesses econômicos, a mistificação dos interesses têm sido constante nas organizações de trabalhadores, principalmente quando há um segmento com pretensões políticas no sentido de ascender a cargos ofertados pela burguesia. Assim, para atingir os objetivos deste estudo torna-se necessária uma análise mais apurada dos conceitos de classe e de consciência de classe. Nesse sentido, Santos contribui com esta análise, demonstrando que:

é conhecida a distinção que Marx estabeleceu entre classe em si e classe para si. Contudo, esta distinção de sabor hegeliano pode ser causa de muitas confusões. A separação analítica entre as classes como relações objetivas ao nível das relações de produção e consciência dessas relações devem ser explicadas com o máximo de rigor. (SANTOS, 1987, p. 30).

Analisando a relação dos movimentos sociais com a educação do Estado do Paraná, percebe-se que entre os trabalhadores da educação ainda não há uma identificação majoritária com os movimentos sociais classistas de base operária. Isso porque a maioria dos trabalhadores da educação, a julgar pelos documentos analisados neste trabalho, ainda se limitam a reivindicar da burguesia a condição burguesa para os trabalhadores, sem compreender a verdadeira essência do caráter da educação na sociedade de classes e a necessidade da libertação das forças produtivas do controle do capital e da destruição dos meios da exploração e do poder da burguesia que tem no Estado um dos mais importantes aliados da dominação.

Esta pesquisa busca desvelar as compreensões desenvolvidas pelo movimento dos trabalhadores da educação do Estado do Paraná representado pela APP-Sindicato, no período do ano 1989 a 2006, nas suas relações com o Estado e

com o movimento operário no conjunto da classe trabalhadora. O estudo foi realizado dentro da concepção classista apoiada nos fundamentos do materialismo histórico. Conforme essa concepção, no modo de produção capitalista há, fundamentalmente, duas classes sociais: a burguesia, dona dos meios de produção, e o proletariado, que tem apenas a força de trabalho. Associadas a essas há as frações de classes como, por exemplo, a pequena burguesia, que assume o papel de classe intermediária. Outros segmentos sociais são derivações, mas que estão diretamente ligados a uma dessas classes sociais, que são consideradas fundamentais em função das posições que ocupam nas relações econômicas, que conseqüentemente, tem uma posição social diante do Estado e da sociedade.

Esta atitude de <<vigilância crítica>>, exige o rodeio metodológico e o emprego de <<técnicas de ruptura>> e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objeto de análise. É ainda dizer não <<à leitura simples do real>>, sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o caráter provisório de hipóteses (grifos do autor) (BARDIN, 1977, p. 28).

Em se tratando de uma pesquisa sobre concepção sindical, verificou-se diante dos fatos registrados nas publicações da entidade, a falta de compromisso da direção da APP-Sindicato com o projeto histórico do proletariado para a superação do regime de exploração operado pela lógica da mercadoria do modo de produção capitalista. A especificidade deste objeto de pesquisa teria, num primeiro momento, o risco de cair na subjetividade sem a rigorosidade do método materialista histórico e da dialética. Mas, nesta pesquisa está definido o objeto e os objetivos a serem atingidos, assim como os meios e instrumentos a serem investigados. “A *escolha dos documentos* a serem submetidos à análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objetivos* e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (grifos do autor) (BARDIN, 1977, p. 95).

Pesquisar se houve ou não o compromisso com a classe trabalhadora, com o proletariado e com a emancipação humana de acordo com o materialismo histórico, pelas forças políticas que estiveram na direção da APP-Sindicato, constitui, portanto, o problema central deste estudo.

A estrutura deste trabalho está dividida em dois capítulos. O primeiro trata do movimento operário e Estado no Brasil e compõe o corpo teórico da constituição histórica do objeto investigado. Está formado por cinco partes, compreendendo os

seguintes temas: história e concepção do movimento sindical brasileiro; a história do movimento operário e o sindicalismo no Brasil; as principais correntes do sindicalismo no Brasil; a oficialização/institucionalização do sindicalismo brasileiro (o sindicalismo de Estado); e, movimento sindical e a ditadura militar.

O segundo capítulo apresenta os resultados e as análises da pesquisa empírica envolvendo uma síntese da constituição histórica da entidade até 1988, ano em que se obteve o “direito” legal de sindicalização dos servidores públicos com a promulgação da Constituição Federal do Brasil. Decorrente dessa definição constitucional, a APP – Associação dos Professores do Paraná – e passou da condição de “Associação” para “Sindicato”. O capítulo está composto por quatro partes: a primeira aborda uma síntese da história da entidade até 1988; a segunda examina as características da organização e as principais lutas políticas e reivindicativas da entidade dos trabalhadores da educação do Paraná no período de 1989 a 2006. A terceira parte analisa as categorias contidas nos documentos sobre a sua organização e as suas lutas no período de 1989 a 2006, tomando por base as reivindicações da entidade frente aos governos-gerentes do Estado do Paraná, a partir de três eixos: o conteúdo econômico, o conteúdo político e a concepção de educação. Na quarta são examinadas as contradições que marcam a luta de linhas entre as diversas correntes, grupos e forças que atuam na disputa política no interior da categoria.

Nas Considerações Finais são sintetizadas as análises, apresentando as principais conclusões e contribuições que o estudo propiciou, bem como são apontados outros temas para possíveis investigações futuras, surgidos em face do desenvolvimento do trabalho.

1. MOVIMENTO OPERÁRIO E ESTADO NO BRASIL

O proletariado, por ter apenas a força de trabalho como mercadoria, é a classe que está em contradição direta com a burguesia. Pela sua condição social, tem o compromisso histórico de se organizar e lutar pela superação das relações de exploração do capital sobre o trabalho. Esse seria o momento histórico, a passagem de uma consciência de si a uma consciência para si. A análise das classes sociais, segundo o materialismo histórico, se dá pelas relações econômicas, mas isso “só apareceu em toda sua pureza com o advento do capitalismo” (LUKÁCS, 1974, p. 30). Por isso, é necessário compreender as relações econômicas por se tratar de condições essenciais nos fundamentos conceituais das classes sociais no modo de produção capitalista.

Os interesses da burguesia entram em contradição com a produção da existência humana, porque se resumem nos interesses econômicos. A existência humana se torna, desse modo, subsumida à lógica da mercadoria. Por isso, a partir do momento em que a burguesia se tornou a classe dominante econômica, social e politicamente, a sua ideologia também se tornou igualmente dominante, sendo que na dominação da burguesia ocorre a primazia da dominação econômica sobre as outras esferas da dominação. A partir desse processo histórico todos os movimentos da sociedade passaram a girar sob a mediação das suas relações com o comércio e com os processos de acumulação capitalista. Nesse sentido, as relações políticas e sociais estão relacionadas ideologicamente, enquanto processo contraditório, aos interesses econômicos da burguesia, que domina o modo de produção capitalista, como bem afirmou Lukács:

Agora a luta social se reflete em uma luta ideológica para a consciência, a revelação ou a dissimulação do caráter de classe da sociedade. Mas a possibilidade dessa luta já anuncia as contradições dialéticas, a dissolução interna da pura sociedade de classes (LUKÁCS, 1974, p. 30).

Para esse mesmo autor, “a burguesia e o proletariado são as únicas classes puras da sociedade” (*Ibid.*, p. 31). Restaria, portanto, encontrar o lugar, ou dito de outra forma, encontrar a condição social e política dos educadores do Paraná, bem como encontrar as posições tomadas pela sua entidade no interior do modo de

produção capitalista e o seu posicionamento político em relação ao movimento operário.

O encontro dessas posições poderia esclarecer o tipo de relação que a representação sindical estabelece com as posições atribuídas para os sindicatos pela camada burocrata a serviço da burguesia, que assume o papel de seus “prepostos” na gerência do aparelho de Estado. Isso levando em acolhimento que, diante da divisão social do trabalho no modo de produção capitalista, o educador é considerado pela ideologia burguesa, uma classe superior aos operários e até mesmo ao conjunto da classe trabalhadora.

Antes da consolidação do modo de produção capitalista, os conceitos de classes utilizados desde a Antigüidade, principalmente nos clássicos, Aristóteles e Platão, as classes sociais eram entendidas como classe alta, média e baixa. A classe alta, para identificar os ricos; a classe baixa, para identificar os escravos e trabalhadores pobres; classe média, para identificar os semi-autônomos, aqueles que não eram escravos, mas que também não eram ricos e, portanto, não participavam organicamente da política como classe dominante. O modo de produção capitalista alterou as relações de produção e substituiu também as classes sociais, simplificando as relações de exploração.

As duas classes principais que determinam as relações de produção – burgueses e proletários - são simples de compreender, mas há uma confusão na pequena burguesia, que não tem lugar definido e também não ocupa uma posição social estável nas relações de produção e, na maioria das vezes, é entendida como classe média. Esta pesquisa tem a finalidade de desvelar a posição social dos educadores como funcionários do Estado que, em muitos casos são identificados como classe média. É sobre isso que vamos nos ater. De acordo com Gurvitch:

Os pequenos empreendedores e os intelectuais bem remunerados (advogados, médicos, professores³, artistas, etc.), que formam as camadas inferiores da classe burguesa, permanecem firmemente ligados a ela sem mostrar tendência a se integrar nas classes médias⁴ e, por maior razão, na classe operária (GURVITCH, 1974, p. 103).

³ A remuneração das atividades profissionais, na sociedade de mercado, é condicionada pela lei da oferta e da procura. E, no caso específico dos educadores do Paraná, os movimentos sociais, as lutas dos professores que resultou em greves etc., sempre estiveram relacionados às buscas de melhores salários, remuneração e proventos.

⁴ Essa situação expressa a contradição e a crise de setores de intelectuais que não são donos dos meios de produção, mas não se admitem proletários. Não são pequenos burgueses porque dependem do salário. São os tecnoburocratas, exercem atividades intelectuais em favor da máquina do Estado, e por isso são chamados de classe média, mas pelo conceito clássico do materialismo histórico, é a pequena burguesia, porque não tem identidade própria.

Os tecnocratas ou tecnoburocratas são funcionários essenciais e necessários para o bom funcionamento do Estado burguês, mas esse também não é o caso dos professores, por ser uma categoria que, praticamente, não participam do funcionamento da máquina estatal, embora tenham uma função privilegiada no que diz respeito à preparação da consciência da população.

Tomando como princípio a classes sociais de origem desses profissionais liberais: advogados, médicos, engenheiros etc., uma parte significativa são favorecidos pela estrutura econômica de seus familiares antes mesmo da escolha de sua profissão. Embora haja toda uma publicidade para produzir a idéia da liberdade de escolha, sabe-se que é preciso estar em condições sociais privilegiadas para poder escolher, e, principalmente o assalariado que está na condição do trabalho alienado, a regra geral é que ele não condições de escolher uma profissão de acordo com seus interesses. Quem depende exclusivamente do trabalho para viver não tem liberdade e nem condições para a escolha de uma profissão que exige dedicação exclusiva no estudo, para tornar-se um profissional liberal. Esses profissionais liberais pertencem à pequena burguesia e exercem uma função de reprodução da ideologia burguesa, funcionando como elo entre a burguesia e o proletariado.

Os trabalhadores da educação – educadores – embora em condições sociais diferenciadas, teoricamente exercem uma função semelhante à reprodução da ideologia burguesa. Mas, no sentido prático da reprodução da ideologia burguesa, estão em condições privilegiadas, por se tratar de função específica responsável pela seleção de conteúdos que está diretamente ligada aos interesses de classes. Nesse sentido, sua função “está em *confundir o estado efetivo de consciência psicológica dos proletários com a consciência de classe do proletário*” (LUKÁCS, 1974, p. 51). Nessa situação aparece o dilema entre a realidade e a consciência. A realidade de um indivíduo assalariado, em contradição com a consciência produzida pelo relacionamento e meio social em que vive. Aqui reside a contradição entre o ser social e a consciência social. Uma consciência que está de acordo com a ideologia burguesa, mas nas condições materiais e objetivos, semelhante ao proletariado.

Enquanto essa consciência não existe, a crise mantém-se permanente, retorna o ponto de partida, repete a situação, até que, enfim, após infinitos sofrimentos e terríveis desvios, a lição de coisas da história remata o

processo de consciência do proletariado e repõe em suas mãos a direção da história (*Ibid.*, p. 54).

A consciência burguesa reproduzida pela pequena burguesia numa situação econômica contraditória, sem as condições materiais para a realização de seus desejos, adquiridos pelos meios sociais em que vivem, produz uma situação desconfortável para essas individualidades que não têm um lugar social determinado. “Trata-se somente de saber quanto ainda deve sofrer antes de alcançar a maturidade ideológica, o conhecimento correto de sua situação de classe e a consciência de classe” (*Id.*). Como indivíduos, aparentemente isolados, se transformam em colaboradores da burguesia e traidores de sua própria classe porque não conseguem ver a possibilidade da realização de seus desejos quando estão alinhados aos interesses da classe operária e, por isso, associam-se aos interesses da burguesia em busca de seus objetivos imediatos.

O modo de produção capitalista se caracteriza pelo direito à propriedade privada dos meios de produção. Por meio desse direito realiza-se o sistema de exploração da burguesia sobre o proletariado. Nesse sentido, a superação do sistema de exploração só será possível indo à raiz do problema, que se resume na superação do modo de produção capitalista numa luta sem trégua do proletariado contra seus opressores. Aqui está o verdadeiro sentido da luta de classes. Mas essa luta de classes tem uma única finalidade: a superação da sociedade de classe. Por se tratar de uma luta violenta contra o capital, a pequena burguesia exerce a função de amortecer o processo de superação das relações de exploração.

Essa prática, num primeiro momento, não é voluntária, somente no momento da crise aguda do capitalismo é que a pequena burguesia é obrigada a fazer sua opção. Nesse momento, os problemas se revelam através dos salários, mas não são percebidos como fenômeno das crises cíclicas do capitalismo. Enquanto essa situação não se revela, “o proletário, unicamente por sua existência, é a crítica, a negação dessas formas de existência” (*Id.*). Enquanto o modo de produção para acumulação se apresenta como perfeito, os oportunistas de plantão continuam tirando proveito usando o argumento da competência.

O capitalismo, na sua essência, é um sistema de produção contra a existência humana. É a concentração do capital a qualquer custo. “Essas formas de existências são a inumanidade e a reificação” (*Id.*). Assim, enquanto não se explicitar as

contradições no modo de produção capitalista, as atividades políticas que se configuram como traição para sua própria classe não se revela ao público e parece natural. Por isso as relações de colaboração das lideranças com os opressores que representam o capital também se configuram como normal. A luta de classe se resume nas lutas políticas para algumas lideranças ascender cargos de confiança ou eletivos na estrutura do Estado para contribuir com a manutenção das relações de exploração. Somente quando a totalidade do sistema entra em crise é que aparecem os reflexos para a pequena burguesia, especialmente no momento em que recebem seus salários e proventos. Nesse momento a vida material dessas lideranças que vivem na ilusão de ascensão social começa a sofrer as conseqüências porque não consegue manter sua condição pequena burguesa. Nessas condições, torna-se aliada do proletariado.

Mas até que a crise do capitalismo não chegue ao seu termo, até que o próprio proletariado consiga revelar completamente essa crise, tendo atingido a verdadeira consciência de classe, ele é simples crítica da reificação e, enquanto tal, não se eleva, senão negativamente, por cima do que nega. Quando a crítica não supera a simples negação de uma parte, quando, pelo menos, não *tende* (grifos do autor) para a totalidade, nesse caso ela não pode superar o que nega, como mostra, por exemplo, o caráter pequeno-burguês dos *sindicalistas* (grifo nosso). Essa simples crítica, essa crítica feita do ponto de vista do capitalismo, se manifesta de maneira mais frisante na separação dos diferentes setores da luta (LUKÁCS, 1974, p. 54-55).

A crise do capitalismo não se manifesta na situação de miséria da classe trabalhadora, ela se manifesta na superprodução e na falta de consumidores. Enquanto essa situação não se torna explícita, setores da pequena burguesia estão livres para aproveitar todas as oportunidades que o capitalismo oferece. Neste sentido somente o proletariado, pela natureza das relações de produção forma a antítese do modo de produção capitalista. Uma crítica do ponto de vista imediato tende a reproduzir o sistema, por ser reflexo dos fenômenos imediatos e específicos que não expressam a totalidade das relações de produção. Nessas condições, o proletariado ainda não assumiu a condição de classe para si. HOBBSAWM (2005, p. 34), ao tratar das classes sociais, diz: “a classe e a consciência de classe são inseparáveis”. Portanto, segundo esses fundamentos, ser proletário é viver na condição de explorado, mas não de classe revolucionária. Acrescenta ainda que “uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal”. Portanto, no

momento que o proletariado descobre sua tarefa histórica ele deve assumir seu papel de condutor do processo de superação do sistema de exploração.

Em relação aos diferentes ramos da produção, pela lógica da concorrência do capitalismo, aparecem as disputas entre os vários setores do próprio modo da produção. Assim, nos diferentes ramos da produção está a divisão social do trabalho e por este motivo, parte do proletariado e parte da pequena burguesia, lutam apenas por seus interesses imediatos, tornando-se assim aliados da burguesia que representa o capital. Enquanto permanecer essa confusão na consciência dos trabalhadores que vivem do trabalho alienado, as classes sociais desaparecem pela fragmentação e pelos interesses individuais, específicos e imediatos. Por isso Hobsbawm faz a distinção entre a história da classe operária e a história do movimento operário. A existência da classe operária não significa a existência do movimento operário. Confundir classe operária com movimento operário significaria cultuar a classe operária como naturalmente revolucionária. Mas, na realidade, o movimento operário exerce um papel histórico no interior da classe trabalhadora e do proletariado e só faz o enfrentamento pelas contradições econômicas por exigência da ganância do capital. Cultuar a classe operária como revolucionária é uma tendência, segundo Hobsbawm, dos observadores da academia, que não estão ligados diretamente ao movimento operário, e que tendem a atribuir uma consciência revolucionária para o proletariado sem analisar as condições objetivas para a superação da consciência burguesa.

Mas se devemos considerar o movimento operário no cenário das lutas de classe, em uma relação bilateral, ou no cenário mais amplo da história nacional, não podemos tratá-los como se atuasse isoladamente. Em resumo a história clássica do movimento operário tendeu a produzir uma versão esotérica da história (HOBBSAWM, 1979, p. 18).

Essa falsa representação, essa confusão teórica entre operário, movimentos operários e proletários, traz dois riscos: o primeiro está explícito na confusão dos conceitos, pelo fato de confundir o “ser operário” com a “consciência proletária”; o segundo risco dessa confusão decorre da distorção do fato de atribuir apenas aos operários a tarefa de revolucionar o modo de produção. Com essa confusão, a unidade do proletariado, conforme pensavam Marx e Engels, ficaria totalmente em segundo plano e os objetivos históricos da superação do capitalismo teriam sido abandonados, ou desconsiderados, se é que em algum momento teriam sido

considerados. Como tratar a questão dos desafios sobre a unificação dos vários setores do proletariado, enquanto tarefa histórica para superação da exploração do capital sobre o trabalho, na perspectiva da emancipação humana?

Entre as contradições do modo de produção capitalista, a principal delas é o fato de extrair o máximo da produtividade do ser humano e por outro lado concentrar o máximo da riqueza nas mãos da burguesia. Assim, o produtor da riqueza fica desprovido de seu produto e sem as condições materiais de vida. Para romper com essa lógica, somente com uma força política do conjunto do proletariado organizado, como força política superior à força do opressor, isto é, dos donos do capital. Mas como a burguesia é minoria em quantidade, precisa encontrar aliados nas fileiras do proletariado e da pequena burguesia para continuar como classe dominante. Para isso precisa destruir a possibilidade da unidade de classe entre os trabalhadores. Assim, quando a pequena burguesia, entre ela os funcionários do Estado, colocam-se na posição política de aliada do capital, está contribuindo para atrasar o processo de superação desse sistema de exploração e atuando contra os interesses do proletariado.

Os pacifistas e os humanistas das lutas de classes que, voluntária ou involuntariamente, trabalham para amortecer esse processo por si mesmo já tão longo, doloroso e sujeito a tantas crises, ficariam horrorizados se compreendessem quantos sofrimentos impõem ao proletariado, ao prolongar essa lição de coisas. (LUKÁCS, 1974, p. 54).

Do ponto de vista teórico da realidade materializada entre os operários, que são trabalhadores da indústria, e os intelectuais, que na sua maioria são do setor de serviços, o desafio seria encontrar um ponto comum que unificasse os interesses de classe do proletariado. Mas, para isso seria necessário compreender-se como classe. Quando setores da classe trabalhadora assumem a posição de pequeno-burguês, o desafio do proletariado seria encontrar as contradições entre o ponto de divergências e convergências, com objetivo de encontrar um ponto comum para unificação das lutas. As divergências se apresentam com maior peso sob o ponto de vista teórico, porque estão relacionadas com a consciência de classe. Essas relações sociais acabaram por produzir uma gradação no conjunto dos trabalhadores, petrificando a idéia da superioridade do trabalhador intelectual sobre o manual. “Jamais se deve ignorar a distância que separa o nível de consciência,

mesmo dos operários mais revolucionários, da verdadeira consciência de classe do proletariado” (LUKÁCS, 1974, p. 60).

Essa distância que separa a consciência da realidade ainda é possível de se observar empiricamente nos movimentos sociais ligados aos movimentos operários, que não têm condições objetivas para a unificação das lutas numa perspectiva histórica. “Aqui aparecem não somente as gradações nacionais ou ‘sociais’, como também as gradações na consciência de classe das próprias camadas operárias”. (*ibid.*, p. 57) Isso demonstra que a consciência não é inata no indivíduo, seja ele operário ou do setor de serviço. Não é pelo fato de ser operário ou filho de um operário que o indivíduo terá consciência de classe. “Daí que a separação do econômico e do político seja o caso mais típico e, ao mesmo tempo, o mais importante” (p. 57) Na sua grande maioria se constrói unidades, mas todas com objetivos imediatos, específicos e particulares. Assim, os pontos de divergências sempre predominam e os pontos de convergências não são identificados, dificultando a construção da unidade do proletariado.

É possível a superação do modo de produção capitalista enquanto permanecer essa concepção nos movimentos sociais sem perspectivas classistas? Muito provável que não. Então, a tarefa nessa pesquisa é também a investigação se houve um esforço por parte dos educadores sindicalistas do Estado do Paraná a partir do ano de 1989 para superação dessa visão pequeno-burguês na perspectiva de construir a unidade do proletariado. Tarefa também de verificar se os interesses imediatos e particulares dos trabalhadores se conformam com os objetivos mais gerais do proletariado, de acordo com as necessidades humanas.

No modo de produção capitalista, o planejamento é puramente econômico e nunca se leva em consideração as necessidades humanas. O que é prioritário é sempre a produção de mercadoria, isto é, a produção para o valor de troca e nunca para o valor de uso, neste sentido, o que é válido na organização da produção do conhecimento é encontrar a melhor forma para extrair o máximo de lucro da força de trabalho. Não importam os meios que se utiliza para aumentar o capital, o que importa é o quanto se produz e o lucro que se abstrai da produção através das relações do trabalho alienado. A ruptura com esse modo de produção, para construir um outro modelo baseado na economia planificada, segundo o materialismo histórico, é tarefa do proletariado organizado. O proletariado está aí, com sua

consciência “avançada ou atrasada”. Mas, qual é o grau de organização para unificação do conjunto do proletariado, na perspectiva antagônica ao capital, para construir um novo projeto de sociedade? Que função social exerce os sindicatos no Brasil? De ruptura ou de colaboração de classes?

Conforme SOROKIN (1974, p. 90), “o grosso da classe trabalhadora não tem meios de subsistência, exceto talvez alguma outra insignificante fonte de renda”, mas que não garante sua subsistência. Um outro “traço econômico do proletariado é o fato de não ser ele proprietário dos instrumentos de produção que utiliza” e muito menos, dos meios de produção. Embora essa situação represente uma catástrofe para o proletariado, não haverá possibilidade da superação do modo de produção, mesmo que os interesses sejam contraditórios. Até que houver harmonia entre as classes sociais, a superação do modo de produção não será possível. Enquanto as organizações de representação estiverem atuando no sentido de colaboração com o capital, não haverá possibilidade de ruptura. De acordo com Stavenhagen,

as classes opostas, dominantes e dominadas, não só constituem dois fenômenos sociais distintos, mas também duas facetas do mesmo fenômeno social total. No seio de uma estrutura sócio-econômica determinada, as classes sociais em oposição são ao mesmo tempo classes complementares, porque constituem parte integrante do funcionamento do sistema, e classes antagônicas, porque representam as contradições internas fundamentais do sistema e porque são as formas que levam à transformação (STAVENHAGEN, 1974, p. 153).

São as contradições e antagonismos de classes que levam as classes entrarem em movimento, superando dessa forma o atual estágio do modo de produção e o sistema de exploração. Para aprofundar as contradições de classes seria necessário, primeiro, que o proletariado se reconhecesse como classe para tomar consciência da necessidade da organização; segundo, que as organizações de trabalhadores assumissem uma concepção classista, de acordo com os interesses históricos da humanidade. Essas organizações de trabalhadores deveriam iniciar pelas centrais sindicais, que tratariam dos interesses econômicos, como objetivos imediatos dos trabalhadores, mas sem desconsiderar que a economia de uma nação é acima de tudo um problema político. Os partidos políticos seriam a instância superior da organização da classe trabalhadora com objetivo de unificar o proletariado numa perspectiva político-histórica. Porém, tanto as centrais sindicais como os partidos políticos do Brasil assumiram a tarefa de ajudar a

administrar o capital e contribuir com a burguesia no curso da história para continuar a exploração do proletariado.

A possibilidade da unificação do proletariado terá maior ou menor avanço conforme a lucidez da vanguarda⁵ dos diversos setores da produção e de serviço da classe trabalhadora. Considerando que a consciência de classe não é dada pela natureza do ser proletário, os movimentos sociais encontram forças na medida da possibilidade de encontrar elementos comuns entre os vários movimentos no que diz respeito aos interesses imediatos, mas, de acordo com os objetivos específicos de cada movimento e segmentos sociais. Se as organizações sindicais não se servirem dos problemas imediatos para educar a classe operária, demonstrando as estruturas do modo de produção capitalista, as reivindicações retrocederão na consciência da classe operária. Isto porque, no momento que as reivindicações são atendidas, o movimento deixa de existir e parte da classe operária pode reconhecer no seu opressor o sucesso do movimento e não a força da organização. E, se o movimento não tiver força suficiente para garantir conquistas, poderá acontecer o desânimo em parte dos operários e estes não acreditarão mais nas suas próprias forças, fracionarão e dividirão a classe.

Assim, a unificação do conjunto da classe trabalhadora seria função de um partido político. Porém, segundo a concepção de classe leninista, deveria prevalecer a escola da classe operária. Caso as direções dos vários movimentos sociais da classe trabalhadora não consigam encontrar os elementos comuns que unifiquem o conjunto dos movimentos sociais para transformá-los em força política do proletariado, não haverá avanço na consciência e não haverá possibilidade de superação da estrutura capitalista. Para LÊNIN, (1979, p. 185) é o sindicato a legítima organização dos trabalhadores, que deveria funcionar como a “escola do comunismo”.

Mas o desenvolvimento do proletariado não se realizou e nem podia realizar-se em nenhum país de outra maneira senão por meio dos sindicatos e por sua ação conjunta com o partido da classe operária. A conquista do poder político pelo proletariado representa um progresso gigantesco deste, considerado como classe, e o partido deve consagrar-se mais, de modo novo e não apenas pelos processos antigos, a educar os sindicatos, a dirigi-los, sem esquecer também que estes são e serão durante muito tempo uma necessária “escola de comunismo”, uma escola preparatória dos proletários para a realização de sua ditadura, a associação indispensável dos operários para a passagem gradual da direção de toda a economia do país às mãos da

⁵ Concepção abandonada pelos dirigentes sindicais. Ao invés de vanguarda do proletariado preferem ser retaguarda da burguesia.

classe operária (e não apenas de umas e outras profissões), primeira, e depois, às mãos de todos os trabalhadores.

Pela concepção leninista, os sindicatos e partidos são instrumentos indispensáveis à luta do proletariado. Num primeiro momento seriam os operários os responsáveis para conduzir o processo da luta contra o capital. Sua tarefa, na questão econômica, que representa os interesses imediatas, porém associadas aos fundamentos da política com o compromissos históricos da humanidade. Neste caso, Lenin, em “Que Fazer” a função política dos dirigentes seria o de preparar o proletariado para conduzir o processo e assumir a direção política, educando os por intermédio dos sindicatos e partido da classe operária, para se impor como classe dirigente do País. Mas, no Brasil, os partidos políticos nunca tiveram tais objetivos, e mais que isso; nunca tiveram vinculação com as massas trabalhadoras para além dos momentos eleitorais. Nesse sentido, as organizações partidárias em nada contribuíram para educar o proletariado, e assim, assumir sua função histórica de condutores do processo da superação do capitalismo. O sindicalismo ficou restrito às lutas econômicas imediatas, principalmente depois da era Vargas.

No Brasil, pelo que se percebe através dos registros historiográficos, e no que diz respeito aos sindicatos, constata-se que, num primeiro momento, foi a escola da formação da consciência do proletariado que avançou um pouco, mas, quanto aos partidos políticos, eles nunca conseguiram traçar um planejamento de vinculação direta com as massas para além dos momentos eleitorais.

A preocupação com o comunismo sempre foi no sentido inverso, ou seja, a idéia comunista continua sendo o “fantasma que ronda”, não apenas a “Europa”, mas também o Brasil. Os partidos comunistas no Brasil nunca tiveram uma relação orgânica com o conjunto da classe trabalhadora.

Quanto ao movimento sindical, após a legislação de 1934, conforme se verá a seguir, tornou-se, para os dirigentes, uma profissão de sucesso. Os dirigentes sindicais, na sua maioria, após a década de trinta, quando o movimento sindical foi cooptado pelo Estado, se transformaram numa casta sem vinculação orgânica com os trabalhadores. Os sindicatos e as centrais preocupavam-se com a manutenção dos privilégios que o capitalismo propiciava a uma pequena parcela na qual estão inseridos.

Em relação aos partidos políticos, embora haja vários com siglas que induzem os trabalhadores a uma representação, em grande parte deles, a primeira proposta que se apresenta é para o proletariado abdicar de sua tarefa de organização e transferir a representatividade a indivíduo membro da classe trabalhadora que coloca seu nome à disposição a um cargo eletivo. Essa é a concepção liberal-burguesa, cujo personalismo supera a necessidade da organização de classe. Da mesma forma, as alianças eleitorais não representam organizações ou partidos. São as personalidades que dominam sua fiel clientela. A maioria dos sindicalistas reproduz essa visão atrasada de organização centralizada nas pessoas, impossibilitando a classe trabalhadora de compreender o verdadeiro conteúdo do modo de produção capitalista e as diferenças com uma forma de organização de economia planificada.

1.1 HISTÓRIA E CONCEPÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

O movimento operário no Brasil expressa as contradições da economia, mas para compreendê-lo é necessário, antes de tudo, compreender também a composição das classes sociais que estão ligadas diretamente à estrutura econômica e, conseqüentemente, à política do país. “O primeiro dado a considerar é a natureza periférica, dependente do desenvolvimento industrial: seus traços são determinados pelo processo econômico que se desenrola fora dos limites da economia nacional” (PINHEIRO, 1977, p. 82). A partir desses dados e de uma concepção classista, não há mistério na compreensão da existência dos movimentos sociais, desde que se leve em consideração: as classes sociais existentes e as contradições que existem entre elas. Com essa mesma concepção, diante da dialética das relações entre o poder político e o poder econômico, se encontram os movimentos sociais, nos quais o movimento sindical está inserido, como um estágio da organização do movimento operário.

Entre os movimentos sociais, no conjunto da classe trabalhadora, surgiu, em 1947, a APP. Embora os professores tivessem surgido como parte dos trabalhadores que viviam do salário, não seria possível, naquele momento, avançar em direção a uma organização classista, na concepção Marxista-Leninista de

sindicato. O que eles precisavam no momento era uma organização para reivindicar melhores condições de vida, uma vez que a legislação não permitia a organização de sindicato de servidores públicos, de acordo com a situação política da época. Mas, é possível identificar algumas lutas específicas durante o período em que era Associação, até mesmo durante a Ditadura Militar. Porém, o que interessa neste estudo é como foi ocorrendo a inserção dos educadores do Estado do Paraná no conjunto dos movimentos sociais e operários a partir da sua organização, principalmente depois da ampliação dos direitos sindicais com a promulgação da Carta Magna de outubro de 1988 e com a mudança nos estatutos da Associação para Sindicato, a partir de 1989 até 2006.

Para entender a história da organização dos educadores é preciso que se volte às origens da classe operária brasileira. Estas se relacionam com o fim da escravidão, conforme se percebe nas análises de PINHEIRO (1977, p. 71): “Na mão-de-obra, podem-se observar duas modificações importantes: a abolição da escravatura, em 1888, e a entrada de trabalhadores imigrantes estrangeiros”. Antes mesmo do fim da escravidão, a classe operária surgia gradativamente para substituir a mão-de-obra escrava, mas associada à substituição da economia agrícola e agro-exportadora. Portanto, os movimentos sociais, no Brasil, surgiram antes da existência da classe operária, na luta pela libertação dos escravos e o movimento operário também surgiu antes da libertação dos escravos. “A remuneração do trabalho estrangeiro será feito mesmo antes da abolição do trabalho escravo” (*Id.*). No entanto, o movimento sindical aparece somente no início do século XX, mas expressa o momento de avanço da consciência da classe operária brasileira e, ao mesmo tempo, denuncia as desigualdades sociais e econômicas do país.

As greves expressaram o descontentamento dos operários do setor da economia industrial e, com as reivindicações, denunciaram as condições de vida dos trabalhadores. Porém, nem sempre esses movimentos representavam a organização dos operários. Foi, no entanto, por meio deles que os trabalhadores avançaram para a consciência de galgar um estágio superior, no sentido de construir a unidade do proletariado por meio das organizações sindicais que representassem o conjunto dos interesses do proletariado brasileiro. Esse é o momento em que surge o movimento como necessidade de organização classista para construir a unidade, mas ainda com objetivos quase que puramente econômicos. Na década de vinte do

século XX, no ápice do movimento sindical, surgiu também o movimento dos tenentes ligados à pequena burguesia, mas com objetivos diferentes do movimento operário e com elevado grau de preconceito às reivindicações da classe trabalhadora. Por essa razão não havia possibilidade de unificação dos movimentos sociais.

A não-intervenção das massas populares nas rebeliões militares dos anos vinte e no movimento da Aliança Liberal levou a maior parte dos analistas do período a negligenciar o exame da composição e do papel das massas populares na sociedade brasileira (*Ibid.*, p. 82).

No caso dos tenentes, suas rebeliões tinham caráter político, com objetivos de moralizar o poder. Neste sentido não seria possível uma aliança com o movimento operário que estava mais preocupado com as condições econômicas. Esses interesses, aparentemente imediatos estavam relacionados às condições de vida dos trabalhadores e foi isso que deu o impulso inicial às greves e outras formas de movimento operário. Eram essas as razões de seus movimentos de luta: condições precárias da existência humana, como escassez de alimentos, péssimas condições de moradia e de saúde, locais de trabalho insalubres e perigosos, péssimo salário e jornada de trabalho extensa. Foi essa situação que contribuiu para a unificação da classe trabalhadora no primeiro estágio do sindicalismo brasileiro.

Quando se trata das condições econômicas, elas são imediatamente percebidas porque é a própria existência humana que está em jogo. Nesse sentido, pode-se entender que são as necessidades imediatas que provocam as lutas dos trabalhadores para a conquista do poder econômico e melhores condições de vida. O Estado Burguês, no entanto, representa e é a organização política do poder econômico. Portanto, se o proletariado não acumular também uma força política suficiente por meio dos movimentos sociais, não haverá meios de obter conquistas para a classe operária. São esses fatores que precisam ser compreendidos na história do movimento operário e sindical brasileiro.

1.1.1. Movimento Operário e Sindicalismo no Brasil

O movimento sindical no Brasil teve seu início com a industrialização. O fim da escravidão, da monarquia e da Proclamação da República foram fatos históricos que se expressaram como fenômeno da expansão do capitalismo mundial, assim como o surgimento da burguesia e do proletariado brasileiro. A organização sindical

e os movimentos sociais da classe trabalhadora acompanharam a dinâmica das políticas econômicas e a forma de organização do Estado Brasileiro. A organização operária no Brasil começou com o sindicalismo livre no início do século XX, seguida das mudanças políticas do país, passou pela fase do processo de atrelamento⁶ e colaboração de classes, com avanços e refluxos. Assim o movimento sindical chegou ao século XXI, praticamente adestrados pelo capitalismo, e assumiu definitivamente a fase do sindicalismo propositivo, com uma crítica superficial restrita às condições econômicas dos trabalhadores, sem reflexão teórica e crítica sobre a estrutura do sistema capitalista. No início do século XXI, nesse mesmo contexto surgiu o movimento de educadores que tentava a unificação dos trabalhadores, mas no interior desse mesmo movimento um segundo segmento enveredou por outro caminho, entendendo como necessário ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro inserindo também o movimento sindical nesses objetivos para colaborar com o desenvolvimento da produção industrial e para a economia de mercado. No primeiro momento, segundo Pinheiro,

na Primeira República não serão mais os negros, esses “semoventes” do Código Civil, que trabalharão, mas os imigrantes, cuja especialidade cultural fornecerá às classes dominantes uma referência justificadora ilusória para seu preconceito. Esse aspecto se complicará mais ainda quando os militantes operários estrangeiros tentarão justificar sua luta por doutrinas que recusam o quadro autoritário-repressivo dessa sociedade e ousavam propor reivindicações para melhorar sua condição (PINHEIRO, 1977, p. 98).

A substituição da força de trabalho escravo pela mão-de-obra estrangeira possibilitou aquilo que a burguesia não esperava, ou seja, a mão-de-obra escrava foi rejeitada pela sua desqualificação, e foi aceita a mão-de-obra importada, por ser mais bem qualificada. Contudo, esta trouxe consigo a experiência de lutas e reivindicações. É importante lembrar que a mão-de-obra dos imigrantes europeus era apenas a necessária adaptação ao capitalismo industrial e, nessas relações, o trabalho livre defendido pela burguesia, foi aos poucos perdendo sua razão de ser.

O fim do trabalho escravo trouxe o trabalho assalariado, porém, nas relações entre trabalho e capital, a burguesia se fundamentava nos princípios da liberdade. Esses princípios tinham como finalidade, de um lado, o pagamento do salário por parte da burguesia e, por outro, a obrigação do trabalhar na indústria de

⁶ Organização sindical dependente do poder estatal e com uma vinculação orgânica com a classe patronal.

transformação e produzir sem direito a rebeliões. Isso não foi possível com a chegada dos europeus.

Durante a primeira República no Brasil, as relações de trabalho eram regidas pelo princípio da “liberdade do trabalho”, em nome dos quais as condições de trabalho não podiam ser regulamentadas, a fim de evitar o surgimento de obstáculos ao desenvolvimento da implantação comercial e industrial. A afirmação desse princípio liberal – e de sua proteção pelo aparelho de repressão do Estado – era paralela ao capitalismo industrial nascente (*Id.*).

No primeiro estágio do movimento sindical, a burguesia não percebeu a força da classe operária. De acordo com os princípios liberais para a organização política, a burguesia também defendia esses princípios para o trabalho. Porém, com o desenvolvimento da indústria, o aumento das camadas operárias e a conseqüente concentração urbana, as péssimas condições de vida dos operários, a luta e as greves foram inevitáveis.

De acordo com o desenvolvimento do capitalismo, o sindicalismo no Brasil também passou por várias fases. Para efeitos didáticos, divide-se em quatro períodos: o primeiro começa com a origem da industrialização e se estende até a década de trinta. Esse primeiro momento foi o movimento do sindicalismo livre, isto é, sem a lei que regulamentasse as atividades sindicais, portanto, sem o controle do Estado; o segundo momento foi do sindicalismo atrelado ao Estado, a concepção de sindicato de colaboração de classes para contribuir com o modelo econômico; o terceiro momento foi da ditadura militar, período em que muitos dirigentes sindicais desapareceram e outros foram perseguidos; o quarto momento foi o do reaparecimento das greves e dos movimentos, a saída da ditadura militar e o chamado novo sindicalismo e após a Constituição de 1988, a inserção dos servidores públicos no movimento sindical.

Esse período de lutas por melhores condições de vida, ligado aos movimentos sociais pela reabertura política culminou, finalmente, com o momento que interessa para essa pesquisa, o chamado sindicalismo de resultado ou sindicalismo propositivo⁷ do final da década de 80 e início da década de 90. A disputa por novas formas de organização e estrutura política continuou em curso, e é nessa disputa que está inserida a APP. Esse novo sindicalismo tenta encontrar um

⁷ O Sindicalismo dessa natureza abandona a organização dos trabalhadores e começa apresentar propostas aos representantes do capital. Mesmo sem força suficiente para garantir um poder de negociação.

lugar para os trabalhadores na estrutura do capitalismo sem superar a estrutura capitalista. Há, portanto, uma *identidade* com a reestruturação do sistema produtivo.

A primeira organização dos trabalhadores brasileiros ocorreu no início do século passado, no Primeiro Congresso Operário Brasileiro (I COB), realizado em abril de 1906. A organização sindical foi um passo decisivo no primeiro momento dos movimentos sociais operários. Cada estágio do movimento sindical e da organização operária era uma nova fase na consciência de classe do incipiente operariado brasileiro, com princípios de autonomia, mas, ao mesmo tempo, com as contradições que aparecem no interior do movimento operário. O movimento operário se caracterizou, na sua fase inicial, pela tomada de consciência das relações de exploração pelo trabalho imediato. Os trabalhadores, nesse momento, ainda não tinham um objetivo claro, para além dos interesses particulares.

Se por vezes, os operários se unem para agir em massa compacta, isto não é ainda o resultado de sua própria união, mas da união da burguesia que, para atingir seus próprios fins políticos, é levada a pôr em movimento todo o proletariado, o que ainda pode fazer provisoriamente (MARX e ENGELS, 1961, p. 28).

As necessidades comuns são categorias universais que *identificam* as classes, porque, todos produzem sua existência através do trabalho alienado. Por isso, quando acontece algum movimento no interior da classe operária é porque se observa empiricamente que existe alguma coisa em comum nas relações de exploração dentre as diferentes categorias de trabalhadores, e, nesse caso, surge a possibilidade de rebelião da classe operária. Aqui começa uma *identidade* de classe. Foi isso que aconteceu no Brasil, no início do século passado. Daí surgiu origem do movimento sindical. A burguesia brasileira, pela sua *identidade*, se unia em torno de seus próprios interesses, e, contraditoriamente, ignorava o surgimento da classe operária. “Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela” (*Id.*). Foi isso que aconteceu no Brasil na origem do movimento sindical.

O fim da escravidão no Brasil não ocorreu apenas pela luta e garra dos escravos, foi também por um anseio da burguesia liberal, que tinha o interesse em manter negócios diretamente com países desenvolvidos. Além disso percebeu que os escravos seriam potenciais consumidores das mercadorias oriundas do comércio internacional. A Inglaterra, que foi o berço da Revolução Industrial, foi também o país

que mais lutou pelo fim da escravidão. Não pela piedade ou *identidade* com os escravos, mas porque entendia o trabalho assalariado como possibilidade do surgimento de uma massa de consumidores de seus produtos que deveriam ser importados pelo Brasil. A burguesia brasileira não tinha condições para concorrer com a Inglaterra, mas essa é a lógica da economia de mercado implantada pelo capitalismo mundial, o que significa dizer que havia interesses comuns entre comerciantes brasileiros que precisavam comprar máquinas do comércio inglês e a burguesia inglesa que tinha máquinas para vender. Havia então uma *identidade* de classes entre a insipiente burguesia brasileira e os capitalistas que representavam o já avançado capitalismo Inglês, que lutavam pela expansão do comércio mundial.

A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando para segundo plano as classes legadas pela Idade Média (*Ibid.*, p. 23).

A indústria capitalista não se desenvolveu apenas na Europa, ela chegou também aqui no Brasil, criando as condições objetivas para o desenvolvimento das duas classes sociais clássicas da estrutura burguesa – burgueses, que representam o capital e proletários representante da força de trabalho. As mudanças na política foram resultados do impulso das mudanças na economia. A economia burguesa inicia seu desenvolvimento no interior do próprio sistema feudal. Graças a esse desenvolvimento tornaram-se possíveis as grandes navegações e a chegada do capitalismo na América. No entanto, somente a partir do século XIX os Estados Nacionais na América Latina tomaram a forma necessária para o progresso da economia burguesa. Até então, as riquezas naturais da América Latina eram consideradas riquezas das metrópoles, como no caso específico das relações entre Brasil e Portugal.

Não havia no Brasil as classes sociais legadas pelo feudalismo na Idade Média, mas a família Bragança, que representava o poder político, era herdeira dessa tradição e mantinha os vínculos políticos com Portugal. Por isso, alguns grupos sociais vinculada diretamente à família Bragança reagiram à superação da monarquia e a criação da República. Por outro lado, o movimento Republicano foi uma manifestação da incipiente burguesia brasileira, que não difere da burguesia do resto do mundo. O regime escravocrata dificultava para que esses movimentos

considerasse a existência da classe trabalhadora para os fins políticos a que estava se propondo. Essa mesma burguesia, que se tornou republicana por interesses comerciais, da mesma forma que importava peças e máquinas da Inglaterra para montar suas indústrias, importava também operários da Itália, da Alemanha e da Polônia. Dentre os operários que chegavam ao Brasil, grande parte veio da Europa para fugir da exploração do capital europeu. E, a partir da segunda década do século XX, vieram fugidos da guerra. Chegaram ao Brasil, sonhando com terras para agricultura, porém, as circunstâncias os impeliram a trabalhar nas cidades.

Esses trabalhadores somaram-se aos nativos e mestiços que já estavam no Brasil e aumentaram o coro das reivindicações sociais. Os anseios populares eram caso de polícia, porém, eram ignorados pela burguesia e os problemas sociais eram desconsiderados. Ao mesmo tempo que se ignorava a existência da classe trabalhadora nas questões políticas, contraditoriamente a classe dirigente encarava os problemas sociais como decorrência da organização dos trabalhadores e não como consequência da exploração do trabalho assalariado. Assim, o governo tentava subordinar as organizações operárias para manter o controle (LOPES, 1986, p. 19). Foi nessas condições que os operários brasileiros deram início às primeiras organizações, na tentativa de unificação nacional. Antes do Primeiro COB - Congresso Operário Brasileiro (1906), já havia várias manifestações de resistência contra a exploração, mas eram consideradas insuficientes para a unificação nacional por se tratar de movimentos locais. As lideranças operárias já percebiam a necessidade da organização em todo o país com a capacidade de aglutinar os trabalhadores que estavam sofrendo o mesmo grau de exploração. “A onda de manifestações operárias e o surgimento de associações representativas viriam a culminar, do lado dos trabalhadores, com a realização do I Congresso Operário Brasileiro em 1906” (*Ibid.*, p. 16).

A organização do I COB representou um salto de qualidade na consciência da classe operária. Significou a passagem do estágio voluntarista para uma tomada de consciência na organização e nas tomadas de decisões pelos trabalhadores. Isto porque, nesse momento, os trabalhadores perceberam a necessidade da organização e a passagem de um movimento puramente reivindicatório para a necessidade de análise crítica das formas de organização econômica e política do Estado. Na *identidade* de classe estaria a possibilidade da força política. Mas o

avanço da consciência não aconteceu de forma automática. Esse processo foi ocorrendo de forma dialética nas relações internas e externas. Nas relações internas, os operários brasileiros aprendiam com os operários de origem européia, pois estes não enfrentavam os problemas do analfabetismo. Nas relações externas aflorava o alto grau de exploração do capitalismo e o insaciável desejo de acumulação. Portanto, o I COB aconteceu num momento de uma forte *identidade de classe* e *identificação* dos problemas comuns à classe operária.

As elites econômicas brasileiras reagiram imediatamente contra a participação dos estrangeiros no I COB. Segundo Lopes, desde 1904 tramitava no congresso uma lei dirigida aos estrangeiros, sobretudo contra os anarquistas, cerceando a liberdade de pensamento e impedindo a participação desses militantes na formação de organizações operárias, conforme verifica-se nos artigos seguintes:

Art. 1.º - O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade pública pode ser expulso de parte ou todo o território nacional.

Art. 8.º - O poder executivo fará notificar, em nota oficial, ao estrangeiro que resolver expulsar, os motivos da deliberação, concedendo-lhe o prazo de 30 dias para se retirar, e podendo, como medida de segurança pública, ordenar sua detenção até o momento da partida (LOPES, 1986, p. 16).

É importante observar que, para a burguesia, a ordem pública nesse caso coincide com a ordem econômica. Ou seja, a existência do movimento sindical causaria a desordem em seus negócios. Aqui há uma relação econômica e política entre a incipiente burguesia brasileira e a oligarquia rural. Se os estrangeiros não traziam uma nova perspectiva aos operários, podem permanecer no Brasil, caso contrário, seriam expulsos. Portanto, se os estrangeiros vieram para produzir a mais-valia, poderiam ficar, caso contrário, o Estado os expulsaria. Por essas condições, surge também a necessidade da solidariedade internacional da classe operária, conforme os princípios do Manifesto Comunista. Portanto, a realização do I COB, praticamente definiu os rumos do movimento sindical até 1930. O início do surgimento da classe operária brasileira foi um período fértil de movimentos reivindicatórios, devido às péssimas condições de vida, de salários, de jornada de trabalho e de ausência absoluta de direitos trabalhistas. Foram essas as condições que impulsionaram a organização do I COB, contribuindo para unificar os trabalhadores de todo o país, e ao mesmo tempo, possibilitar condições de resistência ao alto grau de exploração em que vivia a classe operária.

Entre as teses aprovadas nesse congresso está: “empregar todos os esforços para organizar o elemento feminino em sindicatos de resistência, livremente unida aos sindicatos congêneres do elemento masculino, dada a grande participação da mulher na mão-de-obra” (LOPES, 1986, p. 18). No primeiro Congresso Operário Brasileiro decidiu-se também pela criação da Primeira Confederação Operária Brasileira (I COB), inspirado no modelo francês de organização sindical. Decidiu-se ainda pela edição de um jornal operário chamado “*A voz operária*”, com objetivo de difundir a idéia das necessidades de organização dos trabalhadores.

A COB organizou o segundo congresso em 1913, mas entre o período de 1906 e 1913 houve muitos movimentos reivindicatórios e greves que expressavam a situação da incipiente classe operária brasileira. O salto de qualidade na organização dos operários está na concepção de solidariedade expressa nas manifestações. Por exemplo:

“A manifestação contra a lei de mobilização militar” (1908); A manifestação de “intensa solidariedade contra o assassinato de Francisco Ferrer, na Espanha” (1909); A reivindicação de vários sindicatos “contra os castigos corporais” dos marinheiros (1910); E, a organização em “São Paulo, no dia 1º de Maio, uma grande manifestação com as palavras de ordem: ‘Jornada de Trabalho de 8 horas’, movimentos ‘Contra a carestia’ e pelo Reconhecimento das Organizações Sindicais” (LOPES, 1986, p. 19-20).

Esta última reivindicação se aproxima mais dos comunistas, pois a concepção anarquista não reconhece o Estado como seu representante. Então, seria contraditório reivindicar do próprio Estado o reconhecimento dos sindicatos. Dessa maneira, pode-se perceber no início do movimento sindical uma disputa pela hegemonia da direção do próprio movimento operário entre os anarquistas e comunistas. Mas, no interior do movimento, uma terceira corrente vai surgir na seqüência, desta vez com a finalidade de confundir a consciência dos trabalhadores e fragmentar o movimento operário. São os chamados sindicalistas amarelos, oriundos da Igreja Católica, identificada com a classe patronal. A partir desse momento a direção do movimento sindical passa a ser disputada pelas três correntes: pelos anarquistas, pelos comunistas e pelos amarelos.

Na década de vinte, além do movimento operário, surgiu também o movimento dos tenentes, com objetivo totalmente distinto do movimento operário. Se as mudanças na economia aconteciam com velocidade, o processo de corrupção também se instalava nas instituições, tanto dos trabalhadores como nos aparelhos

do Estado. Enquanto o movimento operário lutava pela libertação da classe trabalhadora em geral, os tenentes lutavam pela moralização do Estado. Essas bandeiras distintas impossibilitavam a unidade entre esses dois movimentos, pois os tenentes, sendo de origem pequeno-burguesa, acreditavam no Estado. Contrariamente, o movimento operário via no Estado um opressor. “Uma ilustração dessa dificuldade de aproximação entre o proletariado e as ‘classes médias’ foi a distância mantida entre os movimento dos tenentistas e os movimentos operários, apesar das tentativas feitas para ligar a ação dos dois” (PINHEIRO, 1977, p. 100).

Na sua origem, esses movimentos sociais tinham objetivo de lutar por melhores salários, melhores condições de vida, e para atingir esse objetivo, organizavam-se em sindicatos. Ao mesmo tempo percebiam que o Estado era a principal organização da burguesia e o maior responsável pelas condições degradantes em que vivia o proletariado. Enfim, era perceptível para a classe operária, com exceção daqueles que participavam do sindicalismo amarelo, que o Estado era a organização da Burguesia. Ao passo que os tenentes entendiam que a crise econômica era um problema da corrupção. Entendido dessa forma, o movimento dos tenentes surgiu com a finalidade de moralizar o Estado. Entendiam eles, ao mesmo tempo, que a classe operária e outros movimentos sociais se constituíam em inimigos, logo, unidos à corrupção.

1.1.2. As Principais Correntes do Sindicalismo no Brasil

O anarco-sindicalismo teve origem e influência do francês Josef Proudhon, do alemão Max Stiner (pseudônimo de Gaspar Schmidt) e do russo Miguel Bakunin (Mikail Bakunin). O eixo principal da tese dos anarquistas está fundamentado na liberdade individual e na justiça. É praticamente a crença absoluta na bondade, como atributo ou elemento essencial da natureza humana; bondade e justiça sem instituições coercitivas para regulamentar o relacionamento social entre os indivíduos. De acordo com concepção, não existem classes sociais, e, portanto, também não poderiam existir as contradições de classes. As relações sociais estabelecidas pelos princípios da colaboração são apenas entre indivíduos. Para os anarquistas o Estado, por sua vez, identifica-se a uma instituição com poderes absolutos, arbitrários e coercitivos, como se a existência dessa instituição fosse um ato da vontade dos homens defensores da maldade. Com essa concepção de

mundo não se percebe o desenvolvimento histórico das instituições criadas pelos homens nas suas relações sociais sob a égide das relações de classes, que também se configura como fator histórico da humanidade.

Na década de vinte, o movimento anarquista atuava como vanguarda do movimento operário brasileiro. Segundo Pinheiro,

o que enfraquecia essas ações, além da formulação anarquista incapaz de dar conta da sociedade global, (...) era o quadro dentro do qual elas eram desenvolvidas, fruto das condições de formação do proletariado e que limitava suas possibilidades de atingir a consciência de seus interesses objetivos. A vanguarda operária do período de resistência e dos começos do período de adaptação não levava em conta nas suas reivindicações as condições da etapa de desenvolvimento das relações de produção em que estava situada: não havia análises tentando caracterizar aquela fase efetiva de implantação do capitalismo industrial brasileiro. (PINHEIRO, 1977, p. 96).

Pela forma com que os anarquistas encaminharam suas lutas, ficou a aparência de que eles eram contra todos os demais movimentos e organizações de trabalhadores, sem perceber a existência das classes sociais: contra a burguesia, porque explorava a força de trabalho e, contra os comunistas, porque acreditavam no Estado. Para os comunistas, a concepção anarquista é uma visão ingênua da história, porque a exploração não é um ato da vontade burguesa, mas sim a essência da condição burguesa. Para eles, portanto, a burguesia não explora por maldade, mas pela condição do *ser* burguês. A condição para ser burguês é a exploração do trabalho. Se assim não fosse estaria abdicando de sua existência, e isso não é um ato da vontade pura, da mesma forma que a função de um chefe de Estado burguês é servir a sua classe. Pensar o contrário não passa de uma crença no “Ser” absoluto da bondade universal, como fundamento e atributo da justiça que deve orientar todas as classes: burgueses e proletários, e a maldade, como fundamento e atributo das injustiças que orientam as classes sociais, independentemente das condições econômicas em que estão inseridas.

Mas é preciso reconhecer a contribuição que os anarquistas trouxeram para o movimento operário brasileiro. Embora não conseguindo perceber a exploração sob o ponto de vista da dialética das lutas de classes, no Brasil foram eles os primeiros a questionar as instituições até então imunes às críticas pela população, quase toda oriunda de formação tradicional e religiosa. “Pela primeira vez se levantavam críticas a respeito de instituições que o trabalhador (e outras camadas da sociedade) considerava como entidades ao mesmo tempo naturais e sagradas: a propriedade

privada, o Estado, o parlamento, o exército, a igreja, a família e a educação” (*Ibid.*, 1977, p. 98).

O surgimento dos comunistas se deu, num primeiro momento, pela influência dos Bolcheviques. Mais tarde, pelo PCUS – Partido Comunista da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas. A base do pensamento comunista está no Manifesto Comunista de 1848, porém, fazem-se necessárias algumas considerações sobre os fundamentos desse Manifesto e sobre a realização da I Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1874): a participação dos proudhonianos e bakuninianos na associação; a Comuna de Paris e a Revolução Russa. Embora seja impossível aprofundar cada um desses fatos históricos mencionados, foram eles que influenciaram diretamente a concepção dos Comunistas Brasileiros na sua origem (início da década de XX), com a fundação do PCB, em abril de 1922.

De forma resumida, a origem da concepção dos comunistas encontra-se no Manifesto de 1848, que abstraiu de forma empírica a expansão do capital em nível mundial, percebendo que a exploração do trabalho faz parte da essência da natureza do sistema capitalista a partir do momento que o trabalho tornou-se mercadoria. Portanto, a expansão do comércio mundial é também a expansão da organização da sociedade de mercado e do capitalismo. Assim, no Estado Moderno Burguês foi transformando também as relações humanas em relações comerciais, pela expansão do mercado e comércio mundial. A exploração do trabalho pelo capital não foi uma invenção individual, mas um fator histórico que acompanhou a expansão do capitalismo na organização dos estados nacionais, transformando o trabalho em mercadoria. Esses Estados precisavam encontrar consumidores para seus produtos em todos os cantos do planeta. Por essa razão a América Latina, a África, a Ásia e alguns países da Europa passaram a serem considerados como países de capitalismo periférico ou dependente.

Com a expansão do capitalismo mundial, era necessário a organização do proletariado também ao nível mundial, por isso, conclamava o Manifesto Comunista em sua conclusão: “Proletários do Mundo, uni-vos”. Com o objetivo da unificação para acompanhar o desenvolvimento do capitalismo que se tornou um fenômeno mundial. Anos depois, precisamente 16 anos após a publicação do Manifesto, os trabalhadores da Europa organizavam a I Associação Internacional dos Trabalhadores com objetivo de orientar e subsidiar os trabalhadores de todos os

países para se organizarem em partidos, associações e sindicatos. Contudo, para evitar a influência comunista e anarquista no movimento sindical surgiu o sindicalismo amarelo, atrelado à Igreja Católica, como já mencionamos anteriormente.

A inserção da igreja católica no movimento sindical era uma clara evidência da tática da burguesia para influenciar o pensamento das massas. Ou seja, enquanto o movimento anarquista estava disputando a hegemonia do movimento operário, a burguesia infiltrou seus prepostos no seio do movimento para também entrar nessa disputa e colocar o movimento sindical a serviço dos interesses do capital. Os anarquistas defendiam a liberdade de organização sindical, sem a participação do Estado; os comunistas entendiam que seria necessário que os operários se organizassem em partidos políticos para colocar o Estado em funcionamento, mas ao lado da classe operária; os amarelos defendiam mais solidariedade entre patrões e empregados. Mesmo com as disputas, o que aparecia para o debate, era a situação de exploração em que viviam os operários, sem nenhuma garantia de direitos. Segundo Koval,

o primeiro e mais importante tema era a elaboração da “orientação geral”. Toda a questão resumia-se ao dilema: deve a classe operária “seguir a política de partidarismo” ou sua tarefa é a luta econômica, em forma de greves, de ações diretas? Na solução desta questão o Congresso partiu do princípio de que entre os operários há uma enorme diferença em relação a seus pontos de vista político e religiosos, mas a única coisa que os une “são os interesses econômicos comuns”.⁸ Por isso o Congresso aprovou a resolução sobre a necessidade de organização de “associação de resistência econômica”, ou sindicatos, para a realização de “ações diretas contra o capital” em conjunto. Os sindicatos insistiam em que a principal força não é um partido e sim “o proletariado economicamente organizado e independente de partidos políticos”.⁹ Para isto, na opinião deles era necessário renunciar à luta política, não apresentar qualquer doutrina ideológica, não participar de eleições, isto é, concentrar todas as forças no movimento grevista (KOVAL, 1982, p. 106).

Com esses princípios fica evidente a hegemonia dos anarquistas na primeira fase do movimento sindical em relação aos rumos históricos do movimento operário. Porém, com a inserção dos comunistas e dos amarelos, a partir do segundo Congresso, ocorrido em 1913, essas correntes passaram a disputar a hegemonia do movimento sindical. Às vésperas da primeira Guerra Mundial, o crescimento dos Bolcheviques na Rússia, as decisões da Igreja Católica para inserir-se nos movimentos sociais, por intermédio do Papa Leão XIII, foram fatos internacionais

⁸ Estes são os fundamentos que se encontram no Manifesto Comunista, em 1948. (grifos nossos).

⁹ Nota-se que essa é uma posição dos anarquistas. (grifos nossos).

que influenciaram os rumos do sindicalismo brasileiro e também os rumos que a elite brasileira iria tomar sobre o capital e sobre os movimentos sociais.

Embora houvesse essas três correntes a disputar o movimento sindical, na sua origem, havia a hegemonia dos anarquistas. Pela sua filosofia eles negavam a participação dos trabalhadores na política e no Estado. Enquanto os comunistas propunham mudanças na forma de organização política e econômica - e para isso, achavam necessária a participação da classe operária na política - os amarelos propunham a colaboração entre as classes, em solidariedade cristã, que incluía o bom relacionamento entre patrões e empregados, propondo ainda uma forma justa para o trabalho assalariado. Mas, a confirmação da primeira Guerra Mundial provocada pela Alemanha e a ascensão dos Bolcheviques ao poder na Rússia, em 1917, exigiu uma tomada de decisão por parte da elite brasileira. Enquanto o movimento operário mundial não demonstrava força, a burguesia brasileira se sentia segura. Mas a expansão do capitalismo mundial levou consigo também os movimentos operários, demonstrando força também aqui no Brasil, produzindo a insegurança da burguesia local. Portanto, foi a partir desse momento que eles começaram a se preocupar com o aperfeiçoamento do aparato repressivo do Estado.

As lideranças dos movimentos sociais ainda não conseguiam perceber o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista e, por isso, também não conseguiam fazer com que os movimentos percebessem as lutas para além do caráter da reivindicação imediata. Esse foi o caso do movimento dos tenentes e da Coluna Prestes. “Apesar da invencibilidade militar, a falta de um programa político claro, propondo algo mais que a derrubada de Arthur Bernardes, ia aos poucos minando a moral dos oficiais e soldados” (MORAIS, 1987, p. 11). Os líderes da revolta não esperavam que o movimento tomasse tal dimensão. Aparentemente era uma luta contra a corrupção e contra a ditadura do Presidente Arthur Bernardes. A falta de democracia interna nos quartéis, que não permitia a participação das baixas patentes nas tomadas de decisões naquilo que dizia respeito à política nacional e a concepção utilitarista e belicosa do exército, deu origem às manifestações dos tenentes.

Embora não houvesse condições reais e objetivas para unificação das forças sociais contra o poder central do Estado, todas as precauções foram tomadas pelo

Governo Federal para derrotar os movimentos da década de vinte, pela força ou pelo cansaço. Para os tenentes, num primeiro momento, parecia fácil atingir os objetivos e até conseguir adesão popular, mas quando iniciaram os embates, os rebeldes encontraram duas dificuldades: a primeira relacionada à correlação de forças entre oficiais e rebeldes. Os primeiros eram mais fortes do que imaginavam os tenentes antes do início dos embates. A segunda, que a adesão popular não ocorreu. Isto porque a pobreza e a miséria tinham dimensões materiais maiores que a defesa de uma administração com a participação dos baixos oficiais. Essa miséria só foi percebida quando saíram dos quartéis e por isso ampliaram sua visão sobre a necessidade na participação política.

Esse movimento, contudo, por não ter um projeto político definido, não conseguiu se manter e foi se desintegrando com a entrada de seu principal líder (Luiz Carlos Prestes) na Bolívia. Mas esses dois fatos sociais: o crescimento do movimento sindical e o surgimento do movimento dos tenentes, associado às crises da exportação do café, exigiram novos rumos na política oficial.

Em 1930, Getúlio Vargas assume a presidência da República pela força, uma vez que não conseguiu ganhar pelo voto. Como ele fazia parte da equipe do governo anterior e tinha uma boa formação militar, provavelmente ele já sabia que não ganharia pelo voto. Por isso, a segunda opção também foi preparada pelos segmentos que o apoiavam. Sua missão era colocar o Estado Brasileiro na rota do desenvolvimento, da modernidade, isto é, da industrialização. Os fatos políticos que ocorreram no Brasil para reorganizar o Estado Nacional confirmam as teses do Manifesto Comunista, que assim expressa:

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução torna-se uma questão vital para todas as nações civilizadas, industriais que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam pela sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material à produção intelectual.¹⁰ As criações intelectuais de uma nação

¹⁰ Neste caso surge a necessidade da formação de professores, pesquisadores para responder as novas necessidades demandada pela sociedade industrial. Aqui no Brasil e no Paraná não é diferente do resto do mundo. As leis gerais do capital são as mesmas para todo o planeta.

tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacional tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal. (MARX e ENGELS, 1961, p. 24-25).

A inserção do Estado Brasileiro no progresso mundial para a economia de mercado, conforme foi visto, não foi um ato de vontade da burguesia brasileira; era a condição necessária para expansão do capitalismo mundial. As condições econômicas do Brasil interessavam ao capital internacional: aqui havia matéria prima em abundância e uma população com potencial de consumo das mercadorias do capitalismo central. O café, base da economia agrícola de exportação, começava a ceder à vulnerabilidade do mercado mundial. “A grande crise de 1929, que culminou com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, repercutiu de forma acentuada na nossa economia. Os preços dos produtos agrícolas caíram no mercado internacional. Havia uma superprodução de café e os produtores mantinham os preços, controlando artificialmente o estoque” (LOPES, 1986, p. 40). Portanto, a inserção do país na lógica do capitalismo mundial foi uma condição histórica, um fenômeno mundial, que não dependia apenas da boa vontade da burguesia brasileira, como querem os getulistas. Para realizar as propostas da nova organização de Estado e atender aos interesses da nova elite econômica do país, a proposta política de Vargas apresentava contradições próprias, intrínsecas à natureza do sistema capitalista. Se por um lado o progresso do capitalismo estava se estendendo por todo o planeta, por outro lado a ideologia do nacionalismo imperava no exercício do poder, nos discursos, nos rituais do Estado. Foi praticamente a partir desse momento que o Estado Brasileiro recebeu uma forma mais acabada nos instrumentos de persuasão, coerção e repressão.

1.2 O SINDICALISMO DE ESTADO NO BRASIL

O segundo período do movimento sindical no Brasil teve início na década de trinta, também conhecida como sindicalismo oficial, porque acompanhou a dinâmica das mudanças políticas e econômicas e foi enquadrado dentro das regras normativas da organização política do Estado, que se remodelava em função da economia capitalista que estava surgindo. Não foi difícil para o novo governo

enquadrar o movimento sindical. Embora houvesse muitos movimentos sociais na época, cada movimento lutava por suas reivindicações específicas e não havia habilidade por parte dos dirigentes, ou condições históricas reais para a unificação das forças sociais em favor de um projeto de emancipação do trabalho contra a exploração do capital.

Os instrumentos de persuasão, criados por Getúlio Vargas, tinham a finalidade de inculcar a ideologia do patriotismo e nacionalidade, e, ao mesmo tempo, evitar que os trabalhadores compreendessem a existência das classes sociais e os interesses antagônicos entre elas. Os instrumentos de coerção seriam utilizados num segundo momento como recursos do Estado para evitar quaisquer atos de rebeldias e, ao mesmo tempo, introduzir a idéia de um povo pacífico e ordeiro. Quando esses instrumentos não eram suficientes, a polícia política entrava em ação para reprimir os movimentos. Essas formas de controle foram todas centralizadas pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, que se encarregava de divulgar a pessoa do Presidente Vargas e ao mesmo tempo repassar as informações sobre os movimentos sociais existentes e identificar os movimentos rebeldes do país.

A burguesia industrial brasileira, representada por Vargas, não estava agindo apenas dentro de um território nacional. Na verdade, estava exercendo uma função de aparência revolucionária, mas para o desenvolvimento do próprio capital. Por isso, os representantes da burguesia industrial não têm vergonha de falar da “Revolução de 30”, porque atendeu a seus interesses. Na prática, o Governo Vargas foi o primeiro que assumiu de fato o compromisso com a organização da economia capitalista. A expansão do capitalismo forneceu elementos para a organização do Estado Brasileiro segundo os interesses do capitalismo mundial. Embora já havendo a preocupação no Manifesto Comunista, que alertava sobre o avanço do capitalismo na América, a organização do proletariado mundial era insuficiente para combater as relações de exploração. Portanto, também aqui, desde Vargas: “O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns da burguesia” (MARX e ENGELS, 1961, p. 23). Mesmo sabendo que muitos trabalhadores que vendem a força de trabalho ou até mesmo sua inteligência para o capital - e por isso atuam como seu preposto - é necessário que se reforce essa tese, pois enquanto existir o capitalismo, essa tese é sempre atual.

Para colocar em prática as políticas econômicas, além de redirecionar a educação, foi necessário também intervir diretamente no movimento sindical. Embora encontrasse um movimento sindical bastante dividido, para a garantia do poder e do bom funcionamento do capital, era necessário um aparato de controle e preparo das massas. Entre as medidas consideradas necessárias para manutenção do poder, num primeiro momento, foi a edição de uma lei como aparato de controle das instituições sindicais. Essas medidas foram facilitadas pela divisão em que se encontrava o movimento sindical da época, conforme nos diz Miguel:

As divergências entre anarquistas e comunistas haviam se aprofundado e impediam um trabalho conjunto. Os comunistas lideravam vários sindicatos importantes, mas não conseguiam fazer avançar suas proposta de unidade. Os anarquistas bastante enfraquecidos em relação à hegemonia que haviam exercido até 1920, mantinham ainda alguns sindicatos. Embora dividido e desorganizado, o movimento operário já havia dado mostras de sua capacidade de luta e isso fazia que seus interesses tivessem de ser de alguma forma considerada pelo novo governo e pela coligação de forças que o apoiava: Aliança Liberal (1997, p. 40).

Reorganizar o Estado Brasileiro para a nova tarefa era necessário, mas era impossível ignorar o poder de mobilização e luta da classe operária. “Era preciso atender a algumas reivindicações e encontrar uma forma de controle mais eficiente. Não foi difícil para a habilidade de Getúlio Vargas”. Entre as reivindicações históricas dos trabalhadores estavam: “voto secreto, legislação social, anistia aos presos políticos”. Com a chegada de Vargas à presidência, “O movimento sindical foi “premiado” com uma legislação que perdura até hoje e que inegavelmente consolida algumas conquistas obtidas “de fato” nas mobilizações anteriores, mas que cria condições para um controle governamental bastante eficiente” (grifos do autor) (LOPES, 1986, p. 40).

Por isso, faz sentido a expressão, que se tornou popular, do mineiro Antonio Carlos: “Façamos a revolução antes que o povo faça”. Provavelmente poucas pessoas que faziam parte das massas entenderam a pretensão de Antonio Carlos e o que significava para aquele momento da história do Brasil, mas a idolatria à pessoa do presidente fez com que ele se tornasse “pai dos pobres e mãe dos ricos”. Essa ideologia também expressa a intenção da burguesia nacional em controlar o Estado através de governo que tivesse a capacidade de abstrair e cooptar o sentimento popular, que de fato se tornou um mito na mentalidade do povo brasileiro. Antes de chegar ao cargo de presidente, Vargas acompanhava o

crescimento dos movimentos operários e, como ministro do presidente Washington Luiz, conhecia profundamente os interesses da burguesia paulista. E, pela sua formação militar, sabia também que por meio do voto seria difícil chegar à presidência. Portanto, pela sua escola de origem e como ministro de Estado, teve todas as condições para compreender a estrutura de poder e planejar as formas de sua chegada à presidência. A tentativa do voto, num primeiro momento, provavelmente foi um teste à forma de eleição no país. Ficou comprovado que pelo voto não havia possibilidade, optou pela força para chegar à presidência. Essa foi, talvez, a razão pela qual ele concedeu direito de voto às mulheres e criou a justiça eleitoral.

Nas primeiras medidas do governo já aparece o “prêmio” citado anteriormente por Lopes, tudo com objetivos de cooptar o movimento operário. A reivindicação de reconhecimento das organizações sindicais feitas pelos trabalhadores no início do século, a partir do Estado Novo, passa a ser realidade. A partir da criação do Ministério do Trabalho e do Decreto 19.770, de março de 1931, conhecido como Lei de Sindicalização, o Estado reconhece as instituições de representação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que impõe limites de atuação. Por meio desse decreto passou a controlar o movimento sindical, tratando-o como órgão de colaboração de classes e cooperação com o Estado. Essa forma de organização tem uma aparente neutralidade, mas são concepções positivistas, estruturalistas e funcionalistas, na qual estão contidos todos os interesses dos representantes do capital na forma de organização dos sindicatos. A partir desse momento, o Ministério do Trabalho terá delegados junto às organizações sindicais, a fim de assistir a suas assembléias e examinar trimestralmente a situação financeira dessas organizações:

- Somente os trabalhadores filiados a entidades reconhecidas legalmente pelo Ministério do Trabalho poderão beneficiar-se da legislação social;
- É proibido desenvolver atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos;
- É vetado às organizações sindicais filiarem-se às organizações sindicais de caráter internacional;
- Os servidores públicos não poderão ser sindicalizados;
- Cada entidade deverá possuir no mínimo 30 membros com idade superior a 18 anos, sendo que 2/3 deverão ser brasileiros natos ou naturalizados (*Ibid.*, p. 42).

Com essas medidas, o Estado controlava diretamente o movimento sindical; ao mesmo tempo em que atendia às antigas reivindicações. Mas também impôs

limites para a organização sindical tendo em vista a crescente atuação política do movimento operário.

Cada um dos itens que aparecem na citação anterior tinha um objetivo bem definido: no primeiro momento, tinha a intenção de vigiar as entidades sindicais; no segundo, identificar as possíveis lideranças; e, terceiro, evitar que os trabalhadores pudessem participar de forma organizada na política e chegar ao poder antes que a burguesia industrial consolidasse seu projeto, como aconteceu na Rússia; no quarto, evitar o contato e a solidariedade internacional dos trabalhadores; no quinto, transformar servidores públicos e professores como legítimos servidores do capital industrial e mercantil, transformando-os em sujeitos servís do modelo econômico; e, por último, manter a hegemonia sob o controle de brasileiros que estavam sendo preparados ideologicamente como intelectuais orgânicos para colaborar com a nova forma de organização política para dar suporte ao capital.

Para fazer entender-se como um governo supraclasses, ou um Estado isento dos interesses da burguesia industrial, a legislação sindical atingia também os sindicatos patronais. Assim, o governo mistificava a realidade e reorganizava o Estado sob os interesses patronais. Dessa maneira, o Estado estava sendo organizado como instituição para a defesa dos representantes do capital. Para continuar a ilusão, interveio também na forma de financiamento aos sindicatos, a reversão salarial, uma restituição subtraída do salário dos trabalhadores a partir de um acordo coletivo de trabalho entre sindicato de trabalhadores e patronais. Instituiu também a carteira profissional, a partir de 1932; regulamentou o horário de trabalho para os trabalhadores do comércio, bem como regulamentou o trabalho feminino.

O Ministério do Trabalho tinha como objetivo intervir nos movimentos sindicais, por isso instituiu as leis trabalhistas através da CLT. Criou também o salário mínimo. Com essas medidas o governo produziu a idéia da organização de um Estado supraclasses. Assim, a pessoa do governo Getúlio Vargas tornou-se mais importante que as instituições, e, até maior que o Estado, na medida em que se esperava que a solução dos problemas relacionados à exploração do capital sobre o trabalho se resolvesse através de lideranças fortes e não pelo grau de organização da classe trabalhadora. Dessa maneira a burguesia produziu o seu líder carismático para suprimir a idéia da luta de classes, ao mesmo tempo essa idéia se reproduziu também na classe trabalhadora. Quanto mais se desintegrava o PCB naquele

momento, mais forte era a idéia da necessidade de lideranças. Foi nesse momento histórico que Luiz Carlos Prestes se apresentou como liderança, conforme se verá a seguir.

Aos olhos do público, as leis trabalhistas, que regulamentaram as relações entre o capital e trabalho eram “dídivas” do presidente Vargas. Mas toda essa concepção foi resultado de uma formação ideológica intencional produzida na consciência popular através do DIP, que tinha o claro objetivo de garantir o controle do Estado. O reconhecimento dos sindicatos reivindicado no início do século pelos comunistas, converteu-se em realidade para os moldes do Estado Positivista. Os sindicatos eram instrumentos de colaboração de classe, com a “mediação” do Estado. Quando não havia acordo entre patrões e empregados, o Estado entrava como “mediador” dos interesses, para camuflar as contradições. Com essas medidas o Governo Federal manteve a vigilância e o controle do Estado sobre os sindicatos e outros movimentos sociais que indicavam o descontentamento da classe trabalhadora.

O período que ficou conhecido como “Estado Novo” foi, de um lado, um momento na tentativa de reunificação da burguesia por meio do chamado movimento “integralista”, o qual aglutinava a burguesia reacionária, anti-semita e anticomunista, de outro lado, havia a tentativa da unificação das forças sociais pela ANL – Aliança Nacional Libertadora. Getúlio tentava organizar o território brasileiro para a economia de mercado, objetivando competir com o capitalismo mundial, com apoio do movimento integralista. Ele atacava diretamente os movimentos que suspeitava ter ligação com os comunistas da URSS - União de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Isso foi o que aconteceu em 1935 com a repressão aos movimentos dos tenentes que tentaram tomar o poder, com o ataque aos quartéis. Essa tentativa era tudo o de que Vargas precisava para encontrar um pretexto para se impor como um governo responsável pela ordem. Parecia que Vargas estava apenas esperando o momento adequado para pedir licença à burguesia brasileira e fazer do Estado sua própria imagem. “Era o que Getúlio queria: um golpe de Estado sem que a iniciativa partisse dele” (BASBAUM, 1985, p, 90). O momento foi proporcionado pelos tenentes em 1935, com ataque frustrado aos quartéis, ataque esse a que Vargas chamou de “Intentona Comunista”.

A Constituição aprovada em 1934, que lhe conferia oito anos de mandato em seu primeiro governo, parece que não foi a seu contento. Ele precisava transformar o Estado num instrumento de poder de fato, e, ao que parece, o seu poder político era apenas uma ficção, uma vez que já havia enfrentado as forças paulistas desde o início de seu mandato. Foi a partir dessa Constituição que ele atacou diretamente os movimentos sociais, através do DIP criado especialmente para acompanhar os movimentos sociais, elevar a personalidade da figura do presidente e reforçar a ideologia dominante do patriotismo. No mesmo período criou também o Ministério do Trabalho e o Ministério da Ação Social, este último englobava a saúde e a educação.

Essa relação de oposição com as forças paulistas que estavam em disputa representava segmentos da política econômica local, mas havia também, no lado oposto, o crescente movimento comunista mundial influenciando diretamente no Brasil após Revolução Russa. Assim, com o fracasso das tomadas dos quartéis, Vargas recebeu apoio de uma fração da elite econômica brasileira e promulgou uma nova Constituição em 1937, a qual lhe conferia poderes quase absolutos. Dessa forma ele também manteve o controle sobre os movimentos sociais.

O fracasso do ataque liderado por Prestes aos quartéis em 1935 deve-se, provavelmente, à desconfiança e aos preconceitos que esses militares ainda mantinham com os movimentos operários, desde o movimento dos tenentes de 1922 e da Coluna Prestes em 1924. O grupo liderado por Luiz Carlos Prestes, que tentou tomar o poder, não levou em consideração que também havia movimentos operários. Mesmo que estivesse em refluxo, a possibilidade da tomada do poder só seria possível se aglutinasse todas as forças populares contra o governo de Vargas e as forças integralistas. Afinal era essa a finalidade da ANL, caso contrário não haveria razão da sua existência.

Todavia a ANL, embora criada pelo partido comunista, não era propriamente a execução de uma linha política traçada no exterior, seguindo o esquema internacional das frentes populares, ainda que resultante necessária das próprias condições do país, inteiramente favoráveis, objetiva e subjetivamente á criação de um organismo de frente única, popular (BASBAUM, 1985, p. 71).

O que se percebeu a partir de 1935 foi a desintegração dos movimentos operários e do próprio PCB. Se Getúlio, por um lado, chegou ao governo e concentrou poder graças a sua própria imagem, por outro lado, Carlos Prestes

parece que também pensava que era mais importante que as organizações operárias. “O PCB estava realmente muito debilitado organicamente, em virtude das dissensões internas provocadas pelo movimento de 30 e pela influência do prestismo¹¹ em suas fileiras” (*Id.*).

Que conclusão pode-se tirar do fenômeno “prestismo”?

Primeiro, quando uma liderança cresce mais que a organização é porque está suprimida a concepção das contradições de classes. Assim se reproduz a idéia que a liderança é maior que a organização. Esse fato ficou praticamente comprovado com o crescimento da figura de Luiz Carlos Prestes, apesar da tentativa de unificação dos movimentos através da ANL. Mas, quanto mais se esfacelava o movimento operário, “crescia o prestígio de Prestes” (*Id.*). O próprio Luiz Carlos Prestes acreditava na sua própria pessoa. Ele pensava que bastava começar um movimento tomando uma unidade de um quartel e a população o acompanharia. Esse equívoco histórico se reflete até hoje no movimento sindical.

A personificação de lideranças, como forma de substituir as organizações continua presente nos sindicatos. Mas como este trabalho está focado na análise da APP-Sindicato, 1989-2006, é necessário que se analise também como essa concepção está presente na organização sindical dos educadores do Paraná. Algumas lideranças se apresentam como porta-vozes dos interesses da categoria. Essa concepção causa um prejuízo histórico ao proletariado, na medida em que reproduz um juízo moral sobre o herói, que bem representa os interesses e, ao mesmo tempo, reproduz o temor sobre o enfrentamento entre capital e trabalho. Voltando ao getulismo¹² e à forma de controle do movimento sindical, verifica-se que essa intervenção foi tão eficiente que, somente a partir do final da década de 50, começa ressurgir o movimento sindical, com a explosão da indústria automobilística. Nesse período encerra-se um ciclo do movimento sindical que havia começado em 1930, mas o controle sobre o movimento operário continua, porque o Ministério do Trabalho está presente:

O papel desse Ministério, na história do período que se inicia em 1930, foi dos mais significativos porque ele conseguiu esmagar, no curso de alguns anos, o que havia de mais puro, espontâneo e ao mesmo tempo organizado no movimento operário brasileiro: a vida sindical dos trabalhadores. Com objetivo de insinuar-se no seio da massa trabalhadora e dos sindicatos,

¹¹ Fenômeno popular de culto à personalidade à pessoa de Luiz Carlos Prestes sem levar em consideração o conteúdo filosófico, político e social o qual representava.

¹² Culto à personalidade à pessoa do governo sem levar em consideração à teoria da organização do Estado.

mandou buscar alguns líderes, tais como Joaquim Pimenta, de Pernambuco e Agripino Nazareth, da Bahia, os quais jogando com a confiança que gozavam entre essas massas, conseguiram pelo menos “neutralizá-las” durante algum tempo (BASBAUM, 1985, p. 29-30).

Enquanto os trabalhadores aprendiam nas lutas pelas reivindicações imediatas e com influência dos movimentos operários da Europa, o movimento sindical crescia; mas, a partir do momento que o Estado assumiu a organização da economia, ele direcionou também os rumos do movimento sindical para as relações de colaboração de classe. A influência do populismo durou até a década de 1960, com o golpe militar. A partir desse momento, não só o movimento sindical entrou novamente em refluxo, como também outros movimentos políticos e sociais: o movimento estudantil, os movimentos rurais e até mesmo os movimentos religiosos que caminhavam na contramão da linha política dos militares. Somente a partir do final da década de 70 é que ressurgiram os movimentos operários, e, como referência para o movimento sindical as greves do ABC Paulista. Nesse momento reaparece novamente o movimento sindical.

1.2.1 Movimento Sindical e a Ditadura Militar

A partir de 1964 desaparece novamente o movimento sindical. Os movimentos sociais que apostaram na pessoa de João Goulart ficaram órfãos a partir do golpe militar. Os partidos políticos, na origem do golpe, ainda eram aqueles criados no período do populismo de Vargas. Com o golpe do Estado novo em 1937, desapareceram o PCB e os sindicatos, mas em contrapartida sobreviveram os seguintes partidos: PSD – Partido Social Democrata; UDN - União Democrática Nacional e o PTB.

O PCB foi fundado em 1922, no auge do movimento operário e sindical brasileiro. No final dessa mesma década, porém, mudou-se o foco de ação do Partido Comunista; mirando mais para os tenentes que se configurava como uma organização sem vínculo com a classe operário o partido abdicou dos princípios da organização do operariado brasileiro com vistas à unidade nacional e concentrou as atenções no movimento dos tenentes. Se houvesse uma relação de fato com o movimento operário, a perspectiva sobre os tenentes seria para acumulação de força e não para venerar o personagem Luiz Carlos Prestes. Com a filiação de Prestes ao PCB, ele passou a ser mais valorizado como líder militar do que como

representante do movimento operário. Foi fator que também colaborou com a decadência da organização sindical. Essa concepção contribuiu com Getúlio para que ele se apresentasse como um líder natural de todas as classes sociais através do PTB. As organizações de trabalhadores que promoviam o enfrentamento direto com o capital foram gradativamente substituídas pela via parlamentar: primeiro, pelo PCB, com as eleições de 1946; depois, com o PTB, que passou a agasalhar todos os oportunistas que faziam as críticas ao governo, mas no fundo buscavam um lugar privilegiado na estrutura do Estado.

O Partido Trabalhista reunia os elementos favoráveis a Getúlio e ao *continuismo*, e sua política consistia em organizar e ligar-se às massas trabalhadoras, nas quais se devia apoiar para a política de *continuar no poder*. Seus dirigentes se encontravam principalmente entre os *parvenus* da política, os que haviam enriquecido do Estado Novo e que compreendiam que, cedendo migalhas às massas, poderiam continuar a devorar sossegadamente o grosso do bolo. Surgido por inspiração do próprio Getúlio, foi este logo declarado seu Presidente de Honra (grifos do autor) (BASBAUM, 1985, p. 134).

No período do Golpe Militar de 1964 era João Goulart que estava na presidência, pelo PTB. Goulart era cunhado de Getúlio Vargas e tentava seguir a mesma linha do populismo. Tudo indicava que a organização sindical continuava combatida, apegada à figura de lideranças, sem a preocupação com a organização e a consciência de classe das massas. Sem partido comprometido com a classe trabalhadora e com um movimento sindical fragilizado, não havia possibilidade de resistência ao golpe militar de 1964. O movimento sindical, fragilizado, praticamente havia desaparecido, porque estava incorporado à estrutura do Estado. Houve vários movimentos sociais por lutas específicas, mas a dificuldade estava na unificação desses movimentos, numa perspectiva classista devido ao grau de populismo das lideranças, na época que estavam mais preocupadas em tirar proveito da situação do que unificar as lutas da classe trabalhadora.

A Ditadura Militar aperfeiçoou as formas de perseguição aos trabalhadores. Somente aqueles que compactuavam com os interesses do poder permaneceram na direção dos sindicatos, ou seja, aqueles sindicalistas que faziam do sindicato uma extensão do Estado para fazer assistencialismo com o dinheiro dos próprios trabalhadores: Imposto Sindical, Reversão Salarial e a mensalidade, que geravam as receitas dos sindicatos. No entanto, essa receita era gasta com atividades que deveriam ser do Estado: assistência à saúde, assistência jurídica, educação e

manutenção da estrutura sindical. Os dirigentes que tinham uma visão política para além do sindicato, esses eram perseguidos. No entanto, dentro desses limites e dessas contradições surgiram os movimentos de resistência ao arrocho salarial, à inflação e ao desemprego.

A ganância da burguesia brasileira na década de setenta, que não se contentava com aquilo que estava ganhando e precisava encontrar outras formas de acumulação de capital com apoio do Estado contribuiu para o reaparecimento do movimento sindical, no período da ditadura militar. Como se sabe, a inflação é uma das formas de acumular mais-valia sem a percepção direta da classe trabalhadora. Essa forma de exploração sempre redundava no arrocho salarial. Era isso que estava acontecendo com a maquiagem na economia com suporte técnico do então ministro Antonio Delfim Neto. O arrocho salarial era a forma eficiente de transferência das riquezas produzidas pelo trabalho. Ou seja, a maior parte do capital produzido pela classe operária era transferida para a classe burguesa pelo arrocho salarial. Portanto, o reaparecimento do movimento operário, a partir da década de setenta, está intimamente ligado aos interesses econômicos, conforme o que segue:

Como se sabe, a partir do golpe de 1964 abateu-se uma brutal repressão à classe trabalhadora e suas formas de organização. Apesar disso, os trabalhadores conseguiram, através da resistência e muitas vezes clandestinamente, preservar algumas daquelas formas de organização, bem como criar outras, o que acabou gerando vários movimentos sociais (TUMOLO, 2002, p. 137).

No período da ditadura militar, a organização clandestina era praticamente uma exigência para quem sonhava sobreviver e resistir ao mesmo tempo. Mas não foi da clandestinidade que reapareceram os movimentos sociais. Eles ressurgiram da espontaneidade das massas pela situação econômica que estavam vivendo. O reaparecimento dos movimentos sociais contribuiu para o enfraquecimento dos militares. Enquanto os movimentos sociais ressurgiam com a força das massas, o Estado totalitário tentava encontrar formas para descobrir as lideranças dos movimentos sociais e ao mesmo tempo aumentava a repressão, o que não foi suficiente. O arrocho salarial causado pelas novas formas de acumulação do capital, colocado em prática pelos militares, contribuiu para o reaparecimento das greves nas Indústrias do ABC Paulista. Assim, reaparece o movimento sindical.

Nesse terceiro momento do movimento sindical, os servidores públicos ainda não poderiam organizar-se em sindicato ou até mesmo filiar-se eles, por força da

legislação. Suas organizações chegavam, no máximo, ao associativismo, como era o caso da APP até 1990. Embora houvesse um setor mais avançado dentro da categoria, comprometido com a organização do conjunto da classe trabalhadora, não havia condições de avançar para uma perspectiva de uma organização classista, por duas razões: a primeira, relacionada à concepção legalista dos movimentos sociais, isto é, só poderia haver uma organização de acordo com a permissão do Estado; o contrário seria crime, porque estaria contra a legalidade. A segunda estaria ligada à própria consciência de classe das massas, que consideraria legítimo, somente os movimentos que estivessem de acordo com a legalidade. Por isso, a dificuldade de uma organização que aglutinasse toda a classe trabalhadora.

A educação estava condicionada aos princípios do treinamento para atuação mecânica do operário no mercado de trabalho. Tinha formação política somente aqueles que apreenderam, forjados nas lutas econômicas pelas reivindicações imediatas. Mas, grande parte dessas lideranças também continuava com uma visão limitada sobre a organização sindical, pela ausência da teoria classista. Ficavam apenas no empirismo, isto é, nos problemas particulares imediatos, sem possibilidade de compreensão das contradições de classe da sociedade capitalista.

O movimento sindical de 1977, pela reposição salarial, e as greves de 1978 e 1979, foram, aos poucos, desmascarando o caráter do Estado, como “guardião dos interesses de todo o povo”, na medida em que cada confronto direto com os patrões o Estado interferia, não apenas como mediador, mas como a instância decisória final, que, na maioria das vezes, arbitrava em favor do pólo dominante. Aos poucos a intermediação do Estado passa a ser como um dos principais entraves para a mediação de forças entre a classe trabalhadora e os capitalistas, no plano das lutas econômicas. Tal contradição vai recolocar aos poucos, na ordem do dia do movimento sindical, a necessidade de lutar por uma maior autonomia nas negociações entre patrões e empregados (MANFREDI, 1986, p. 112).

As lutas econômicas contribuíram para reaparecimento do movimento sindical. Os entraves nas negociações forçaram as greves, consideradas crimes naquele momento. Lutar pelo direito de greve tornara-se uma necessidade urgente e isso era uma luta política que estava diretamente ligada aos interesses econômicos. Essa situação provocou um salto de qualidade na consciência das massas, pois que se perceberam os limites da organização sindical. Deduz-se que a partir dessa situação entraria o partido político para lutar pela autonomia sindical e pelo direito de greve. Mas a história mostra que não foi isso que aconteceu. A CUT – Central Única dos Trabalhadores, fundada em 1983, deveria ser a entidade que unificasse os

sindicatos, mas esta se transformou numa entidade auxiliar do PT – Partido dos Trabalhadores (fundado em 1979), impossibilitando a seqüência de uma organização classista e independente do capital. Segundo Alves,

a partir da era neoliberal, consolidaram-se, no interior da CUT, uma das principais centrais do Brasil, posturas moderadas de cariz propositivo, mais sensíveis às negociações estratégicas com o capital. É a busca da “concertação social” entre capital e trabalho. É a nova disposição do trabalho, uma inversão ideológica de cariz neocorporativo, que contribuiu, de certo modo, para o impulso do Toyotismo sistêmico no país (ALVES, 2000, p. 177).

As negociações entre patrões e empregados sempre aconteceram, mas com forças desproporcionais e favoráveis aos patrões, porque eles sempre tiveram o Estado e a lei a seu favor. Dessa maneira, a autonomia sindical era uma luta política intimamente ligada aos interesses econômicos. No primeiro momento da organização da Central parecia que ela teria uma função importante para unificar o conjunto da classe trabalhadora, mas com as mudanças no mundo do trabalho ela foi se ajustando à lógica da reestruturação produtiva e incorporou as novas formas de exploração, contribuindo com o capital, inclusive para a formação ideológica dos trabalhadores.

Diante da situação de repressão, o movimento sindical daquele período se transformou também num movimento político. Nas mesmas condições é que surgiu o PT e a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva. Novamente, o movimento operário se torna vítima de personagens em detrimento da organização classista. A esperança no poder das lideranças acabou novamente com a consciência de classe. A luta para a organização da classe trabalhadora volta-se para as lutas eleitorais, para defesa das eleições diretas, para liberdade e autonomia sindical e para participação dos trabalhadores nas eleições.

Contudo, não foi possível a eleição direta para presidente até 1989, mas os Governos de Estados e prefeitos de capitais e fronteiras já foram eleitos a partir de 1982. No ano de 1985 os militares deixam o governo, embora de forma indireta continuaram no poder de forma indireta apoiando o presidente José Sarney. Em 1986 houve eleições para Deputados Constituintes e no dia 05 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição, desta vez ampliando os direitos de organização sindical, o que permitiu a sindicalização dos servidores públicos.

A ampliação de direitos e a liberdade sindical ainda não significaram autonomia para a classe trabalhadora, pois mantinha a cultura de um sindicalismo

corporativo que vinha há mais de cinquenta anos, o qual favorecia a profissionalização de dirigentes burocratas. Portanto, embora houvesse abertura na Constituição, mesmo assim, muitos sindicatos permaneceram com os mesmos estatutos, outros mudaram para pior. Mas o que interessa neste último momento do movimento sindical brasileiro é compreender os avanços para os educadores.

O quarto momento da história do movimento sindical brasileiro é momento em que capitalismo já está bastante desenvolvido e as classes sociais consolidadas. Porém, ainda impera a concepção conservadora com respeito à organização sindical. Quanto aos *professores*, considera-se que houve avanços, forçados pelas diversas correntes de tendências progressistas que havia no interior da organização. Esses que estavam na vanguarda do movimento sindical abandonaram a concepção pura de *professor*, percebendo-se como trabalhadores da educação. Defendiam a transformação da associação em sindicato. Os mais conservadores reagiam a essa idéia por considerar o sindicato uma organização puramente operária, com a finalidade de conduzir greves e “badernas”.

2. ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Para atingir os objetivos desta pesquisa faz-se necessário considerar também a história da organização dos professores do Paraná como um eixo central desta investigação. É a partir dos estudos da organização e da concepção de classe que se pode *identificar* o relacionamento dos educadores com o proletariado brasileiro e, especialmente com os trabalhadores do Estado do Paraná. A primeira organização dos trabalhadores em educação do Estado do Paraná teve caráter associativo. Mesmo sendo um período de atrelamento do movimento sindical a legislação não permitia a organização e sindicalização de servidores públicos. Foi durante esse período que os trabalhadores da educação do Estado do Paraná fundaram a primeira Associação de caráter corporativo para defender os interesses dos trabalhadores do magistério.

2.1. SÍNTESE HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO ANTES DE 1988

A APP – Associação dos Professores do Paraná foi fundada em 26 de abril de 1947, sob a liderança de um grupo de professores do Instituto de Educação de Curitiba. A fundação dessa associação deu-se nos limites da liberdade de organização sindical, permitida pela Constituição de 1946. O surgimento dessa Associação já manifestava o caráter contraditório da categoria no momento de metamorfose da economia, ou seja, da passagem da economia agro-exportadora para as indústrias de base. Foi num momento da crise pós-guerra que a economia brasileira tentou encontrar seu espaço no mundo capitalista e exigiu avanços na modernização da produção para acompanhar a dinâmica do capitalismo mundial.

O momento da organização da Associação dos educadores do Paraná também expressa a contradição com o momento histórico que estava vivendo a esquerda brasileira e os demais movimentos sociais do período. Nesse mesmo ano (1947) o PCB entra na legalidade por força política dos representantes do capital. Os comunistas daquela época permanecendo na clandestinidade poderiam representar uma ameaça aos avanços do capitalismo. Por isso, era preciso encontrar um pretexto

para acabar com o partido. Enquanto a esquerda vivia seu momento de tragédia e perseguição, o governo do Paraná autorizava a fundação da Associação dos Educadores. A situação nacional, naquele ano, estava da seguinte forma:

Em princípio de 1947 foi o PCB acusado na câmara dos deputados de receber dinheiro de Moscou. Uma comissão fora designada para examinar a contabilidade do partido e um funcionário da polícia logo indicado para tal fim. Esse funcionário, entrando e saindo livremente da sede do partido, solicitou o estatuto para compreender seu funcionamento. Exemplares recém-impresos lhe foram cedidos. Mais tarde se verificou que esses estatutos, pelo qual se orientava a vida interna do PCB, se diferiam em muitos artigos dos estatutos registrados no Tribunal Eleitoral, feitos pró-forma unicamente para efeito de registro legal. Esse foi o principal pretexto invocado. Logo depois um deputado, nele baseado, pede o fechamento do mesmo (BASBAUM, 1985, p. 189).

Foi também nesse mesmo ano que entrou no Congresso Nacional o primeiro projeto de Lei para tornar obrigatório o Ensino Primário no Brasil. Esse projeto foi aprovado em 1961, pela Lei 4024. A educação era uma exigência para promover mudanças na economia, e, por essa razão precisava também os educadores. Isso era uma necessidade imediata para a economia industrial. Assim, surgia na sociedade mais um segmento no seio da classe trabalhadora, mas em condições de aliada ao processo do desenvolvimento do capitalismo industrial. Por isso é compreensível que os educadores não tivessem condições de acompanhar todos os movimentos que ocorriam na época, e é compreensível também a origem da organização pelas reivindicações específicas e imediatas. Numa visita que o ex-presidente-fundador da entidade, professor Faustino Favaro fez ao sindicato em 1992, no seu 45º aniversário, afirmou que:

O surgimento da APP foi motivado logo após a Segunda Guerra Mundial quando o Brasil começou a sentir os primeiros efeitos de uma inflação que corroía os salários, especialmente dos professores suplementaristas, que recebiam na época 10 salários por ano¹³ (APP-SINDICATO, 1992G).

As mudanças na economia exigiram do Estado uma ampliação no sistema educacional. Num primeiro momento, essas mudanças favoreciam os educadores pela lei da oferta e da procura. Um segmento restrito da sociedade que colaboraria com o crescimento econômico sem perceber seu caráter de classe. Essa era uma das razões que o educador poderia até ser mais bem remunerado. Mas logo aparece o fenômeno da crise do capitalismo mundial, com reflexos também nesses

¹³ O que significa dizer que no momento que os alunos estavam de férias os professores não recebiam. Somente os dez meses que estavam em serviço eram reconhecidos pelo Estado como obrigatoriedade de pagamento.

educadores, obrigando-os a manifestar sua crise de existência e a exigir mais do Estado para continuar recebendo as condições básicas de trabalho como educador.

Os reflexos da situação econômica do País atingiam imediatamente as condições de vida de toda a classe trabalhadora e, obviamente, chegava até aos educadores. Mas, pela visão corporativa dificultava para compreender o caráter de classe do capitalismo, que o educador também é um trabalhador e como tal, sua condição depende do caráter geral do modo de produção capitalista que estava penetrando na estrutura da economia brasileira. Assim, não seria possível o educador perceber-se como classe que pertence ao proletariado necessário ao desenvolvimento do capital. Por isso, entendia-se como uma classe diferenciada, e, capaz de ganhar acima dos demais trabalhadores. Isso ficava só na idéia, porque na realidade, as condições de trabalho denunciavam as precárias condições de vida desses trabalhadores, conforme o depoimento do professor Faustino:

Na mesma visita o professor Faustino “lembra que todos tinham uma vida mais modesta, mais tranqüila, e o princípio do associativismo ainda era muito fraco, especialmente por esta tranqüilidade que havia”. Observa-se que a tranqüilidade a qual o professor se refere diz respeito às condições de vida, que são influenciadas pela estabilidade econômica do País. Por outro lado o princípio do associativismo, também mencionado pelo professor, tem um grande peso no caráter desportivo, cultural e de lazer e para esse fim não precisava de uma associação com base em todo o Estado. Mas essas condições não foram eternas, a própria necessidade do surgimento da categoria é um anúncio do avanço e da modernização do capitalismo no Estado brasileiro, conforme observamos na seqüência. “Mas com a chegada da inflação, os salários foram sendo corroídos e a vida do professor começou a mudar”. O salário do professor já indica a condição do trabalho alienado e a inflação o mecanismo de transferência de valores de uma classe para outra. Essa foi a condição que proporcionou a organização da categoria; um momento da reação, de manifestação e reivindicação (APP-SINDICATO, 1992G).

O caráter reivindicatório está na origem da entidade, não só como princípio, mas também como necessidade para o avanço do capitalismo.

Naquele momento, os dirigentes que fundaram a entidade ainda não percebiam o caráter das relações entre capital e trabalho. Contraditoriamente, alguns membros da categoria, que se sentiam, ao mesmo tempo, representantes dos educadores, sentiam-se também como parte integrante do progresso e geração de riqueza do Estado. Por isso reivindicavam um espaço privilegiado no seio da estrutura econômica, isto é, um tratamento diferenciado dos demais trabalhadores. Ainda, segundo Faustino, “já em seu nascimento a APP tinha o cunho reivindicatório, seu objetivo, desde a fundação era obter melhoria para o magistério e para a

educação pública”. As primeiras reivindicações da entidade foram para o reconhecimento da sua própria existência enquanto categoria, em que obteve importante conquista junto ao governo Moysés Lupion. Este governador apoiou a criação da entidade, construindo, inclusive, a Casa do Professor, que hoje leva seu nome. Isso demonstra que a APP surgiu com a permissão e como aliada do próprio representante do Estado, num momento de crise do capital Internacional.

A fundação da APP, como associação foi condicionada pela concepção de Estado, uma herança do Estado Novo de Getúlio Vargas. A organização sindical só era permitida para os trabalhadores da iniciativa privada. Os servidores públicos eram considerados parte integrante do Estado, portando proibidos de organizar-se como entidade de classe. No entanto, naquele momento, o caráter de servidor público ainda se confundia com servidor do governo. Ainda não havia uma concepção clara sobre a Teoria da Organização de Estado e o compromisso com o serviço público se confundia com a subordinação ao Governo. Mas, nos momentos em que surgiam os movimentos reivindicatórios dos educadores, para evitar o choque entre as instituições e a organização de caráter classista, logo vinha a intervenção do Estado com uso da força, em nome da lei. Assim, os governos sempre omitiam as contradições entre capital e trabalho. Portanto, de acordo com os interesses econômicos, assim era a atuação política dos governos na relação com os trabalhadores. Na época, os educadores estavam mais preocupados em contribuir com o progresso e pensavam que seria possível receber um salário condizente com a função.

O caráter positivista do Estado implantado por Getúlio Vargas negava a existência das classes sociais e remetia a idéia de organismo funcional abstraído das ciências naturais e biológicas em que cada organismo tem uma função dentro de um corpo que caminha para o mesmo fim: a saúde do Estado. Por essa concepção, a perfeição da ordem política está na obediência e submissão às normas jurídicas, conforme a função de cada um dentro da sociedade. Essa fundamentação filosófica de Estado, que começou com a República em 1889, foi aperfeiçoada em 1930 com Getúlio Vargas. A “Ordem e Progresso”, da Bandeira, transformou-se num culto sem possibilidade de uma reflexão crítica da dominação do capital sobre o trabalho. Juntamente com essa idéia do desenvolvimento do capitalismo vinha também a necessidade da formação de pessoas para colocar em prática a idéia da

necessidade do progresso. Por isso, precisava formar pessoas com esse perfil. Foi com essa lógica que começou a educação brasileira.

Quanto aos educadores, na sua formação, recebiam conteúdos apenas para o progresso e o desenvolvimento do capitalismo. “É possível identificar, nas idéias que moveram a ação educacional de Prieto Martinez, a lógica racionalizadora do trabalho industrial e a valorização do homem como recurso humano¹⁴ para o progresso” (MIGUEL, 1997, p. 27). César Prieto Martinez era diretor da escola de Pirassununga, Estado de São Paulo, convidado do Governo do Estado do Paraná, na década de vinte, do século XX, para ocupar o lugar de “Inspetor Geral do Ensino”, pois o Estado de São Paulo, na época, estava na vanguarda do desenvolvimento do capitalismo. Porém, o Estado do Paraná não caminhava para a industrialização com a mesma velocidade do Estado de São Paulo. Além do mais, o índice de analfabetismo era maior, o que obrigou o governo do Paraná a dar os primeiros passos para a instrução primária.

Para realizar a instrução primária, fazia-se imprescindível o professor primário, mas como o exercício do magistério não propiciava o acúmulo de riqueza, era necessário colocar no exercício de tal profissão, patriotismo e sentimentos nobres (*Ibid.*, p. 40).

A defesa da concepção nacionalista e patriótica era o fundamento principal na formação do professor. “O sistema educativo não deveria perder o caráter nacionalista e esse espírito seria transmitido pela cultura recebida da Escola Normal, assim como pelo exemplo da boa conduta e auto-disciplina” (*Id.*). O professor deveria ser um defensor do nacionalismo e repassar aos alunos essa formação. Esse é o professor reprodutivista, bastante conhecido na atualidade. Ainda, segundo Miguel, o primeiro objetivo “de tal sistema educacional” na formação “era preparar o professor para apropriar-se o mais rápido possível do meio no qual se situava a escola para, conhecendo-o, poder afastar possíveis influências nefastas ao seu exercício profissional” (*Id.*).

“As influências nefastas” provavelmente eram entendidas como sendo as ligações dos educadores com os movimentos sociais que, apesar do refluxo, ainda existiam com bastante vigor no Brasil, naquele período. Portanto, era necessário ter o cuidado para evitar tais vínculos. Os intelectuais da burguesia buscavam emancipar-se do caráter religioso da educação, e, para isso, era preciso todo o

¹⁴ Para o capitalismo a formação da pessoa humana não passa de um recurso utilizado como meio para atingir o fim necessário almejado pela burguesia que é a contribuição da força de trabalho para acumulação de capital. O efeito, no lado oposto, é a miséria da classe trabalhadora.

cuidado para conduzir a formação a um caminho que contribuísse de fato com o desenvolvimento do capitalismo sem o risco da adesão ao comunismo. Eis a razão do positivismo, não o de Augusto Comte, que já estava sustentando o desenvolvimento industrial e um materialismo que sustentava o progresso, mas o Pitagórico¹⁵, que ainda estava fundamentado num certo esoterismo.

As religiões, como eram sectárias, já não satisfaziam, porque possuíam uma grande contradição: antagonismo entre a “doutrina” do clero que orientava a educação no Estado do Paraná e o “luxo espantoso e fátuo dos cleros” (MIGUEL, 1997, p. 86).

Fazia-se necessária uma nova filosofia que orientasse o desenvolvimento sem pôr em risco o progresso do capitalismo. “O neo-pitagorismo representava, desta forma, um movimento cultural que tinha como uma das pretensões libertar as mentes das travas da religião, especialmente a Igreja Católica” (*Id.*). Era a tentativa dos intelectuais da burguesia de avançar em direção ao desenvolvimento do capitalismo, sem correr o risco de preparar a população contra os interesses do próprio capitalismo, uma vez que na primeira metade do século XX havia uma disputa acirrada entre as idéias liberais que sustentavam o avanço do capitalismo e a expansão do mercado mundial de um lado e, de outro lado, a Revolução Russa de 1917, estava presente na memória dos movimentos operários. Era preciso, então, que houvesse mudanças na economia para que o Brasil pudesse acompanhar o desenvolvimento do capitalismo mundial, mas sem o risco da influência das idéias que entrassem em contradição com os objetivos da burguesia.

Essa contradição entre o Idealismo e o Positivismo esteve presente na proposta educacional do curso de magistério de Curitiba, definindo a dissimilitude entre a educação escolar para as “elites condutoras” e o povo e contribuindo na perpetuação da dualidade do sistema de ensino de 2º grau brasileiro (grifos do autor) (*Ibid.*, p. 90).

Assim, o Estado assumiria a Educação sem colocar em risco os “destinos” do capitalismo. “A questão do trabalho na sociedade urbano-industrial, da qual o Paraná sofria o impacto, modifica a forma da educação escolar para colocar-se diante do problema” (*Ibid.*, p. 104). Afinal, o capitalismo estava penetrando em todos os cantos do país e para acompanhar esse desenvolvimento era preciso um sistema educacional eficiente. “Por eficiência social entendia-se a colocação dos homens certos nos lugares certos, isto é, de acordo com a aptidão de cada um e a aplicação

¹⁵ Pensamento do filósofo grego Pitágoras de Samos, representante de uma escola que ainda cultivava o esoterismo baseado na matemática.

de sua força de trabalho na especialidade que melhor lhe conviesse” (id). Começava, dessa forma, a preocupação com a formação técnica profissionalizante, em que o técnico deveria ter uma função social definida. Dessa maneira, o educador passava a ser considerado um profissional para a formação de recursos humanos para o desenvolvimento da sociedade de mercado.

Enquanto o capitalismo não penetrava no território paranaense, a população não sentia necessidade da educação. O trabalho na agricultura era prioridade e para isso muitos dispensavam a educação escolar. E, por essa razão, a população tinha caráter religioso e formação moral apontando para o desenvolvimento da conduta humana. Enquanto a agricultura não estava voltada para a economia de mercado, a educação não era considerada prioridade, não precisava profissionalizar pessoas para essa tarefa. Nesse sentido, somente a Igreja estava preocupada com a formação. Acrescente-se também que os próprios conteúdos também estavam limitados para o auxílio da formação do caráter e da moral religiosa. O caráter machista da sociedade reservava às mulheres essa tarefa de educar, por não se considerar prioridade para o desenvolvimento do sistema produtivo. Além do mais, a mulher não exigia salário que se equiparasse aos ganhos dos homens e a educação, apesar das mudanças que estavam ocorrendo, ainda continuava sendo considerada vocação.

As professoras que trabalhavam no interior sentiam o problema e apontavam o fator econômico, ou melhor, a necessidade do trabalho para a sobrevivência, como a causa da escola representar para a população de camponeses algo secundário ou até mesmo desnecessário. Mesmo com os esforços das professoras, não era possível reter as crianças em salas de aula, quando a exigência de trabalhar tornava-se permanente (*Ibid.*, p.124).

A educação escolar se desenvolveu primeiramente na capital e em algumas cidades mais antigas do Paraná. No interior do Estado o analfabetismo continuava, com exceção das regiões de clientelismo político, em que governos e prefeituras colocavam escolas, mas sem projetos de educação definidos, que orientassem as formas de organização econômica e da concepção política do Estado ou da noção de moral da sociedade. Com a origem da Escola Nova, fundamentada em Anísio Teixeira, começa um embate político pela concepção de educação. Embora a Escola Nova tenha cunho Liberal, pode ser considerado um avanço para a época, pela idéia da desvinculação das teorias educacionais de interesse governamental. A Idéia de escola laica, resgatada da revolução francesa, é retomada para defender uma

educação fundamentada na lei, sem os interesses imediatos dos governos. O liberalismo entrava em contradição com o positivismo, porque tentava salvaguardar os direitos econômicos por meio da lei. A liberdade individual, diferentemente do positivismo, que tentava enquadrar o corpo humano no interior do espírito superior do Estado, tinha uma função definida pelo governo, cabeça da sociedade.

A defesa da liberdade que surge no interior do conteúdo das propostas pedagógicas de Anísio Teixeira, que defende a Escola Laica independente dos governos, vai contribuir para a liberdade e autonomia do pensamento dos educadores. É nesse momento que surge a oportunidade para a organização dos educadores como profissionais com liberdade de pensamento. “A maior desvinculação do Estado dos negócios da Educação, defendida por Anísio Teixeira, era decorrente do modo como ele percebia a organização da sociedade burguesa” (MIGUEL, 1997, p. 140). O pensamento de Anísio Teixeira não começava pela educação para chegar à concepção da sociedade liberal, ao contrário, era a sociedade liberal que deveria colocar a educação nos parâmetros do liberalismo.

A tarefa da democracia consistiria justamente em constituir um Estado no qual uma relativa independência individual ficasse salvaguardada e fosse possível lutar por uma organização do trabalho no qual o homem, “não se veja transformado em engrenagem pura e simples de uma máquina econômica” (*Ibid.*, p. 141).

Essas idéias contribuíam para as organizações associativas que não colocassem em risco a estabilidade do Estado. Havia um momento propício para o desenvolvimento do associativismo, desde que colaborasse com o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, deveria salvaguardar a independência de pensamento, desde que fosse relativa, e com permissão. Não se entra no mérito das lutas de classes, para compreender que o desenvolvimento industrial seria o aperfeiçoamento das relações de produção e um estágio da exploração do capital sobre o trabalho. A educação seria o instrumento de aperfeiçoamento da sociedade que contribuiria com a nova fase do capitalismo.

As primeiras associações que sugeriram foram para contribuir com a escola. “Tratava-se, a associação de amigos da escola, de uma organização bem simples, capaz de reunir os vizinhos da escola”, no sentido de contribuir naquilo que era mais urgente, inclusive nas questões financeiras: “Os serviços que as associações poderiam prestar à escola compreendiam: manutenção material, como pintura de paredes e de móveis, mesmo que rústicos”. Essa realidade durou por muitos anos,

sendo que em alguns momentos os governos tentaram passar a tarefa do Estado para essas associações de pais, como foi o caso do Governo Lerner em 1996, que quis transferir para as APAIS, a função de contratação de professores.

Onde não havia investimento do Estado para a educação, “a criação de associação se fazia por meio de festas escolares, cujo objetivo era aproximar os pais”. Mas a situação política era sempre favorável aos professores, primeiro por serem eles os porta-vozes do conhecimento; segundo, porque estavam sempre próximos de um político que representava o poder. Essas condições eliminavam os riscos da rebeldia e a vinculação com o restante da classe operária. Assim, essa visão de associativismo era vista como uma forma de cooperação, conforme os pressupostos anunciados por Miguel:

As idéias que respaldavam a criação das associações estavam calcadas sobre o pressuposto de que a cooperação do povo a manutenção da escola é fundamental, não só para a administração das mesmas como para o próprio regime democrático. As questões intrínsecas ao funcionamento da democracia eram consideradas importantes para que se enxergassem as coisas com clareza. No entanto, tal regime só sobreviveria se fizesse parte da vida das pessoas, isto é, pela prática e na medida e na medida em que as mesmas cooperassem para o bem comum (MIGUEL, 1997, p. 145).

Embora as idéias de cooperação estivessem presentes como pressuposto básico para a liberdade de organização, não estava presente o caráter de classe da sociedade capitalista, uma vez que o próprio caráter das associações era de colaboração entre as classes. A neutralidade científica se estendia para a neutralidade política como pressuposto básico da colaboração de classe nas relações de produção. As reivindicações de origem economicistas, aparentemente não estavam ligadas à consciência de classe e por isso, dificilmente avançavam dos interesses específicos e imediatos para os interesses mais gerais e históricos. Essa é, talvez, uma das razões que se explica o porquê o educador demora entender-se como classe, negando sua condição de assalariado.

Nas relações entre capital e trabalho, o educador é reconhecido pela sociedade como um intelectual que não sofre a exploração do capital, porque não está diretamente no trabalho concreto, isto é, no mundo da produção de bens materiais. Essa relação dificulta a percepção até mesmo por alguns segmentos dos educadores para compreender-se como trabalhadores explorados, uma vez que a relação de exploração não se explicita diretamente. Isso facilita aos representantes do capital para cooptar educadores e torná-los colaboradores na relação de

exploração sobre os demais trabalhadores de outros setores da produção. A fundação da APP foi uma das primeiras manifestações da existência dos professores do Paraná como uma categoria que tem um espaço reconhecido na sociedade, uma categoria de intelectuais com legitimidade política em todas as estruturas de poder.

O Estado, enquanto instituição superior de organização do capital, é a própria encarnação da economia de mercado e dentro dessa lógica estaria garantida a liberdade para a organização, desde que seja para cooperar com o avanço do liberalismo econômico. Uma grande parte dos educadores não havia entendido isso, e até hoje ainda não entenderam, porque há uma mistificação dos fatos produzida pela ideologia que o Estado é o representante dos interesses comuns. Portanto, os governos, que são também “representantes do público”, tentam se utilizar desse governo e elites artifício para evitar o choque direto entre servidores e governos no sentido de disfarçar o caráter classista do Estado, negando o que está no manifesto comunista: o “Estado é o comitê para gerir os negócios da burguesia”. Foi nesse dilema que a APP permaneceu como Associação até a mudança na Constituição, em que os direitos sindicais foram dilatados.

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição, ampliou-se o direito sindical e trabalhista. Mas é necessário lembrar, ainda, que até esse momento, os servidores públicos no Brasil não tinham direito à organização sindical, não tinham estabilidade no emprego e nem direito a realizar greve. Pelo fato de a maioria dos servidores entrarem no serviço público por apadrinhamento político, não havia estabilidade no emprego e, portanto, nem a possibilidade de uma luta mais consistente enquanto classe trabalhadora, porque, promover uma greve seria lutar contra “aqueles que os ajudaram a conseguir um trabalho”. Era uma contradição velada, pois, ao mesmo tempo em que precisavam de um padrinho político para garantir o trabalho, por outro lado, alguns desses educadores não se sentiam trabalhadores e, por vezes, até sentiam orgulho de serem indicados pelo político que representava a sua região.

A concepção positivista de Estado, que influenciou na Proclamação da República, permaneceu e adquiriu maior vigor com o Estado Novo, exercendo influência diretamente sobre as organizações classistas. Portanto, a classe trabalhadora era entendida como um organismo vivo do grande corpo “o Estado” a

exercer a função vital da existência desse corpo. Quaisquer manifestações desse organismo eram entendidas como uma doença do próprio corpo do “Estado”, pois, sendo o mesmo Estado o organizador da formação dos professores, os conteúdos eram sempre acompanhados da ideologia reproduzida pelo próprio Estado, como representante da economia de mercado.

Pode-se observar, então, que a fundação da APP, mesmo como associação, pode ser considerado um avanço para aquele momento. O Estado, em seu caráter contraditório, precisava de professores como colaboradores para o progresso, mas não lhe interessava que os docentes tivessem sua própria organização. E isso porque recebeu a herança da concepção positivista, estruturalista e funcionalista levadas às últimas conseqüências com Getúlio Vargas. Por isso, negava-os como classe organizada. Dessa maneira pode-se considerar que a existência da categoria de educadores é resultado do planejamento do Estado, produto da necessidade da expansão e progresso da economia de mercado.

No momento em que surgiu a Associação de professores, os próprios trabalhadores ligados à iniciativa privada não tinham autonomia para a organização sindical, isto porque o Ministério do Trabalho, que foi criado em 1940, funcionava como braço do Estado para intervir nas organizações, movimentos e mobilizações dos trabalhadores. Qualquer organização, naquele momento, só poderia surgir com autorização do poder central do Estado e só era autorizada se o sistema de informação não acusasse “perigo” ou “risco” para a nação. A nação, naquele momento, estava expressa na própria vontade do governo.

Quem representava o Estado do Paraná nessa época era o governador Moysés Lupion. O então governador chegou a comparecer a uma assembléia da APP, o que permite que se entenda que havia uma relação amistosa entre os professores e o governo, uma verdadeira *identidade*, ou seja, os próprios professores não se sentiam como membros da classe trabalhadora, mas sim como ente orgânico do próprio Estado. Teriam uma função diretamente ligada ao Estado, cuja tarefa era educar os filhos dos trabalhadores. As próprias reivindicações da época demonstravam o caráter passivo dos educadores diante do processo de desenvolvimento do capitalismo. Dessa maneira, não havia condições históricas para que os professores pensassem diferentes, uma vez que o pensamento de um

segmento da sociedade é sempre a expressão do conjunto de pensamento da própria sociedade.

Com essas condições, a organização da entidade deu-se apenas pela defesa da categoria. Não parecia que seus elementos compreendessem o fenômeno da estruturação do Estado como entidade superior da organização do sistema de produção da economia capitalista. O governador, que representava o poder político e ideológico do Estado, agiu conforme os interesses do próprio Estado. O Estado, nos primeiros passos da organização da entidade, tinha toda a certeza que teria uma relação amistosa com os professores. É importante lembrar também que os professores, além de votar naquele momento, eram também importantes cabos eleitorais dos políticos, pelo fato de não haver lei que garantisse educação pública para a população. O que funcionava era o clientelismo. Foi nesse contexto que surgiu a APP como primeira entidade de representação dos professores, e esse fato se transformou em um passo importante na história da sociedade paranaense, inclusive pela luta em prol da Educação Pública no Estado.

Mesmo na condição de associação, a entidade realizou tarefas significativas no sentido de reivindicação e identidade corporativa. As primeiras conquistas, segundo Faustino, foram: “a criação da carreira para o magistério secundário e o pagamento de 12 meses do ano às professoras suplementaristas. Logo em seguida, a APP obteve reclassificação do magistério primário” (APP-SINDICATO, 1992G). A partir dessas conquistas os professores começam ter identidade própria como profissionais da educação. No ano seguinte ao da fundação (1948), foi realizado o primeiro congresso da categoria, cujo objetivo era discutir a educação para além das necessidades corporativas, mas ainda esteve aquém da compreensão da função do Estado como gerente do capital. As razões que indicam que os professores acreditavam profundamente no Estado eram as relações amistosas que eles mantinham com o então governador Moysés Lupion. Esse mesmo governador, que teria apoiado a fundação da APP, foi quem distribuiu títulos definitivos de posse de terras para seus aliados políticos, contribuindo para que o Paraná se tornasse um território de latifúndio. Isso os professores não conseguiram perceber no momento de sua organização.

A partir de 1950, já não era mais Lupion o governador do Estado e com uma inflação que “crescia na mesma proporção que o salário descia”, em 1955 aconteceu

o primeiro movimento reivindicatório. A primeira greve, de fato, aconteceu no ano de 1962, final do mandato de Juscelino. Nessa greve, denominada “Operação Tartaruga”, o governo imediatamente chamou os professores para a negociação e foi mantido “o regime de 10 horas e reestruturação da carreira do magistério”. A APP, mesmo enquanto associação manteve seu caráter de lutas reivindicatórias pela valorização da categoria. Mas as reivindicações tinham sempre caráter específico, particular e imediato. Eram sempre lutas econômicas que buscavam recompensa e valorização da profissão sem questionar o caráter do Estado.

O fato de os governos atenderem imediatamente às reivindicações revela uma questão tática das políticas governamentais para manter o professor alinhado economicamente ao desenvolvimento do capitalismo. Resumidamente, o professor é útil e necessário ao progresso da economia de mercado, sem ele o estado burguês teria dificuldades para estruturar e estender seu braço ideológico na formação da consciência dos valores morais do modelo econômico. Estes eram os argumentos que serviam de moeda de troca dos professores para reivindicar o reconhecimento e valorização da sociedade e do governo.

Mas, o que era a educação no Paraná a partir da década de cinquenta? Não havia políticas públicas para a educação, tudo o que era feito em termos de formação de professores, escolas públicas, era na base do clientelismo político e apadrinhamento. Com essa prática os professores sentiam-se os verdadeiros responsáveis pela educação, mas isentos das decisões políticas. Vejamos o exemplo de uma professora que protestava contra a aproximação da APP com os trabalhadores, repudiando o tratamento de “Trabalhadora da Educação Pública”. Ela informa em seu texto intitulado “Reminiscência”, que se formou normalista em 1956 na cidade de Irati, no Paraná, e adquiriu “o direito de ensinar, de ser professora”. Mas, na época, não havia concurso público e, para poder trabalhar, recebeu influência do então deputado estadual João Mansur, que conseguiu que ela “fosse ensinar na Escola isolada de Nhapindazal”. Depois de trabalhar por três anos, ela passou pelo Grupo Escolar Vieira de Araújo, mais tarde ganhando uma bolsa de estudos num Centro de Pesquisa de São Paulo. Com essa formação, diz ela: “fui nomeada para Paranaguá, onde, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras me formei tendo o direito de lecionar Matemática, Física e Desenho”.

Bem, todo esse blá-blá-blá que anos levou para acharem que devo me transformar numa **Trabalhadora da Educação Pública**, aliada à CUT. Por

quê? Poderia até ser Sindicato dos Professores, como é o Sindicato dos bancários, dos conferentes, dos práticos, etc... Porém sempre apartidários, pois o professor deve politizar seus alunos sem nunca conduzi-los a partido algum. Ao Professor com **P** maiúsculo jamais interessou o compromisso político partidário. **O partido do magistério é a educação** (grifos do autor) (APP-SINDICATO, 1992H).

Que conclusão pode-se tirar dessa manifestação? Que alguns membros da categoria não conseguiram acompanhar o processo da evolução da organização do conjunto da classe trabalhadora em que estavam inseridos, pela falta de *identidade* com o conjunto da classe trabalhadora. Se essa professora reagia, não era uma voz isolada. Ela expressava uma corrente de pensamento entre os educadores, que, provavelmente, não viam necessidade da tomada de posição política pela crença no poder. Também não estavam entendendo a estrutura do Estado, as relações de classe e, por isso, a frustração e a crise ao perceberem que já havia professores que se aproximavam da *identidade* de classe.

2.2 A APP-SINDICATO, GOVERNOS E ELEIÇÕES APÓS 1988

No início dos anos de 1990 o Estado do Paraná tem como governador o Senhor Álvaro Dias (de 1986 a 1990), acusado em documentos da APP-Sindicato como “inimigo” dos trabalhadores na educação, principalmente após o episódio que marcou a repressão policial contra manifestação pública desses trabalhadores, no dia 30 de agosto, de 1988, em frente ao Palácio do Governo.

No dia 18 de março de 1989, a Assembléia Geral dos Professores, em Londrina, aprovou deliberação definindo a data de 30 de agosto como “dia de luto do magistério” (APP-SINDICATO, 1989D). Era praticamente início do ano letivo, logo depois da grande greve de 1988, a qual culminou com o confronto entre os educadores e a cavalaria do Governo do Estado. “Vários professores saíram feridos do episódio numa manifestação clara de desrespeito aos direitos humanos” (*Id.*).

Alguns professores conseguiram por intermédio da imprensa e outras entidades que registraram o fato, algumas cópias de vídeos sobre o acontecimento. Após estudos foi montada uma completa amostragem da violenta repressão cometida contra os professores. Unindo os mais diversos registros, a APP-Sindicato conseguiu através de associados fita completa que já foi divulgada em todo o Estado, diante das solicitações feitas pelos núcleos das entidades (APP-SINDICATO, 1989D).

O episódio do choque com a polícia no dia 30 de agosto entusiasmou alguns educadores no sentido de encontrarem um candidato fiel aos seus anseios. Essa busca não logrou êxito. Mesmo que seus anseios fossem frustrados, ainda estão vivos e presentes em parte dos educadores. A intenção desses trabalhadores na educação, por mais oculta que esteja, é a de buscar candidato, mesmo que burguês, cujo perfil deveria ser o de querer resolver os problemas da classe, porém pela escolha de um caminho mais humanizado. No entanto, quando este assume a tarefa que lhe é atribuída, é tido como canalha, por cumprir função política de representante dos interesses do capital. Quando não há uma perspectiva classista, se reproduz a ilusão de encontrar um bom candidato entre a burguesia para votar, ou no máximo, encontrar entre os trabalhadores um candidato para auxiliar a burguesia na sua tarefa de iludir a classe trabalhadora com, promessas de emprego, educação, saúde e outras coisas que a estrutura capitalista não permite.

Além da ilusão de encontrar entre a burguesia o melhor candidato para os educadores, há também a ilusão de construir o melhor projeto para a educação pública, pautada na qualidade do ensino. Essa ilusão continua em grande parte dos educadores, inclusive no ensino superior. A qualidade na educação, necessária aos trabalhadores, não é a mesma qualidade defendida pelos governos de plantão, que estão para defender os interesses do capital. Mas ainda há quem vive na ilusão de que basta defender uma educação de qualidade para que imediatamente seja reconhecida pelos governos. A crença ingênua nas promessas do governo está expressa no que segue:

No começo de sua gestão encontrou essa categoria com o melhor salário dos últimos tempos: o piso de 3 salários mínimos conquistado na greve de 1986 e que vinha sendo cumprido pelos governantes José Richa e João Elísio. Quando ainda no primeiro semestre de seu mandato o ministro Bresser Pereira ameaçava achatar os ganhos daqueles que trabalham, o nosso governador foi categórico ao afirmar que **“criaria mecanismos para impedir que os professores fossem prejudicados”** (grifos do autor) (APP-SINDICATO, 1989B).

E acrescenta ainda: “temos uma gravação dessa afirmação” - como se o governo fosse se intimidar com essa gravação. Quem enfrentou uma manifestação com cavalaria, não se intimidaria com a gravação das promessas.

Pela forma que os trabalhadores da educação foram tratados pelos governadores, após a gestão de Álvaro Dias há, até hoje, uma espécie de saudosismo por parte de alguns educadores pela forma com que o ex-governador

José Richa tratou a educação e da forma como se relacionou com os educadores. Nesse saudosismo também desaparecem as lutas de classes. Não se percebe que ambos estão representando o capital em posição antagônica aos trabalhadores. Com essa visão, a luta torna-se personalizada, de um lado o governo, de outro lado um grande líder representando os trabalhadores. Torna-se uma luta de heróis, que só interessa aos oportunistas.

A cada momento de eleição aparecem implicações dessa concepção, aparentemente crítica, mas que não vai além da democracia-liberal-burguesa. O que permite a democracia-liberal-burguesa? Uma ilusão de ótica em que os trabalhadores são iguais aos patrões nos momentos de eleição. Nesse momento surge a oportunidade de os trabalhadores escolherem o melhor candidato entre os defensores do capital. A intenção é eleger candidato que garanta a liberdade para a defesa dos direitos trabalhistas e liberdade de organização. Esse candidato deve manifestar atitudes favoráveis aos educadores, com tratamento diferenciado, porque se trata de uma categoria que prepara “recursos humanos” para o desenvolvimento do capitalismo, na formação de pessoas “pacíficas”, com “responsabilidade” e “flexibilidade” dentro da ordem.

Embora os educadores do Paraná tenham declarado guerra ao governo Álvaro Dias e começado o ano de 1990 com greve, no final do ano, ele, Álvaro Dias, consegue eleger seu sucessor, Roberto Requião, que havia sido prefeito de Curitiba até 1988. Requião comandou, ainda, uma Secretaria de Estado, tida como trampolim para projetar-se ao governo. O editorial da *Página da Educação* traz as seguintes informações, reproduzidas na íntegra, por serem consideradas um resumo dos três últimos anos do governo:

O atual governador do Paraná, não tem dado às negociações com os professores, a importância que deveria dar. No ano de 1988, só após 47 dias de greve resolveu receber a APP-Sindicato e já com a categoria de volta às escolas. Durante o ano de 1989, chegou a receber a comissão, por diversas vezes, mas como já havia acontecido no ano anterior, não solucionou o problema salário e política salarial, que ele mesmo havia desestruturado. Não agüentamos mais o sufoco, aconteceu outra grande greve de professores. Agora mudando a tática, o governo chamou rapidamente o pessoal para negociar. No primeiro dia de negociações, trouxe todos os secretários que realmente interessava neste contexto: Administração, Fazenda, Casa Civil e Educação, mas só discutiram o óbvio e as decisões ficaram para outra reunião. Nessa ocasião, se faria acompanhar do presidente da Assembléia Legislativa e alguém pertencente à equipe do governador (o atual vice) para comprometer-se no sentido de que tudo o que fosse negociado agora teria continuidade. Aconteceu a segunda reunião. Não compareceu mais o secretário da Fazenda, aquele que diz a última palavra sobre dinheiro. Também, não trouxeram aquelas pessoas que prometeram. Como novidade

veio o Dr. Wagner, procurador geral do Estado. O mais interessante foi que, após praticamente dois anos, a equipe do governo não veio para discutir questões salariais e sim Regime Jurídico Único e Estatuto do Magistério. Salário só com o próximo governante; seria até cômico se não fosse trágico. Este governador tirou o que pode dos professores e agora sai sorrateiramente e deixa seus filhos desamparados para o seu vice. O que presenciamos hoje é um fim melancólico para um governo que teve ao seu comando alguém com o título de professor (APP-SINDICATO, 1990B).

Esse editorial foi publicado no período da greve de 1990. Em 11 de Abril desse ano, o informativo inicia assim: “Há 21 dias os professores da rede oficial do Paraná estão em greve. Há 15 dias letivos as escolas públicas paranaenses estão fechadas” (APP-SINDICATO, 1990C). Essa greve era pela reposição salarial, resultado de perdas com a inflação do plano econômico do governo federal. O governo federal havia criado dois tipos de salários mínimos: um salário base para os trabalhadores que ganhavam apenas um salário mínimo e outro de referência para negociação salarial. Esse salário mínimo de referência diminuía a cada mês e os aposentados que ganhavam acima do salário mínimo básico perdiam o poder de compra a cada mês que passava. Na ilusão de criar um instrumento protetor do poder de compra, uma das reivindicações dos educadores era lutar por um piso de três salários mínimos, conforme segue a nota: “O governador deste Estado nega-se a devolver o piso salarial que irresponsavelmente surrupiou da categoria do magistério”. Nessa concepção, não aparece a relação orgânica do governador do Estado com o modo de produção capitalista. Também não se percebiam as relações com o Governo Federal e com as mudanças que estavam ocorrendo no mundo com a chamada “reestruturação produtiva”, necessária ao capitalismo.

A greve iniciada no ano de 1990 durou 96 dias, sem sucesso. Novamente os educadores não obtiveram força política suficiente para curvar o poder econômico. Isso reforçava a idéia de que o problema residia na maldade de Álvaro Dias. “Após 96 dias de greve, os professores retornam às suas atividades em sala de aula. Foram dias de desespero, de luta constante contra o radicalismo¹⁶, a prepotência e a farsa de discurso moralizador” (APP-SINDICATO, 1990H).

Como em todos os movimentos sociais há um avanço na consciência da classe trabalhadora, essa greve também serviu para a reflexão da categoria, porém, o conteúdo da luta de classe resistia e não entrava na consciência dos dirigentes.

¹⁶ Aqui também um confuso conceito do termo radical. Para Marx: “Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas para o homem a raiz é o próprio homem” (MARX, 1989, p. 68).

“Durante o governo Álvaro Dias, os nossos conteúdos até então lecionados e definidos ficaram confusos, pois chocavam-se frontalmente com os compêndios da história, sociologia e Moral e Cívica”¹⁷ (APP-SINDICATO, 1990F). Mais adiante demonstra a ilusão que se nutre pelo parlamento e pela idéia da independência de poderes, como se lá não estivessem presentes os representantes do capital, elaborando leis para proteger seus negócios. “A vitória sempre expressiva demonstrou o amadurecimento político, a autonomia dos deputados, derrubando dois vetos, fato histórico na assembléia legislativa, e restabelecendo a finalidade da casa de Leis”.

O artigo era um ensaio de intenção clara: visava preparar os educadores para votar em alguém nas eleições que se realizariam no final do ano. “Este ano haverá eleições para a Assembléia Legislativa, Câmara Federal e Senado Federal. O voto deverá ser usado de maneira consciente para candidatos que se comprometam com o seu povo e com o seu bem estar”.

O dilema do chamado “voto consciente” aparecia e continua aparecendo nos materiais da imprensa da APP-Sindicato. Convém lembrar que o chamado “voto consciente” nunca possibilitou um debate a respeito da estrutura do modo de produção capitalista. Nem sobre a tarefa histórica do proletariado, em cuja classe também se encontram os educadores.

Do ponto de vista do materialismo histórico, que defende uma concepção classista de organização sindical, os educadores precisam superar o liberalismo e o corporativismo.

O liberalismo clássico teve uma função importante na história da humanidade, que foi a libertação da razão humana dos mitos. Nessa etapa do liberalismo econômico, os direitos individuais se resumiram no direito da exploração econômica de uns sobre outros. O corporativismo, como um estágio de organização social em determinado momento da história, tem servido de base para suporte dos governos autoritários que administram uma sociedade hierarquizada, em que alguns setores da sociedade têm mais direitos que outros. Essa forma de conceber o mundo se tornou normal, desde o pensamento grego, principalmente com Aristóteles, que buscou na natureza os fundamentos para justificar as diferenças sociais mediante a organização política da sociedade. Portanto, uma organização classista só será

¹⁷ É importante lembrar que a disciplina Moral e Cívica era exigida no período dos militares para formar patriotas e negar a existência das classes sociais.

alcançada com uma formação política que leve a consciência de classe aos trabalhadores, para superar o liberalismo, o corporativismo e assumir a tarefa histórica de libertar o proletariado e a humanidade.

Alguns textos na *Página da Educação* parecem expor a idéia de que o poder político do educador somente deve ser usado para a transformação ou manutenção do sistema econômico, mas não explicita a essência do modo de produção capitalista.

Em todos os setores de nossa vida, quer no trabalho, na sociedade e muito mais na escola, aparecem as contradições da situação econômica impostas pelo sistema. O ato de educar é um ato político e por isso pode ser voltado para a manutenção do sistema ou por uma transformação radical da realidade. O professor exerce papel importante nesse contexto (APP-SINDICATO, 1990I).

Ao apresentar a potencialidade da educação para a transformação, imediatamente aparece a intenção de reclamar do não reconhecimento econômico através do pagamento do salário. Segue fragmento de artigo que faz referência aos comentários de um jornalista de *O Estado do Paraná*: “A remuneração dos professores é vergonha brasileira. A pessoa incumbida da educação formal de nossas crianças ganha menos que um cobrador de ônibus” (APP-SINDICATO, 1990I).

A hierarquia salarial faz parte da natureza do capitalismo, que se regulamenta pela economia de mercado, ou seja, pela lei da oferta e da procura. Como no sistema capitalista o trabalho é também uma mercadoria, ele também está regulamentado pelas necessidades do capital. Até o preconceito pelo trabalho de cobrador de ônibus se torna uma razão a mais para a oferta de um salário compensatório. A lei da compensação faz parte da natureza da sociedade de mercado.

Diante da situação dos educadores da época, na possibilidade de manterem o sistema ou fazerem uma educação radical, poderiam até reconhecer que os trabalhadores atuam segundo a ideologia dominante, para o progresso e manutenção da ordem.

O trabalhador é a mola propulsora do progresso. Ele é que é o responsável pela manutenção de toda a sociedade. No entanto, é constantemente explorado pelo Governo, pelas empresas, pelos políticos e outro sistema de poder que se avolumam e aumentam cada dia que passa (APP-SINDICATO, 1990I).

No final do ano de 1990 houve eleições gerais para governador, deputados estaduais, federais e para senador. Álvaro Dias, que havia ensaiado sair para o Senado e deixar seu vice no comando do Estado, desistiu na última hora e ficou até o último dia de seu mandato. Ele precisava entregar o comando do Estado para alguém de sua confiança. Essa pessoa seria Roberto Requião, que não ofereceria risco algum para sua imagem e para seus projetos pessoais. Afinal, na estrutura do capitalismo há lugar para muitos personalismos. Ater-se aos detalhes do primeiro turno da eleição não traria proveito, porque havia vários candidatos. O que interessa observar é a ilusão de ótica dos educadores sobre a política e sobre os representantes do capital que se apresentavam também como representante dos trabalhadores. Enfim, foram para o segundo turno Roberto Requião, ex-secretário e fiel representante de Álvaro Dias e o empresário de comunicação Carlos Martinez, denunciado na época como originário político da “grilagem” de terras da região de Assis Chateaubriand.

Nessa situação os diretores da entidade sindical dos trabalhadores na educação se colocam diante do dilema: Preparar os trabalhadores para a luta ou indicar o “menos ruim”? Organizar os trabalhadores e prepará-los para a luta, não! A diretoria assumiu um papel ambíguo no processo eleitoral. Todavia, as publicações da entidade atacavam o candidato Requião apoiado pelo governador Álvaro Dias e, de certa forma, abrandavam as críticas ao candidato Martinez, apoiado pelo Presidente Fernando Collor de Mello. Desse modo, a diretoria da entidade, em lugar de intensificar a organização, a politização e a luta dos trabalhadores na educação, se perdia em meio aos processos eleitorais com a suposta visão de que se deve votar num “menos ruim”.

Apesar de tudo, o governador conseguiu, no final do ano, eleger seu sucessor. Diante do processo eleitoral, a subjetividade dos educadores pesou mais que a racionalidade para entender as relações entre capital e trabalho. O ódio e o desejo da vingança, assim como as relações de amizade ou afetividade prejudicaram a percepção da realidade, e por isso não foi possível compreender a necessidade da organização na perspectiva da luta de classe. Assim, as lutas passaram para o campo eleitoral, no caso da eleição entre Martinez e Requião. Um texto intitulado “E agora, professor?” (APP-SINDICATO, 1990J), descrito pelo presidente de um dos núcleos sindicais da APP, ilustra esse entendimento e o grau

de consciência de classe. Começa o texto lembrando, obviamente, a greve, para realçar a necessidade de votar no candidato da oposição ao atual governo. “A greve terminou, mágoa, revolta, desinteresse, miséria, tristeza e uma educação falida foi o que restou”. Depois de várias análises sobre a pessoa do senhor Álvaro Dias e não do papel de um governador de Estado, que está para defender os interesses do capital, o texto chamava atenção para não votar no representante do Governo, não votar em branco e não votar nulo. O “candidato do governo” seria o senhor Roberto Requião. Do outro lado, disputando com ele, estava o senhor José Carlos Martinez. Nesse caso, por uma dedução lógica, a direção da APP-Sindicato estaria votando no segundo candidato, que fazia parte da base política do presidente da república, Fernando Collor de Mello. Sobre a posição da entidade nessas eleições, a publicação dos documentos é bem clara:

É a realidade do 2º turno das eleições para governador de seu Estado. Você professor, não pode se omitir votando em branco ou anulando seu voto. Você professor deve lembrar que os omissos não terão direito de voz, de reclamações ou petições, pois quem cala consente, portanto, creio que você irá escolher o melhor. Deveria analisar as propostas dos candidatos e concluir qual será o melhor, nunca se esquecendo que as cicatrizes e estilhaços, das bombas, que o trote da cavalaria, que o latido dos cães, que as perseguições, que a calúnia, que a fome e que os dias amargos das greves de 1988 e 1989 (greve branca) e 100 dias¹⁸ da greve de 1990, estão marcados profundamente na alma e no coração de cada professor, de cada estudante e de toda a família paranaense (APP-SINDICATO, 1990J).

O texto, faz um apelo à religião e na prática, convoca os educadores para votar em Martinez. “A hora da resposta chegou”. Destaca que seria a hora da vingança. “Buscai de coração a decisão e iluminação divina, para que possais fazer de vossa cátedra a luz do saber, da vontade de vencer os ditadores e inconstantes” (APP-SINDICATO, 1990J).

Alguns educadores entendiam que por meio do voto se resolveria tudo, ou seja, bastaria estar iluminado naquele minuto da votação e contar com a sorte. Veja-se o que diz um outro texto sobre a participação dos educadores no parlamento: “Nós, professores da rede pública estadual, temos nossa vida profissional controlada inteiramente por atos políticos. Aqueles que decidem nossa sorte são eleitos pelo voto direto do povo” (APP-SINDICATO, 1990J). Sendo assim, o problema estava no próprio educador que não saberia votar. Em relação às eleições para governador dizia o texto:

¹⁸ Segundo um informativo oficial da própria APP a greve durou 96 dias.

Fica difícil identificar o voto dos professores, mas, em relação às eleições para deputado, no caso de candidatos quando eles são 'professores', a identificação da atuação política dos professores fica evidente: houve mobilização; houve resultado. Isso é bom. (grifos do autor) (APP-SINDICATO, 1990J).

Em seguida fazia uma matemática, tentando mostrar que: basta o professor querer e muda o Estado pelo voto, apontando a atuação de Paulo Maia como deputado. Quando o parlamento é visto como espaço de conquista para educadores, se reproduz a ilusão que cada segmento da sociedade precisa ter seus representantes. Por isso, o educador também deveria assumir a posição de eleger seus parlamentares. Assim foi com Paulo Maia, que se tornou deputado, e mais tarde se reelegeu, apoiando Jaime Lerner. Na Assembléia apoiou o governador em todos os projetos, inclusive naqueles contra os interesses corporativos da categoria. Romeu Gomes de Miranda também tentou seguir esse caminho em 2002, mas não obteve o mesmo sucesso de Paulo Maia. Atualmente, é presidente do Conselho Estadual da Educação – cargo de confiança do governador Roberto Requião. Em 2006 foi José Lemos quem tentou o mesmo caminho. Ficou com a 2º Suplência de Deputado. Dessa vez, porque o governador do Estado quis nomear algum deputado do PT a uma secretaria, assumindo, então, José Lemos a uma cadeira da Câmara.

2.2.1 A APP-Sindicato e a Gerência do Estado do Paraná no Governo Roberto Requião (1991-1994)

Embora o governo Álvaro Dias tenha se tornado inimigo declarado dos trabalhadores da educação, em 1990 ele conseguiu eleger seu sucessor, Roberto Requião. Assim, continuaram as políticas de ataques aos servidores públicos, aos educadores de forma geral. Os ataques não foram somente aos trabalhadores da Educação Básica, mas também ao Ensino Superior, conforme se lê no processo de “intervenção” direta na UNIOESTE – Universidade do Oeste do Paraná, em 1992. Essa intervenção aconteceu no momento da eleição para a Direção da Universidade, com a nomeação do candidato derrotado, filiado ao PMDB. Uma outra intervenção direta, ainda na UNIOESTE, explicitou a forma autoritária de governar: a demissão sumária do Diretor do Campus de Cascavel, Eurides Rosseto, por ele ter assumido posição ao lado das manifestações e contra a nomeação do candidato derrotado.

Álvaro Dias já havia demonstrado na sua gestão 1986-1990 como deveriam ser tratados a Educação e os trabalhadores, de forma geral. Além do mais, ele havia comprado a idéia do enxugamento da máquina estatal com a terceirização dos serviços públicos. Roberto Requião, que havia sido seu secretário, após deixar a Prefeitura de Curitiba, tentava dar continuidade à forma de administrar os serviços públicos. Dessa maneira, a vitória de Roberto Requião representou a continuidade das políticas de Álvaro Dias. Na relação com os sindicatos, Roberto Requião não é melhor que Álvaro Dias, pois este não reconhece as representações de classes. Pela sua concepção de Estado, não há representante legítimo dos trabalhadores. O exemplo que prova essa concepção foi a decisão de pôr termo à data base dos servidores públicos, medida encontrada para acabar com o sindicato.

A transferência do ensino primário para os municípios era outra forma de dar continuidade às políticas de Álvaro Dias. Na época havia muitos educadores primários contratados pelo Estado sem estabilidade no emprego. A transferência de responsabilidade do Ensino Primário seria um mecanismo que possibilitaria demissão desses educadores. Para garantir a implantação das políticas educacionais o governo acabou também com as eleições para diretores de escolas. Havia uma lei estadual que dava o direito de escolha do diretor pela comunidade, por intermédio do voto direto. Temendo, porém, a influência do sindicato, o governador suprimiu essa lei travando uma batalha jurídica com a APP. Assim, o governador garantia o direito de o chefe de Estado interferir diretamente na escolha dos diretores transformando a função do diretor de escola em representante legal do governo.

A interferência do governador no sindicato sempre foi e continua sendo uma forma de exercer diretamente o controle sobre a vida política dos servidores públicos, pelo lado econômico. Só não houve interferência quando os dirigentes foram cooptados, isto é, quando havia apenas uma representação formal. Desse modo, ao se negar a existência das classes sociais optando-se pelas relações de colaboração de classes, mistifica-se a realidade e explicita-se a defesa na confiança dos governos. Com essa concepção, os servidores públicos transformam-se em servidores de governos. Quando o governo não atende às expectativas dos educadores, estes não percebem que isso faz parte das relações capital e trabalho.

A idéia geral é que os governos tomam certas medidas porque são bons ou maus, como se pode verificar no texto que segue:

O Governo esteve durante os debates no Centro de Convenções de Curitiba e a exemplo do que vem fazendo desde que assumiu. Prometeu uma escola pública de qualidade e com profissionais bem remunerados. Prometeu, aos olhos e ouvido de todos os presentes, colocar televisor em todas as salas de aulas. Talvez o governador esteja pretendendo substituir os professores por um monitor de TV, pois se o Estado quer investir tão pesado em tecnologia, e não quer dar a mesma atenção ao material humano, significa que está comprovado e até explicado o descaso que Requião está destinando ao Magistério e até mesmo à Educação (APP-SINDICATO, 1992B).

Primeiro, não se percebia que esse Governo era uma seqüência do anterior; segundo, que a substituição do ser humano pelas máquinas sempre foi um imperativo do capital; terceiro que a concepção de *qualidade*, sempre deu margem para interpretação dúbia; e, por último, que a concepção de ser humano do sindicato, no fragmento acima, não difere da concepção do governo quando reclama que "não quer dar a mesma atenção ao *material humano*" (grifos nossos). Ora, o fim último dos representantes do capital é encontrar a forma mais eficiente para acumular capital e riquezas. Os meios são os recursos eficientes para atingir esse objetivo final. Quando se reivindica um tratamento para o *material humano* igual aos da ciência e tecnologia, se explicita a negação da concepção de uma educação verdadeiramente humana.

O termo "qualidade" fica sem sentido, principalmente quando se trata de recursos, que são os meios eficientes para atingir determinados fins. Quando o termo "qualidade" trata dos fins, esses sempre estão relacionados às utilidades, ou seja, em se tratando de educação, o enigma é descobrir a quem devem servir as concepções de educação em debate? Ou, pensando de outra maneira, a que senhor dever servir o sujeito bem educado?

A falta de compreensão da existência das classes sociais torna a realidade mistificada. Essa mistificação interfere diretamente na concepção da educação e, por conseqüência, de todo o sistema de organização escolar. Quando não se percebe que a história é o produto das lutas de classes, também não se percebe que o governo do Estado pertence a uma classe social e está no cargo como fiel representante da burguesia. Nesse sentido, as críticas à pessoa do governador expressam a visão limitada de sociedade e não se percebe que os educadores também pertencem à classe do proletariado. As ações dos governos, por essa visão

tradicional, sempre têm um conteúdo moral, ou seja, toda a atividade que prejudica os trabalhadores é entendida como maldade do governo e não como essência da representação da classe burguesa.

O caso das eleições para diretores das escolas era parte da tática do governo para tornar mais eficiente o controle do Estado sobre a vida dos educadores. Os dirigentes da APP, porém, não percebiam que as escolas são também aparelhos do Estado e que as ações do governo expressam a essência da concepção burguesa. Portanto, a intervenção nas eleições para diretores das escolas não era simplesmente maldade do governo. Essas medidas expressavam a natureza da ideologia burguesa e a natureza das relações de classes. Com essa prática, o Governo negava os fundamentos da democracia burguesa servindo-se dos recursos jurídicos para intervir na gestão escolar. Isso também fazia parte da tática da burguesia para reproduzir sua ideologia por meio da Educação.

Contudo, a luta para garantir o direito de escolha de diretores, por parte da comunidade escolar, também deve ser vista como parte da tática do proletariado, não como fim último. Não era esse, porém, o entendimento dos dirigentes da APP naquele momento. Tudo que o governo fazia, no entendimento da direção da APP, era divulgado como maldade pessoal. Pelo menos é isto que se percebe na seqüência do texto, que ilustra melhor essa concepção. Ou, melhor, a falta de concepção.

Mas discursos megalomaniacos e irrealistas à parte, a equipe do governo sofreu diversos escorregões durante a exposição aos prefeitos. Apresentou informações que o Presidente do Tribunal de Contas rebateu como sendo inverídicas, demonstrou irritação com a resistência dos prefeitos em engolir o projeto e, sobretudo, demonstrou insensibilidade para tratar politicamente os presentes. Contudo, uma declaração do Secretário de Planejamento chamou a atenção de todos. Disse ele que a eleição para diretores não deve ocorrer porque o governo não quer as escolas atreladas aos sindicatos. As posições adotadas pelo governo Roberto Requião e sua equipe, especialmente em relação aos sindicatos e associações, confundem a cabeça dos eleitores e dos cidadãos do Paraná (APP-SINDICATO, 1992B).

O caso da eleição para diretores de escolas é típico. O governo preferia consulta à comunidade e não eleição, porque, caso o indicado pela comunidade não seguisse a cartilha da colaboração de classe ele nomearia outro diretor que atendesse a esses requisitos. No seu conjunto, os educadores ligados ao sindicato lutavam pela eleição, visto que seria o momento privilegiado para debater com a comunidade as políticas educacionais. Contudo, esse debate normalmente não acontecia, por falta de conteúdo sobre a compreensão das lutas de classes. Isso só

seria possível, caso houvesse no interior de uma comunidade escolar alguém com uma “consciência de classe” nos momentos de eleições. Portanto, o momento de disputas seria o espaço privilegiado diante das contradições do Estado. Isto é, mesmo sendo as escolas um dos aparelhos utilizados para a reprodução da ideologia burguesa, em cada eleição, a comunidade escolar poderia estar debatendo as políticas educacionais e possibilitando espaço para compreensão das contradições entre o projeto histórico do proletariado e o projeto da educação para a manutenção da sociedade burguesa. A diretoria, no entanto, entendia ser possível um projeto comum entre o governo e as entidades de classe, conforme segue o mesmo artigo:

A imposição dos projetos de cima para baixo, o descaso com os segmentos organizados e liderança da comunidade nos deixa atônitos, principalmente se buscarmos a história política de Requião a sua trajetória feita com base na defesa das lutas dos sindicatos e associações de moradores. Fica difícil enxergar no Requião de hoje o líder estudantil, deputado combativo e até mesmo o prefeito que criou as freguesias para que sua administração refletisse mais a administração popular. Ou tudo não passou de um engodo ou estamos diante de uma mutação estranha. Requião está na contra-mão da história e o mais grave é que pode se chocar com a sociedade e provocar mortos e feridos entre representações populares (APP-SINDICATO, 1992B).

Como líder estudantil, no início de sua carreira política e, mais tarde, como advogado de sindicatos e associações, ele já era membro nato da classe burguesa. As atividades que parecia serem em defesa das causas do proletariado, naquele momento, por certo, interessavam mais para sua trajetória política que para a superação das relações de exploração. Portanto, não significa que, na qualidade de governador, deve agir como advogado das causas do proletariado.

Uma outra consideração a ser feita é que os representantes do capital também disputam o poder entre eles para gerenciar o Estado. E isso confunde os trabalhadores que acreditam que o voto é o caminho para transformação social. Como a maioria dos votos se encontra na classe trabalhadora, os capitalistas precisam apresentar uma política que deixe transparecer sua preocupação com a classe trabalhadora. Por isso é que os sindicatos deveriam ter e oferecer aos seus sindicalizados uma política de formação permanente. Essa formação permanente deveria ser um espaço para aprofundar o conhecimento sobre a concepção de classe. Neste sentido, LÊNIN (1988, p. 18), considerou que

cada passo avante, cada progresso real valem mais que uma dúzia de programas”. Repetir tais palavras nessa época de dissensão teórica equivale a dizer à vista de um cortejo fúnebre: “Tomara que sempre tenha algo para

levar!” Além disso, essas palavras são extraídas das cartas sobre o programa de Gotha, na qual Marx *condena categoricamente* o ecletismo no enunciado dos princípios. Se a união é verdadeiramente necessária, escrevia Marx aos dirigentes do partido, façam acordos para realizar os objetivos práticos do movimento, mas não cheguem ao ponto de fazer comércio dos princípios, nem façam “concessões” teóricas (grifos do autor).

A reflexão de Lênin, sobre as categorias teóricas de Marx explicita a falta de compromisso de classe entre em alguns dirigentes sindicais. Acrescenta Lênin: “eis que há entre nós pessoas que, em seu nome, procuram diminuir a importância da teoria”. Essas pessoas são as lideranças que em seu nome fazem concessões, de acordo com seus interesses, mas sempre se utilizando dos recursos da representatividade. Em LÊNIN (1979, p. 170), a luta pela “transição do capitalismo ao socialismo” é considerada a tarefa principal dos sindicatos. Isso se os sindicatos forem vistos como de lutas e orgânicos aos trabalhadores. Sendo a transição do sistema capitalista o objetivo final, é preciso considerar a “particularidade principal do momento atual” e a propaganda intensiva.

Com objetivo de despertar ideologicamente, despertar e unir através da organização os setores e elementos menos desenvolvidos do proletariado, como são, por exemplo, os peões, os empregados domésticos nas cidades, os semiproletários no campo, etc. (*Id.*).

Se os dirigentes sindicais, de fato tivessem o compromisso com a transição do capitalismo para o socialismo a aliança deveria ser com os diversos setores do proletariado. “A necessidade de levar em conta as formas transitórias requer novo marco no terreno da organização” (*Ibid.*, p. 172). Ao contrário dos princípios de classe, a maioria dos dirigentes continua na ilusão da democracia burguesa, sem perceber que a escola é um dos aparelhos do Estado. Neste sentido é de fundamental importância para qualquer governo manter diretores aliados aos seus princípios.

A interferência na gestão escolar faz parte da lógica das relações capital e trabalho. Evitar a eleição é uma tática utilizada por qualquer governo quando não consegue cooptar todos os dirigentes sindicais. Neste caso, a tática é demolir as entidades de representação de classe para evitar a resistência. E, uma outra questão que permanece como mistério, não debatido naquele momento, é a teoria do conhecimento para compor os conteúdos básicos da formação humana. Quando o sistema de educação está para atender aos interesses do capital, a escolha dos conteúdos fica subordinada aos interesses do modo de produção capitalista. Aqui

não aparecem seres humanos, mas sim o material humano, os recursos humanos, os recursos materiais, didáticos e pedagógicos.

Quando a educação tem o ser humano como um fim em si mesmo não há porque discutir o que o sujeito educado deve produzir na sociedade, porque ele se tornará membro ativo nas relações sociais, políticas e econômicas. Mas, o governo sabe quando as entidades representam de fato os trabalhadores e sabe também quando não há representação. Quando as entidades optam pela luta de classe, é natural a tentativa de os governos cooptarem dirigentes ou desqualificarem-nos perante os associados. Eles dirigem, dessa forma, indiretamente o sindicato. Outra forma de apelação é a tentativa de acabar com a entidade, pela força política ou por via jurídica. Tais recursos sempre foram utilizados, tanto pelos empresários donos do capital como pelos representantes do poder público, para atrofiarem as organizações de classes, no momento que percebem que os trabalhadores começam a se organizar. Essa prática é evidenciada no ataque às eleições de diretores de escolas, por ser um espaço de disputa política entre governo e sindicato.

A APP-Sindicato voltou a cobrar da SEED a realização das Eleições para diretores. Visivelmente inconformado com o posicionamento da entidade que impediu que o governador Requião impusesse a “escolha” via Decreto, o Secretário Elias Abraão declarou que a consulta será feita logo após deixe de existir a liminar ganha pela APP-Sindicato na justiça. Para ele, o sindicato é o culpado por não estar havendo a “escolha” de diretores e por não ter compreendido a “boa vontade” do governo do Estado ao editar o Decreto. Por sua vez, o presidente da mesa lembrou o Secretário que o Supremo Tribunal considerou inconstitucional o inciso VII do artigo 178 da Constituição Estadual, mas que a lei Rubens Bueno ainda permanecia em vigor. Cobrou ainda o casuismo do governo e a traição à categoria, pois, enquanto nos chamava a discutir a melhor Lei, ingressava no Supremo com o pedido de inconstitucionalidade e editava o malfadado decreto (APP-SINDICATO, 1992C).

Quando o presidente da APP, Izaías Ogliari, cobrou o *casuismo e a traição* do governo, provavelmente ele negava as relações de classes. Essa concepção fazia com que ele entendesse os educadores como colaboradores do governo. A partir, porém, das disputas nas escolas, foram traídos por esse mesmo governo. Essa disputa jurídica denunciava que o governo deixou de ser aliado quando traiu a categoria. Esse sentimento de traição deixava a diretoria da APP numa situação contraditória diante da categoria. No mesmo tempo que tinha pretensão de colaborar com o governo, tinha que enfrentar uma batalha jurídica pela defesa da democracia na gestão escolar.

A defesa da eleição direta nas escolas defendida por parte de alguns educadores da base da APP seria uma forma de produzir a cultura da participação na gestão escolar e nas políticas educacionais. Mas, como as mudanças na legislação não têm efeito direto sobre a cultura, esse debate dificilmente acontece. Nem aconteceu no momento em que se discutia a necessidade de a comunidade exercer o direito de escolha da direção, nem agora, que está regulamentado por lei. Os diretores das escolas, na sua maioria, continuam pensando que são representantes do Governo, e de fato o são, se comportam como pessoas com cargos de confiança do Governo. Comportamento diferente será motivo de demissão.

Essa realidade demonstra que as escolas são partes do aparelho do Estado e, portanto, instrumentos do poder político e ideológico. Sendo aparelho do Estado, qualquer governo lança mão dos recursos necessários para exercer o controle desse aparelho. Dessa maneira, não se poderia considerar *traição* do chefe de Estado o fato de ingressar no Supremo Tribunal para garantir instrumentos jurídicos favoráveis ao exercício do poder. Nesse caso, o governo tinha uma consciência de classe, ou seja, ele sabia que a eleição direta para diretores de escolas se tornava um espaço de organização e produção da consciência do proletariado como classe antagônica. Somente a direção da APP não sabia e, por isso, o tratava como traidor. Essa é uma forma eficiente para despolitizar o proletariado.

Todas as lutas encampadas pela APP são resultados dos fatos que têm influência imediata sobre a vida dos educadores. As reivindicações, por isso, quase sempre ficavam limitadas aos interesses econômicos. Quando os salários não atendiam às necessidades imediatas, era fácil mobilizar a categoria. Porém, nas mobilizações, não estava incluído o debate sobre concepção de educação, para perceber que os problemas econômicos são decorrências do modo de produção capitalista. Sabiam eles que isso não deveria entrar como reivindicação, pelo fato de os governos representarem os interesses do capital. Mas os debates nas assembleias e congressos poderiam privilegiar a formação. Isso, porém, nunca aconteceu, porque as diretorias também tiveram dificuldades para perceber além do empírico.

Assim, as lutas sempre foram corporativas e por interesses específicos. E, quando acontecia alguma conquista, tinham dificuldade para aproveitar os

momentos e demonstrar que somente a força da unidade é capaz de curvar o lado oposto. Essas especificidades da concepção sindical denunciam que as diretorias não souberam o que fazer para ultrapassar os limites dos interesses comuns, das reivindicações imediatas porque não conseguiam perceber que as conquistas expressavam a força da unidade dos trabalhadores. Quando há bons salários é condição objetiva da estrutura do capital e não da boa vontade dos governos. Uma pauta de reivindicações publicada no dia 12/04/92 é típica da concepção economicista de sindicato. Com 27 pontos de pauta, não havia um sequer que fugisse das reivindicações econômicas. Embora longa, se faz necessário citar todas para ilustrar a visão limitada dos dirigentes da época.

- 01 – Data base: fixação da data base da categoria em 1º de maio;
- 02 – Piso salarial do DIEESE por vinte (20) horas semanais (...);
- 03 – Reposição da Inflação mês a mês, de acordo com os cálculos dos institutos oficiais (...);
- 04 – Aumento real, no mínimo de 10% (...);
- 05 – Isonomia de vencimento de demais vantagens decorrentes da Lei ou de negociação coletiva, aos integrantes da categoria, ainda que aposentados ou regidos pela CLT;
- 06 – Garantia ao professor substituto, dos salários pagos, iguais ao professor substituído, desde que o salário deste seja superior;
- 07 – Incorporação do vencimento/salário, para todos efetivos legais, inclusive férias e 13º salário aos valores recebidos a título de aulas em substituição;
- 08 – Incorporação da gratificação de regência de classe aos vencimentos/remuneração de todos os integrantes da categoria para todos os efetivos legais;
- 06 – Garantia ao professor substituto, dos salários pagos, iguais ao professor substituído, desde que o salário deste seja superior.
- 07 – Incorporação do vencimento/salários, para todos os efeitos legais, inclusive férias 13º salário aos valores recebidos a título de aulas em substituição.
- 08 – Incorporação da gratificação de regência de classe aos vencimentos/remuneração de todos os integrantes da categoria para todos os efeitos legais.
- 09 – Garantia de que todo professor integrante da categoria perceberá seus vencimentos/remuneração pela maior habilitação/titulação, independente do regime de trabalho (...).
- 10 – Transformação dos quinquênios atualmente pagos pelo Estado, em anuênios, à razão de 1,0 % (hum por cento) sobre os vencimentos (...).
- 11 – Garantia de pagamento do adicional noturno, a todos os integrantes da categoria, à razão de 50% (cinquenta por cento...)
- 12 – Garantia de pagamento das horas-extras a todos os integrantes da categoria, com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre as duas primeiras horas e, de 100% (cem por cento) para as demais horas (...).
- 13 – Pagamento do adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os vencimentos/remuneração, para os integrantes da categoria que supervisionem estágios em horários e local, que não sejam os fixados em suas lotação¹⁹.

¹⁹ Provavelmente, esta reivindicação se referia aos professores do ensino profissionalizante do antigo 2º grau. Exemplo: Magistério, Técnico de Enfermagem, Técnico de Contabilidade, etc.

- 14 – Implantação imediata da ajuda de custo de 30% (trinta por cento), sobre os vencimentos/remuneração, ao integrante da categoria que trabalha em escolas de difícil acesso ou em municípios de fronteiras (...).
- 15 – Gratificação de regência de classe, que atualmente é pago a razão de 1.2% (um virgula dois por cento) ao dia, passará a ser de 2% (dois por cento) sobre o piso inicial (...).
- 16 – Gratificação de Regência de Classe para os professores que atuem em escolas situadas na zona rural, à razão de 2% (dois por cento...).
- 17 – Gratificação de Classe Multisseriada, ou seja, classes com mais de uma série, à razão de 50% (cinquenta por cento...).
- 18 – Gratificações de diretores 45% do PE-5, para Diretor auxiliar, por turno²⁰.
- 19 – Pagamento do salário relativo às férias, acrescido de 1/3 (um terço) do valor do salário normal, antes do gozo das férias.
- 20 – Pagamento integral do 13º salário a todo o funcionalismo público até 10 de dezembro anualmente.
- 21 – Igualdade entre os proventos do pessoal do Magistério ativo e inativo (Direito Constitucional).
- 22 – Percepção de férias proporcionais, ainda que conte menos de 12 meses de serviço, ao integrante da categoria que solicite demissão ou exoneração, ou ainda quando despedido imotivadamente.
- 23 – Em caso de demissão de professor durante o período de férias ou recesso escolar, garantia de percepção da remuneração/vencimentos relativo ao período de férias e recesso até o reinício das aulas (enunciado 10 / TST)²¹.
- 24 – Pagamento dos valores corrigidos monetariamente, na hipótese de pagamento salários com atraso²².
- 25 – Pagamento no dia posterior à demissão, na hipótese de aviso prévio indenizado, ou no prazo de cinco dias, na hipótese de aviso cumprido.
- 26 – Homologação das rescisões contratuais, inclusive dos integrantes da categoria que tenham menos de um ano de serviço²³, com assistência e perante o sindicato.
- 27 – O valor da aula extraordinária deverá ser igual ao da CLT, incluindo repouso semanal remunerado (APP-SINDICATO, 1992F).

Apesar de ser longa essa lista de reivindicações, entendeu-se interessante colocar na íntegra, suprimindo apenas alguns itens considerados redundantes. Observando atentamente, vê-se que não há outro tipo de reivindicações fora dos interesses econômicos da categoria. Embora sabendo que nesse período os

²⁰ Esta reivindicação traz um conteúdo que expressa a concepção da democracia liberal burguesa. E retira o conteúdo da luta de classes. O candidato a diretor dificilmente entra na luta com os demais trabalhadores para uma luta do conjunto dos trabalhadores. Um outro elemento que está presente ainda hoje para os diretores é o prejuízo na carreira. Um diretor perde todos os direitos dos professores que estão em regência. Mas, do ponto de vista da democracia liberal burguesa está correto, uma vez que o diretor torna-se cargo de confiança do governo, logo, não deve ter os mesmos direitos dos trabalhadores. Mas os diretores de escola querem ser as duas coisas: cargo de confiança do governo sem perder os direitos que são especificamente dos educadores, além do aumento que recebem pela função. Pela concepção materialista da história, o diretor da escola não deveria receber aumento por ser diretor, porque mesmo na função ele não abdicou sua carreira e para não se tornar traidor da categoria ele também não deveria perder os direitos de regência e não ter privilégios financeiros pela função.

²¹ Nesse caso as reivindicações seriam apenas para os professores em regime CLT.

²² Ao invés de lutar para que os vencimentos não tivessem mais atraso, optou-se pela correção. Uma espécie de compensação financeira.

²³ Quem tivesse mais de um ano de serviço, já estaria garantida, pela CLT, a obrigatoriedade da homologação pelo sindicato.

educadores não tinham quase nada de direito, mesmo assim, não se percebe a preocupação em demonstrar para a categoria a verdadeira essência da estrutura da sociedade capitalista. As propostas foram aprovadas em assembléia geral no dia 29 de março de 1992, após os debates por grupo específico para discutir a questão salarial, conforme anuncia o final dessa pauta de reivindicações: “Nesta edição, começamos a publicar a pauta de reivindicações da categoria, aprovadas na Assembléia Geral, de 29/03/1992. Hoje, apenas as do grupo da proposta salarial”.

Outros grupos de reivindicações foram publicados nas edições seguintes.

As questões salariais visam resultados imediatos. As outras propostas também são de interesses econômicos e também procuram resultados imediatos, embora não se trate diretamente de salários. Na Assembléia Geral, do dia 08 de abril de 1992, foram debatidos e aprovados alguns pontos do Congresso, realizado anteriormente. Uma curiosidade: o plano de luta, contido nas propostas estatutárias da entidade para a transformação em sindicato não foi aprovado. De acordo com essa assembléia, a pauta de reivindicações contempla um leque de 72 itens. Entre eles estavam as eleições para diretores de escolas e as questões da Previdência (IPE). Estes itens estavam fora das questões salariais, mas não escapavam dos interesses econômicos. O que se constatou foram dificuldades para estabelecer as relações políticas e os compromissos históricos que atingiam a categoria, impedindo o avanço na organização política. Quando isso aconteceu, os educadores procuravam soluções nos partidos tradicionais, caindo novamente nos interesse particulares para eleger candidatos A ou B, do partido X ou Y.

Com essa prática, a concepção classista nunca aparecia. A contradição entre os interesses do Governo e dos trabalhadores sempre ficava escondida pelo juízo de valor moral sobre as políticas do Governo e nunca por uma análise sobre as estruturas e relações de classes. O fato de entender que um governo age pela boa ou má vontade, sem compreender a estrutura e contradição de classe, reproduziu a ilusão na consciência dos educadores de que o problema estava na falta de vontade do governo, portanto, a solução estava no momento do voto. Isso aconteceu e continua acontecendo em todos os momentos de eleição.

Enfim, final do ano de 1992 e o Governo continuou tranqüilo, sem demonstrar qualquer preocupação com as reivindicações econômicas. Encontrou, no entanto, uma saída espetacular para acalmar os ânimos da categoria. “Ofício Circular 39/92 –

GRHS, os professores, no próximo ano poderão ministrar até 60 aulas semanais”. Acrescenta a nota do dia 06/12/1992: “sem qualquer outra consideração preliminar do ponto de vista didático, isso equivale a uma confissão de mediocridade do ensino” (APP-SINDICATO, 1992I).

Apesar de a maioria das reivindicações serem do campo econômico, eles não percebiam que as medidas tomadas pelo Governo estavam orientadas pela economia do Estado. A decisão de permitir que os professores ministrassem 60 horas aulas semanais, dividia a categoria. Aqueles que aceitavam a proposta (e não eram poucos), no final do mês receberiam 50% a mais. Esses abandonavam a luta conjunta porque não tinham tempo para pensar no sindicato e dividiam a categoria. Com o aumento da carga horária de trabalho, entraram num estágio de acúmulo de trabalho, do que resultaram doenças profissionais como *stress*, depressão, LER e outras. Os debates sobre as 60 horas-aula ficavam, porém, no limite da qualidade do ensino e não do desgaste físico, mental e psicológico do professor.

Não foi somente o movimento sindical que Requião atacou. As universidades estaduais também sofreram interferência do Estado, com a nomeação do candidato derrotado nas eleições da UNIOESTE.

O professor Marcus Vinicius Pires de Sousa, derrotado nas eleições da UNIOESTE, foi empossado ontem no Centro cultural Gilberto Mayer, em Cascavel, como novo diretor presidente da instituição sob intenso protesto da comunidade universitária. A solenidade de posse foi marcada para o local devido à ocupação da sede da instituição por defensores da nomeação dos eleitos²⁴ (...) os quais, no entanto, compareceram em grande número no local para protestar (APP-SINDICATO, 1992A).

O mesmo artigo fazia referência aos representantes de instituições favoráveis à intervenção do Governo, bem como aos que não se faziam presentes, em atitude de protesto. O artigo mencionava também que “uma estudante levantou ‘uma questão de ordem’ pela democracia²⁵”. Eurides Rosseto, diretor do campus de Cascavel, estava entre a multidão que protestava. No mesmo ano foi “democraticamente” demitido da Universidade pelo governador Roberto Requião.

Assim como os diretores de escolas eram cargos de confiança, os reitores das universidades também deveriam incorporar as políticas do governo. A gestão

²⁴ Entre os que ocuparam o espaço da reitoria da então Fundação Universitária, na época, estava eu presente, também como um ingênuo que não sabia que nos anos seguintes o candidato eleito Erneldo Shalleberger estaria assumindo como reitor e defendendo o governo Lerner no sucateamento do ensino. Desta vez o ensino superior estava ajudando no processo de sucateamento do ensino fundamental e médio, pelo fato de não haver compromisso com a classe trabalhadora.

²⁵ A estudante em questão, mencionada pelo jornal, era uma professora.

democrática na escola, a autonomia universitária era apenas ilusão de professores e movimento estudantil. De acordo com o pensamento da burguesia capitalista a autonomia universitária não deve existir, porque, na lógica dos governos que estão também como representantes do poder econômico, a conquista da autonomia significa o custeio financeiro pela comunidade. Nessa concepção, o Estado capitalista é a entidade exclusiva para gerenciar os interesses do capital, uma vez que as receitas do Estado são produtos dos impostos e os impostos são resultados da produção e não há produção sem trabalho.

Mas na sociedade capitalista se repassa a impressão de que é normal o Estado gerenciar as políticas econômicas sem a interferência dos trabalhadores, e que o Estado é um ente separado da população, que está financiando as instituições com dinheiro próprio e não resultado de trabalho humano. Assim, reivindicar autonomia universitária torna-se uma excrescência diante dos interesses dos representantes do capital, que têm outros interesses a respeito das receitas do Estado, dos impostos e das próprias políticas de formação humana.

Enfim, chega o final do mandato do governador Roberto Requião. Não se entra em detalhes do que houve no primeiro turno, pois havia vários candidatos. As eleições, na verdade, não expressavam as contradições de classes. Dessa forma, a questão do primeiro turno não interessa para esta análise. Por isso, este trabalho trata apenas dos candidatos do segundo turno.

Novamente vem Álvaro Dias como candidato de Roberto Requião, este sim, desde o primeiro turno. Mas a lógica de enxergar apenas a pessoa do Governo como responsável pelas políticas de Estado, sem compreender as relações de classes, fez com que a maioria dos educadores optasse diretamente por Jaime Lerner. Alguns trabalharam diretamente para Lerner e outros fizeram uma campanha “anti-Álvaro”. Como se a segunda opção não fosse uma forma de apoio direto à candidatura de Lerner. Enfim, o resultado do segundo turno deu a vitória a Jaime Lerner, inclusive com apoio de parte da diretoria da APP.

2.2.2 A APP-Sindicato e a gerência do Estado do Paraná no Governo Jaime Lerner (1995-2002)

Em 1994 ocorreram as eleições para presidente da República, para governadores dos Estados, para o Senado Federal, para a Câmara de Deputados

Federais e para deputados estaduais. Foram eleitos Fernando Henrique Cardoso para presidente da República e Jaime Lerner para Governador do Estado. O discurso, tanto na esfera federal como na estadual era o de ajustar o Estado às novas demandas do mercado. Assim, os novos governos se apresentavam em função dos negócios da burguesia internacional e do mercado mundial. Abrir as portas do país para o capital internacional era o grande desafio tanto do presidente Fernando Henrique Cardoso quanto do governador do Estado, Jaime Lerner. Para atingir esses objetivos era preciso alterar a Constituição Federal. Um mandato só e apenas de quatro anos seria muito pouco para atingir esses objetivos, mas era isso que estava na Constituição. Para atingir os objetivos dos representantes do capital foi alterada a Constituição e tanto o presidente da República como o governador do Estado conseguiram o direito de recandidatarem-se, cujo segundo mandato, caso obtivessem êxito no pleito, o que de fato ocorreu, encerraria em 2002.

Seguindo as premissas do modelo das políticas econômicas implementada, nas duas gestões, entre 1995 e 2002, de Fernando Henrique Cardoso como presidente e de Jaime Lerner como o governador do Estado do Paraná, deveria ser intensificado o processo de privatização. Assim as privatizações atingiram diversos setores, como o das rodovias, o BANESTADO – Banco do Estado do Paraná, a saúde, a educação, a energia, a água, o petróleo, as empresas de comunicação, etc. Álvaro Dias, derrotado em 1994, se tornou diretor da Empresa de Telecomunicações do Paraná – TELEPAR. Nessa função, atuou no sentido de ajudar o governo de Fernando Henrique Cardoso na privatização dessa estatal. Enquanto Jaime Lerner privatizava parte do patrimônio público do Estado do Paraná, Álvaro Dias simulava ser oposição, mas completava a tarefa ao ajudar o presidente da República na privatização.

De acordo com a Cartilha publicada pela APP, denominada “*Mister M*”, para a consecução das atividades relacionadas às privatizações entraram as receitas do Banco Mundial para a educação, traduzidas nos seguintes pontos:

1. PROEM – Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio;
2. FAXINAL DO CÉU: “batizada” pelo próprio governador, Jaime Lerner, de Universidade do Professor;
3. PARANA EDUCAÇÃO;
4. CORREÇÃO DE FLUXO. Programa de aceleração dos alunos repetentes;
5. PROGRAMA DE QUALIDADE DE ENSINO: Esse programa tinha como objetivo aumentar a competência da escola para atender às necessidades do mercado.

Com o PROEM, o governo do Paraná acabou com o ensino profissionalizante que havia no Estado. Essa proposta estava em sintonia com a LDB, atendendo os princípios dos organismos internacionais. Foi durante esse período que a APP elaborou a cartilha denominada “*Mister M*”, fazendo apologia a um mágico estadunidense que se exibia na Rede Globo, na época. Essa cartilha denunciava:

O primeiro truque que vamos desmascarar é a mágica do PROEM – Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no ensino médio. Esta mágica consiste em admitir que a formação profissional média tem problemas – o que todo o professor sabe pela experiência diária. Os passos seguintes são desmontar todo o ensino profissional público em nome da resolução destes problemas. Passar este ensino para o setor privado, acentuando a elitização. E por fim dar a impressão de que os verdadeiros problemas foram enfrentados. (p. 06)

O dever do governo era eliminar o dever do Estado e repassar para a iniciativa privada. Para contar com o apoio dos educadores o governo criou um espaço de formação ideológica, em Faxinal do Céu, local utilizado na construção da barragem de Foz do Areia, município de Pinhão. Nesse espaço, o governo do Estado repassava para as empresas privada a função da formação dos educadores. Para essa tarefa ele contratou uma empresa chamada *AVIA Internacional* e outra, chamada *LUNA*. Na mesma cartilha faz alusão à preparação do educador através de um olhar mágico da realidade.

Esta atmosfera é necessária para o sucesso da mágica porque através de exercícios de motivação e interiorização, os professores são retirados da realidade cotidiana e transportados para uma situação ilusória de individualismo extremo. Além disso, responsabiliza o professor individualmente pela transformação da dura realidade escolar, através de um “novo olhar” (p. 8).

Entre todas as políticas educacionais, o PARANÁ EDUCAÇÃO foi a maior expressão na tentativa da privatização do Ensino Público. No primeiro ano de gestão, tentou repassar a responsabilidade da contratação de professores para a APM – Associação de Pais e Mestres de cada escola. Essa tentativa não teve sucesso, graças às ações coordenadas dos educadores, que mobilizaram os pais e evitaram que isso ocorresse. Com o PROEM e o PARANÁ EDUCAÇÃO o Governo obteve um relativo sucesso, porque contou com ajuda de diretores de escolas - função que ele transformou em cargo de confiança do Governo. Os diretores das escolas foram os maiores colaboradores do Governo, tanto para implantar o

PROEM, como na política do PARANÁ EDUCAÇÃO, conforme se confere no trecho que segue:

A ilusão é possível porque o mágico, que neste número conta com vários ajudantes, principalmente com os meios de comunicação, faz o público pensar que educação é uma mercadoria e que os alunos são clientes. Através do discurso, o mágico retira do público o conceito de direito de cada cidadão. E faz desaparecer, em pleno palco, e novamente por um fundo falso que é acionado pela sua assistente, a obrigação do Estado em oferecer a educação para todos (p.10).

Nessa cartilha não são citados os diretores de escolas porque a maioria deles são também associados da APP. Mas os diretores também estavam hipnotizados pelo poder e contribuíram para a implantação dessa gestão que compactuava com as transferências das verbas públicas para a iniciativa privada. “Com este número, o mágico também faz desaparecer milhões de reais dos cofres públicos que reaparecem nas contas da iniciativa privada”.

Produziu-se, nesse período, a ilusão de que os educadores competentes ganhariam mais se tivessem iniciativa.

Os concursos públicos desapareceram. A contratação de professores era por intermédio do PARANÁ EDUCAÇÃO. “Mas o mágico ainda faz desaparecer professores e funcionários da Rede Estadual que reaparece no PARANÁ EDUCAÇÃO” (p. 11).

Para resolver os problemas da evasão escolar e repetência, o Governo criou o programa de “Correção de Fluxo”.

A evasão escolar é um tema bastante debatido pelos educadores, os quais concordam, quase por uma unanimidade, que os problemas são econômicos. No entanto, os governos têm tratado a questão como falta de capacidade dos educadores. A falta de trabalho dos pais provoca mudanças de cidades, obrigando o abandono ou a transferência do ensino. Demonstra-se, com isso, que a evasão está ligada a problemas econômicos. Por atender, porém, às exigências dos organismos internacionais, o governo criou mecanismo automático de progressão dos alunos, mesmo desprovidos de um mínimo de conhecimento necessário para a progressão.

O truque consiste em melhorar os números educacionais (evasão, repetência, escolarização) sem melhorar a qualidade do ensino. O mágico (...) dá início ao show exibindo todos os números negativos da rede estadual de ensino. Sua ajudante²⁶ exhibe um livro contábil onde todos os dados são colocados. Fecha-se o livro, o mágico diz as palavras “correção de fluxo e recuperação de férias”, e o livro se abre com outros dados. Fim

²⁶ Uma referência à sua Secretária da Educação, ex-funcionária do Banco Mundial, Alcione Saliba.

da evasão, fim da repetência, altos índices de alfabetização e escolarização. Como ele fez isso? *Mister M* mostra tudo (p. 12).

O programa de qualidade no ensino estava intimamente sintonizado com as exigências dos organismos internacionais, os quais ainda continuam interferindo diretamente na educação brasileira.

Com a nova onda da vitória do capitalismo sobre os países dos blocos socialistas, os organismos internacionais representantes do capitalismo buscavam expandir o mais rápido possível a idéia de uma única alternativa. Os países pobres deixaram de ser classificados como Terceiro Mundo e passaram a receber a denominação de “países emergentes” e os institutos dos países do capitalismo central eram os responsáveis pela difusão da nova ideologia, conforme se lê na Cartilha:

Olhando para o PQE – Plano de Qualidade de Ensino, é fácil de perceber que o mágico fez o seu aprendizado na famosa escola “*Neoliberalism Global-Cash School*”. Esta, com sede em Nova York, financiada pelo FMI, BIRD e Banco Mundial (p. 15).

Com o reordenamento do capital internacional seria preciso reformular os métodos para a nova formação ideológica, principalmente dos países do capitalismo dependente. Para isso, os representantes do capital nacional, defensores da expansão do capitalismo mundial, recebiam orientação nos países do capitalismo central. Essas orientações seriam por meio de institutos de formação, de universidades, de escolas e de outros mecanismos ideológicos do capital. Acrescenta a cartilha: “podemos entender porque o vocabulário da Secretaria de Educação é sobre otimização²⁷, recursos²⁸, clientes²⁹, etc. (*Ibid.*, p. 16). As relações econômicas são, obviamente, as relações de produção, cuja ligação é com as relações sociais e políticas. Por isso, têm influência imediata sobre a forma de vida, a forma de comunicação, e a maneira de cada um perceber o mundo para si e as formas de relações sociais. Continua a Cartilha: “Outro fator importante é um recurso

²⁷ Este mesmo vocabulário foi adotado por alguns dirigentes da APP, quando se tratava da utilização dos meios disponíveis da entidade que poderiam ser utilizado para a formação. Exemplo “otimizar a utilização da casa de Pato Branco”.

²⁸ Na formação ainda é utilizado o termo “formação de recursos humanos”, para justificar a necessidade de o capitalismo permanecer intocável.

²⁹ Este termo contaminou diretores de escolas, professores e até professores da academia que nas suas publicações utilizam-se do termo “clientela” em referência aos alunos que se utilizam da escola pública. Um exemplo flagrante está KUENZER (2000, p. 41), ao tratar da relação da escola com a Legislação – LDB: “Isso significa que a aproximação das finalidades far-se-á por diferentes mediações, em face das condições concretas de cada região, de cada localidade, de cada escola, de cada **clientela**. (grifo nosso).

retórico de apostar na descentralização, ‘parcerias’ com setores da sociedade, transferindo a responsabilidade pela manutenção da Escola”.

Lerner recorria com freqüência às APM’s para ajudar na sua tarefa de aliviar o Estado do ônus da manutenção da educação pública. O curioso disso tudo é que alguns membros da APP, em especial, os que elaboraram a cartilha, pensavam que o problema do capitalismo se resumia na pessoa do governador Jaime Lerner.

Do ponto de vista didático-pedagógico sobre as críticas ao desmonte do Estado, pode-se considerar que nesse período foram produzidos excelentes materiais. Muitos desses materiais contribuíram para a reflexão da categoria. Contraditoriamente, porém, não se aproveitou o momento para mostrar aos trabalhadores que tudo isso fazia parte de um estágio da organização do capitalismo. Nem foi aproveitada a oportunidade de discutir o assunto de que as eleições estão dentro da agenda da burguesia, a qual usa a política como meio de relação de poder, com o objetivo de manter o modo de produção capitalista e iludir a população de que a justiça está subordinada às relações de mercado.

Ao contrário da concepção materialista da história, repassava-se a idéia de que tudo acontecia pela maldade pessoal de Jaime Lerner e de seus apoiadores. Com essa política de relação com a base, alimentavam a ilusão de que a troca de governador solucionaria os problemas dos educadores, tais como: O diálogo com a categoria sobre a necessidade das conquistas dos direitos; o plano de carreira para o magistério e, concurso público. Embora vinculado ao discurso de uma escola pública de qualidade, sempre ficava limitado aos interesses específicos da categoria e nunca vinculada às necessidades da superação do modo de produção capitalista e da emancipação humana.

Todos sabem que qualquer governo pode atender interesses parciais e imediatos de setores da classe trabalhadora, mas, na sua totalidade, os trabalhadores continuam coadjuvantes da história. Coadjuvantes são todos aqueles trabalhadores que recebem certos benefícios, como por exemplo: ser diretores de escolas, como cargo de confiança dos governos e atuar nos núcleos de educação e secretarias de Estado, e até serem convidados por partidos da burguesia para serem candidatos e receberem financiamento para sua campanha. Tudo isso não passa de uma forma de controle da burguesia sobre a organização do proletariado, de acordo com a democracia burguesa.

Concluindo, esse material conclamava os educadores: “precisamos de muita organização, união e luta. A história mostra isso”. E, finalizava dizendo: “Afinal somos gente e gente não nasceu para ser iludida por este ou aquele mágico. Nascermos para viver e ser feliz de verdade” (p. 22). Essa concepção aristotélica de que a finalidade da humanidade é ser feliz³⁰, também produz a ilusão de que é possível ser feliz sem mudar o sistema capitalista; é possível ser feliz sem tratar da emancipação da classe trabalhadora e sem tratar da organização para acumular força política. Isso mistifica a concepção materialista do compromisso político do proletariado com a emancipação humana.

A gestão de Jaime Lerner fazia parte da estratégia do capital internacional, de acabar com as organizações classistas que representavam, de fato, os interesses da classe trabalhadora. Para isso, no início de seu mandato, tentou cooptar uma parcela dos educadores que assumiram sua campanha contra a candidatura de Álvaro Dias. Essa tática não vingou porque, mesmo com uma parcela significativa de educadores a seu lado, a maioria da categoria percebeu a política de agressão aos direitos trabalhistas. O fracasso dessa tática fez com que o governo deixasse de efetuar o repasse das mensalidades dos associados para o sindicato. Dessa maneira, a Diretoria da entidade ficou sem meios de comunicação com a categoria, uma vez que a mensalidade é a única fonte de receita da entidade. Essa decisão levou oito educadores à greve de fome, que durou mais de uma semana, até uma negociação parcial mediada pela Assembléia Legislativa, que garantiu o retorno dos descontos em folha de pagamentos e repasse para a entidade. Enfim, esse foi um momento decisivo para a retomada da organização dos sindicatos dos servidores públicos do Estado.

Mas, por que houve a necessidade de apenas oito pessoas tomar essa decisão? Pelo fato de não haver uma consciência de classe no conjunto dos educadores; portanto, não havia condições objetivas para responder aos ataques do Governo por meio da organização e da formação política da categoria, e muito menos havia possibilidade de acumular força que se unisse a outros setores da classe trabalhadora. Por essa razão, apenas oito trabalhadores colocaram sua vida em risco, em defesa da organização. Somente assim a categoria acordou para a

³⁰ Ver o capítulo 7 de ARISTÓTELES (1991).

realidade do que estava acontecendo. Voltar-se-á a este assunto quando for analisada a gestão da APP.

Em relação às políticas do Estado elas estavam voltadas para atender às necessidades do capital, quanto à posição da APP indicava que:

O Paraná se insere de forma subordinada ao movimento do capital. A destruição dos serviços públicos, o desmonte da máquina estatal, a destruição de direitos trabalhistas, o enfraquecimento dos mecanismos de controle social, a concentração da riqueza e os valores do “livre mercado” pautam a política do governo Lerner” (APP-SINDICATO, 2000, p. 12).

O início deste artigo, intitulado “Análise de Conjuntura”, menciona o “Manifesto Comunista”. Aponta que a sociedade capitalista está dividida em classes sociais com interesses antagônicos. Menciona também que a expansão do capitalismo é um imperativo da sociedade de mercado, de acordo com Marx e Engels. Mas, no interior do artigo, indica que a classe trabalhadora avançará através das eleições de 2002, fazendo menção à vitória do PT em Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Considerem-se esses passos: “Há 152 anos, Marx e Engels escreveram um dos mais lidos, conhecidos e influentes documentos políticos de todos os tempos e, também, um dos mais atuais”. Acrescenta que esta publicação “parece ter sido hoje, no contexto do capitalismo globalizado” (*Ibid.*, p. 9). Na realidade, porém, as decisões tomadas não parecem seguir as orientações teóricas do Manifesto Comunista porque não aparece a disposição para um enfrentamento, enquanto classe social representante do trabalho.

A ilusão de construir um poder popular não retira a concepção e a compreensão das classes sociais e conseqüentemente nega a existência das lutas de classes - componentes básicos do Manifesto. O que interessava naquele momento era convencer os educadores de que a solução estaria no crescimento do PT. “Há que mencionar também a vitória política das oposições do país com destaque para o crescimento do PT, que canalizou este sentimento de mudanças políticas na população” (*Ibid.*, p. 11). E continua a ilusão: “O processo eleitoral de 2000 indica com muita clareza o avanço das oposições no Paraná, rumo a 2002, desde que sejam combinadas ações conjuntas de todas as forças vivas e democráticas do Paraná, que se opõem ao projeto neoliberal” (*Ibid.*, p.13). O que significavam essas “forças vivas”, na época? Significavam a manifestação do desejo implícito em firmar aliança com setores da burguesia nacionalista, que representava os interesses do capital nacional. Ficava evidente que, na visão dos dirigentes da

APP, o problema naquele momento era decidir com qual setor da burguesia eles poderiam aliar-se. A opção foi pela aliança com o capital nacional, como se esta não explorasse a classe trabalhadora. Com essa análise defendiam a inclusão de representantes do PMDB na chapa para concorrer à direção da APP em 2002.

Para Lênin, a relação entre sindicato e partido se faz necessária, diante de um partido classista de organização do proletariado. Mas não era e não é o caso do PMDB. Nessa situação houve uma relação de subordinação do sindicato ao partido do governo. O mais curioso dessa preferência foi o ataque verbal³¹ às pessoas que rejeitavam a aliança com o partido que representava o governo e o capital. Ou seja, nas relações de classes entre capital e trabalho, um sindicato tem suas limitações para enfrentar a organização da burguesia. Mas isso não significa que será necessário aliar-se aos partidos de representação do capital.

As alianças com partidos da burguesia significam subordinar os trabalhadores aos partidos que representam os interesses do capital. Os interesses de alguns dirigentes, no entanto, para ajudar administrar o capital, faziam com que eles não enxergassem lutas de classes entre trabalhadores e governo. Muito pelo contrário, o compromisso dessas pessoas, que também estão em outro partido – o PT - tem sido com a reprodução da exportação e aumentos de capitais.

Se a luta sindical está subordinada à luta política, então a aliança com o PMDB foi para subordinar, de forma indireta, o sindicato ao governo, uma vez que este é um dos partidos que mais representam os interesses da burguesia nacional. As críticas ao governador, feitas no jornal *30 de Agosto*, não expressam o verdadeiro sentido da luta de classes.

Observa-se que, em fevereiro de 2001, Marlei Fernandes de Carvalho, para ilustrar o desejo de radicalizar na organização dos trabalhadores contra o capitalismo, escrevia: “Queremos construir uma sociedade nova (sem dominantes e dominados, como costumamos dizer) uma sociedade socialista” (JORNAL 30 DE AGOSTO, Fev. 2001).

Parece haver coincidência com os princípios do Manifesto Comunista: “que a superação do capitalismo será obra do proletariado”. Para afirmar a convicção

³¹ Numa plenária de aproximadamente 65 pessoas no ano de 2002, para definir os nomes que comporiam a chapa encabeçada por Romeu Gomes de Miranda, Luiz Carlos de Freitas e outros nomes, aproximadamente 30 pessoas (inclusive nós, que estávamos na APP de Cascavel, na época) foram contra aliança com partido do Governo. Por essa posição as pessoas que se manifestaram contra foram acusadas por Romeu e Miguel Baez de “idiotas”. Na época, Romeu ainda se utilizou da retórica leninista sobre a necessidade de aliança.

acrescenta: “Essa sociedade que queremos não virá por decreto, mas sim pela trajetória de lutas de todos os trabalhadores contra o capitalismo”. A trajetória de luta de todos os trabalhadores nos induz a entender a necessidade de uma aliança entre os vários setores da classe trabalhadora para transformar essa força social em força política. O problema era que essa força política deveria ser também consciência política. Por isso, acrescentava ainda: “A formação não é imediata, nem espontaneísta. Deverá ser radical literalmente - ir às raízes - às causas mais profundas, aos fundamentos da sociedade que vivemos”. O final do texto acrescenta: “Temos um ano árduo, de reafirmações de necessidades históricas de organização nos locais de Trabalho – a Escola de formação e capacitação permanente dos “novos” e “velhos” militantes”. A formação, porém, não é tudo: “entretanto, ressaltamos que a formação não pode ser vista como o “remédio para todos os males”. Ela é um momento no processo da consciência humana”.

Num primeiro momento deixa impressão de que há uma concepção Leninista de sindicato, pois, na concepção de Lênin, o sindicato deve ser a escola da classe operária. Mas a prática mostrou que não desmistificou a realidade.

Segundo LÊNIN (1989), é nesse espaço que os trabalhadores se organizam e adquirem a consciência da classe por meio da luta e da formação política, podendo avançar ou permanecer com a consciência alienada. Por isso, a direção de um sindicato significa muito na organização e no processo do avanço ou retrocesso da consciência da categoria. A vanguarda de um sindicato de trabalhadores da educação diante das relações de contradição entre o capital e o trabalho exerce a função de dirigente, contribuindo para o avanço das lutas, ou alia-se ao capital e faz o papel de mediador das contradições.

A indicação de membros do PMDB para compor a chapa que concorreria à eleição para o mandato 2002, 2004 e 2005 significou dizer que não havia divergências fundamentais entre o governo e o sindicato. Isso significou uma aproximação do Sindicato dos Trabalhadores na Educação com os prepostos do capital e do governo.

Essa prática amorteceu as lutas de classes, expressas diretamente nas lutas econômicas e explicitou o interesse dos dirigentes do PT por uma aliança política entre PT e PMDB. Essa situação contribuiu para produzir a confusão teórica (científica, ideológica e filosófica) definida por LÊNIN (1988).

Para justificar a aliança com o partido do governo, em determinados momentos eles se utilizam de retórica que se confunde com a concepção Leninista. Em 2002 utilizaram-se dos recursos da Aliança Progressista contra o “Neoliberalismo” de Lerner. Em 2005 houve, novamente, a tentativa de reeditar a aliança com o PMDB. Quem estava contra, por defender uma organização classista autônoma, sem vinculação com os partidos da burguesia, era acusado de ser “vanguardista”. Nesse caso, Lênin não serve mais, porque, segundo a concepção dos dirigentes, já está ultrapassado e o recurso retórico nessa nova circunstância é o basismo³².

2.2.3 As Posições da APP-Sindicato em Face da Substituição do Ciclo Fernando Henrique Cardoso – Jaime Lerner pelo Ciclo Luiz Inácio – Roberto Requião no Gerenciamento dos Aparelhos do Estado

No ano de 2002 encerrou-se o mandato do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do governador, Jaime Lerner. Para substituí-los, foram eleitos Luiz Inácio Lula da Silva, como presidente da República e Roberto Requião, como governador do Estado. A partir desse momento explicitou-se novamente a falta de “horizonte histórico³³” daqueles que pareciam estar do lado do proletariado, para lutar conjuntamente por uma nova sociedade: o trabalho, como essência da justiça, e, o trabalhador, como produtor de sua existência para conseguir com o trabalho o produto integral para sua existência. Mas a luta não era para isso e sim para eleger alguns deputados. E agora? “Que fazer?” se as políticas continuam as mesmas?³⁴.

Segundo os dirigentes da APP, as contradições entre capital e trabalho estariam superadas. Por esta concepção, bastaria escolher um governo com sensibilidade para atender aos anseios dos educadores e colocar alguns representantes no parlamento, assim não precisaria mais organizar a categoria para os embates na perspectiva classista. Novamente, Requião é eleito governador,

³² Seguir a base. Neste caso há uma tautologia, os dirigentes estão de fato vinculados organicamente à base ou a base venere o personalismo de alguns dirigentes depositando a esperança que eles consigam tudo? Esta última posição é bastante cômoda para os dirigentes sindicais que não lutam mais, ou nunca lutaram pela superação do modo de produção capitalista.

³³ Ver SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

³⁴ “Caluniar o marxismo, é convertê-lo em uma caricatura análoga àquele que nos opunham os populistas em sua guerra contra nós. É precisamente, rebaixar a iniciativa e a energia dos militantes conscientes” (LÊNIN, 1988, p. 18).

desta vez com apoio declarado de grande parte dos educadores. A história da gestão 1991-1994 foi apagada, e aquilo que os dirigentes defendiam como aliança, na realidade foi a cooptação do sindicato pelo governo. A estratégia agora era a negociação. Assim foi com o plano de carreira dos professores.

A partir de 2003, com o “novo velho Requião” houve infinitas negociações da diretoria da APP, com representantes do governo, mas o enfrentamento de fato não aconteceu porque também não houve organização. O governo, como representante do capital, estava cômico das relações de subordinação do sindicato às determinações do Estado. A negociação, como questão tática, é necessária para as conquistas e avanço dos direitos, mas o resultado da negociação depende do grau de organização dos trabalhadores. A direção optou apenas pela negociação, conforme se pode ver em matéria publicada no jornal *30 de Agosto* de maio de 2004: “No dia 28 de abril a diretoria da APP-Sindicato participou de audiência junto à Secretaria de Educação. Estiveram presentes, pela APP-Sindicato, os diretores José Lemos, Luiz Carlos Paixão, Edílson de Paula, Divonzir dos Santos e Saionara Bocalon. Pela SEED, o diretor geral Ricardo Bezerra. A seguir os principais pontos debatidos”:

- Regulamentação da Lei 101 - que tratava sobre as questões de vagas;
- Concurso público; novos concursos;
- Concurso para funcionários;
- Plano de carreira; a questão do professor CLT – PSS;
- Reconhecimento da especialização feita em Jaboticabal;
- Vale-transporte;
- Licença especial (JORNAL 30 DE AGOSTO, Mai. 2004).

Esses pontos são de fundamental importância para a educação, pela seguridade do profissional. Mas, para um Governo que precisa de um poder centralizado, não interessa a garantia de segurança aos servidores públicos porque o poder do Estado está centralizado de acordo com os interesses da reprodução capitalista. Para isso é necessário repassar para a população a impressão de que tudo o que é feito no Estado é obra do governo, que não há contradição entre capital e trabalho; que os servidores são submissos ao governo e que o governo está acima das classes sociais.

Por isso, quando um governo não quer atender aos interesses de uma categoria de trabalhadores, manda alguém que não tem o poder de decisão, como foi o caso de Ricardo Bezerra, para repassar a ilusão aos dirigentes. Caso o Governo tivesse interesse em atender às reivindicações, iria o governador ou o

secretário (Maurício Requião) para dizer o que estavam fazendo e repassar para a mídia. Essa é a lógica de todos os governos que representam os interesses do capital. Mas como não se considera que esse governo é o representante dos interesses econômicos no gerenciamento do Estado, as relações entre sindicato e governo são personalizadas, ou seja, são relações interpessoais que representam o governo e pessoas que representam o sindicato. Essa concepção retira o caráter de classe das relações entre capital e trabalho e transfere as contradições para o campo da moralidade, reproduzindo a idéia do bem e do mal. Assim, quando o governo se dispõe a negociar os pontos que interessam aos trabalhadores, se reproduz a idéia de que é um bom governo, ao contrário, é um mau ou péssimo governo. Esse caráter personalista nega as contradições de classes e tem orientado a diretoria do sindicato.

Assim se reproduz a idéia de que a relação entre diretores e categoria deve ser uma relação de favorecimento e nunca compromisso com a organização. É uma relação de clientelismo, como via de mão dupla, em que os diretores cobram da categoria a colaboração com o sindicato, sem a preocupação com a organização. Essa separação entre diretoria e categoria está ilustrada no editorial do jornal *30 de Agosto*, de maio de 2004. O trecho que segue denuncia a concepção de que o sindicato está centrado quase que exclusivamente na diretoria. Assim começa o editorial:

CARO PROFESSOR, CARA PROFESSORA:

CARA FUNCIONÁRIA, CARO FUNCIONÁRIO:

A comunicação entre o sindicato e a categoria tem um papel fundamental na nossa travessia por uma escola e uma sociedade melhor. Como você está percebendo, estamos, de maneira gradual, realizando algumas mudanças nos materiais de divulgação.

Desejamos com sua ajuda e sugestão, realizar algumas alterações no nosso jornal *30 de Agosto*. Nosso objetivo é torná-lo mais agradável à sua leitura. Na próxima edição vamos iniciar a coluna "O SAS responde", onde pretendemos responder às perguntas mais freqüentes dos sindicalizados sobre a carreira. No próximo mês pretendemos trazer também a coluna "carta do leitor". Você poderá enviar sua carta. Na seqüência, pretendemos divulgar, em cada edição uma experiência de trabalho pedagógico, político ou social realizado em escolas do Paraná. Com sua participação teremos um jornal melhor (JORNAL 30 DE AGOSTO, Mai. 2004).

Neste sentido, o problema se resume nas questões da linguagem e não mais no plano material. O termo "travessia" foi utilizado como categoria de análise de

movimentos sociais por José Genuíno, no primeiro encontro nacional do PT, após a vitória de Lula em 2002. Esse termo substitui a concepção de ruptura com o modelo econômico capitalista, visando uma relação harmônica com burguesia. A concepção de ruptura, necessariamente induz para um caráter revolucionário, na perspectiva da superação do modo de produção, enquanto a concepção de travessia repassa a idéia da mudança pacífica, fundamentada nas teses da harmonia social. Por essa concepção, a exploração não pode ser suprimida e sim minimizada. Assim, se a concepção de ruptura é revolucionária, a de travessia é o contraditório, portanto reacionária.

Da mesma forma, afirmar que “de maneira gradual estamos realizando algumas mudanças no material de divulgação” sugere que essa mudança tem o sentido de ajustar a comunicação à nova concepção. A comunicação deve sempre despertar o prazer pela leitura. Se precisar anunciar lutas ou enfrentamentos, esse material não seria publicado no jornal periódico *30 de Agosto*. A solicitação de “ajuda e sugestão” indica visão de relação da diretoria com a categoria. Provavelmente, uma relação também harmoniosa, de preferência sem o direito de crítica numa relação de colaboração mútua. Dito de outra forma, uma relação de prestação de favores.

Para tornar o *30 de Agosto* uma “leitura agradável” sem os problemas que retratam a realidade e o espaço da denúncia do capitalismo, não poderia entrar como conteúdo do periódico, porque cairia fora da visão romântica da comunicação entre a diretoria e a categoria.

A questão da socialização da experiência dos trabalhos pedagógicos cai em cheio na concepção liberal. Aquilo que todo governo faz, o sindicato também repete. Começa por divulgar as chamadas “iniciativas pedagógicas” para exhibir aqueles que estão na disputa e que tentam aparecer pela força do melhor projeto pedagógico.

A divulgação de “experiências que se destacam” é utilizada por vários governos para desviar o foco do compromisso do Estado com a educação pública. Enquanto os educadores ficam se preocupando em encontrar alternativas para: evasão escolar, repetência, drogas nas escolas, criminalidade, etc. Com essa prática desviam-se o foco da atenção para compreender a evasão escolar, a repetência e criminalidade como fenômenos da natureza da estrutura social do capitalismo.

2.2.4 As Tendências Políticas Nas Direções da APP-Sindicato 1989-2006

O período que vai de 1989 a 2006 foi marcado por cinco gestões de mandatos na direção da APP. A primeira dessas gestões começou ainda em 1988, com a professora Isolde Andreatta na presidência, quando a entidade estava organizada em forma de associação. No ano de 1989 a direção da entidade promoveu vários debates entre os associados no Estado do Paraná em torno do ajustamento da condição de Associação aos preceitos da Constituição Federal de 1988, tornando-se entidade de representação sindical. Em março de 1989 esse processo foi concluído com a transformação da Associação em Sindicato. No ano de 1990 ocorreram as eleições para a direção da entidade, desta vez já como sindicato sendo eleito o professor Izaías Ogliari na presidência, para o exercício que vai até ano de 1993. Após o mandato da chapa presidida por Ogliari elege-se a chapa “OPA³⁵” para o mandato 1994 - 1996, tendo como presidente o professor Mário Sérgio. Em 1996, houve uma cisão da diretoria durante os debates para as eleições, mesmo assim a eleição ocorreu com única chapa, apenas com a exclusão do presidente Mário Sérgio. As divergências se deram entre os grupos políticos denominados “articulação³⁶”, de um lado, alguns membros do grupo autodenominado “DS³⁷” e outras pessoas consideradas “independentes”, de outro. Essa chapa única teve como presidente eleito o professor Romeu Gomes de Miranda. Este concorreu como presidente a um segundo mandato, sendo eleito para o período 1999 – 2002. Miranda foi candidato a deputado estadual pelo PT no ano que encerraria seu mandato como presidente da APP-Sindicato. Ao término do mandato de Miranda na presidência da entidade as eleições sindicais coincidiram com as eleições gerais: presidente e governadores, deputados e senadores. Na disputa para a eleição da diretoria da APP-Sindicato vai ser eleito para presidir a entidade o professor José Rodrigues Lemos para o período 2002-2005, o qual foi reeleito em 2005 para o mandato até 2008. Este também foi candidato a deputado estadual pelo PT em 2006. Evidencia-se uma atuação mais clara, a julgar pela relação entre participar na

³⁵ A chapa “OPA” foi uma auto-denominação assumida pelo grupo de oposição durante a gestão de Izaías Ogliari. Participavam desse grupo alguns membros que teriam feito parte da diretoria presidida por Isolde e outros do PT.

³⁶ “Articulação” é a denominação dada à uma tendência política formada por um grupo de pessoas que participam do Partido dos Trabalhadores. As “tendências” representam formas de organização de grupos políticos que disputam “espaços” e poder dentro da legenda do PT.

³⁷ Assim como a “Articulação”, a “DS” é a sigla de uma tendência política interna ao PT.

diretoria do sindicato e candidatar-se a pleitos no parlamento, de uso do prestígio da entidade para o pavimento de carreiras políticas.

2.2.4.1 Primeira Gestão

Em 1989, na ocasião dos debates para transformação da associação em sindicato havia uma corrente apegada ao caráter cultural e desportivo da entidade, desvinculada das lutas dos trabalhadores. Esta corrente recusava a transformação de associação para sindicato. Entendia-se “sindicato” como sinônimo de “greve”, e “greve” era sinônimo de “baderna” e professor não poderia estar junto com esses operários. Considerando que os professores estavam acima dos trabalhadores, entendiam também que não deveriam se “misturar” com as “classes baixas” e, por isso, recusavam também a organização sindical. No entanto, a mudança na Constituição Federal contribuiu com os educadores mais progressistas, os que assumiam posição firme nos debates sobre as mudanças de associação para sindicato.

A atual Constituição Federal garante aos Servidores do Estado o direito à sindicalização. Em virtude do preceito constitucional, abriu-se para os professores a discussão: sindicalizar ou não os professores da rede oficial de Ensino do Estado do Paraná. Em outras palavras, até onde seria vantajosa a transformação da APP em sindicato? Ou será que ao deixar de existir a Associação dos Professores do Paraná, não estaria perdendo um símbolo da tradição de uma categoria, que é admirada e reconhecida como a mais importante página da história do sindicalismo paranaense (APP-SINDICATO, 1989F).

As mudanças que aconteceram na política estavam ligadas às transformações econômicas e ao mundo do trabalho, ou seja, à reorganização do capitalismo mundial. Por isso, o estudo desse período teve como objetivo principal analisar a concepção sindical e as contradições com o materialismo histórico. Na mesma perspectiva, procurou-se analisar a concepção política da direção da entidade e o seu relacionamento com os governos. Examinou-se também o relacionamento da diretoria com os educadores sindicalizados, não sindicalizados e com os demais operários de outros ramos de produção. Dessa maneira, foi possível concluir, por dedução, que não houve, nesse período, uma diretoria classista, de acordo com as premissas do materialismo histórico.

Assim, não foi possível perceber, nesses 17 anos de organização e lutas, o compromisso de organizar a entidade numa perspectiva de acumular força política

juntamente com o proletariado para a transformação social mediante ruptura com o capitalismo, na perspectiva da emancipação humana.

Na seqüência, no mesmo artigo, vêm os argumentos em defesa da organização sindical. “Concretamente o que temos pela frente é o seguinte: os trabalhadores do Estado podem se organizar em sindicato e, como trabalhadores já sindicalizados, os professores passam a ter mais força política” (*Id.*). Observa-se que nesses argumentos aparecem as necessidades de acumular força política para lutar pelos interesses corporativos. Mas o pano de fundo seria a mudança na legislação. “Além do mais, é preciso estar consciente de que o direito à sindicalização é uma conquista que os servidores públicos obtiveram como garantia constitucional”. Em seguida, vem uma série de informações sobre a diferença entre associação e organização sindical, bem como informações a respeito das medidas tomadas pela diretoria:

A diretoria da APP já tomou uma série de medidas que visam a dinamizar o processo de transformação da associação em sindicato. Para tanto, já tomou providências no sentido de registrar em cartório, medida acautelatória para transformação da APP em sindicato. Está organizando uma série de seminários para que a classe possa discutir e esclarecer sobre a convivência ou não da sindicalização. Outros seminários deverão ser realizados, até o final do mês de março. No dia 25 de março, por determinação da Assembléia de Jacarezinho, deverá ser realizada uma assembléia em Londrina para decidir-se ou não pela transformação em sindicato (APP-SINDICATO, 1989F).

Essa primeira gestão analisada (1988-1990) pode ser considerada como um dos períodos mais ricos em conteúdos da organização sindical. Foi durante essa gestão que ocorreram as duas maiores greves da categoria; foi também nesse período que, em assembléia geral, no dia 18 de março de 1989, a associação se transformou em sindicato.

No primeiro ano dessa gestão ocorreu a primeira greve – a do episódio da cavalaria de Álvaro Dias, no dia 30 de agosto de 1988.

Analisando os documentos, percebe-se que esses três anos de gestão, iniciada em 1988, foram os mais difíceis, mas foi também o momento que marcou a história da APP-Sindicato.

Embora a nova Constituição Federal permitisse a organização sindical, havia uma corrente conservadora que não aceitava essas mudanças. Para atingir o objetivo da oficialização sindical, foi realizada uma conciliação de forma e conteúdo entre os educadores que lutavam pela sindicalização e aqueles mais conservadores.

Mantendo a sigla APP - Associação dos Professores do Paraná, acrescentou-se o hífen e o termo "Sindicato". Uma espécie de jogo de ilusionismo aos conservadores. Manteve-se então a sigla APP, o que pareceu a eles que, a partir de então, essa Associação teria a missão de evitar as lutas e greves e não se assemelharia à organização de trabalhadores.

A Assembléia marcada para o dia 25 de março foi antecipada para o dia 18, conforme APP-SINDICATO (1989C). "Entre as decisões da Assembléia, destaca-se a transformação da APP – Associação dos Professores do Paraná, em APP-Sindicato..." "Abrangia tanto os professores da rede estadual quanto os da rede municipal". Acrescenta, ainda, que essa decisão "se deu em um clima dinâmico e democrático em que foram feitas diversas colocações pelos presentes". Esse clima democrático, porém, aconteceu pelo fato de os debates terem acontecido anteriormente. E isso porque, dentre os segmentos conservadores, que não aceitavam a organização sindical, havia uma corrente apegada aos "valores" do magistério, como algo superior aos demais trabalhadores e à sociedade em geral.

Para manter a conciliação, defendia-se que os educadores deveriam sindicalizar-se apenas para atender aos preceitos constitucionais e não porque o sindicato deveria ser o instrumento de luta da classe trabalhadora na manutenção das vantagens específicas que a sindicalização traria para a categoria.

Por essa razão, a luta e organização se limitavam ao pedido para os governos: "reconhecimento econômico e moral". Esse reconhecimento deveria traduzir-se, apenas, em maior remuneração salarial. Tal concepção significa dizer que os professores estariam acima dos demais trabalhadores e até dos governantes, razões pelas quais deveriam receber maiores salários. Na mesma Assembléia, de Londrina, foi lembrado o dia "30 de agosto" como dia da luta dos trabalhadores da educação.

O dia 30 de agosto foi oficializado como dia de luto do magistério paranaense, e para tornar bem claro o porquê desta data, vamos citar a repressão feita pelos nossos colegas (policiais) servidores, que a mando de seus superiores praticaram atos desumanos, que culminaram com ferimentos através de estilhaços de bombas contra os professores paranaenses (APP-SINDICATO, 1989D).

Havendo, embora, esforço para não demonstrar que havia correntes de pensamento declaradamente contra o sindicato, em alguns artigos é possível identificar as divergências entre aqueles que enfrentavam o poder do Estado e os

aliados do governo. Um texto intitulado *O Pelego*, publicado na *Página da Educação*, denuncia a existência de educadores aliados ao capital. Começa o texto dizendo:

Consideramos pelego aquele servidor que, uma vez galgando cargo de relevância numa classe de trabalhadores, recebe benefícios para conduzir a categoria de modo que ela se conforme com o tratamento dado pelo patrão. Este continua sua caminhada às custas do sacrifício de seus funcionários. O pseudo-líder vem tirando suas vantagens.

Esse indivíduo normalmente possui uma destas qualidades, é oportunista ou puxa-saco. Aprende a destacar-se de alguma maneira, citando leis, falando bonito, acompanhando constantemente aqueles que são líderes etc. Porém, suas finalidades nada têm de classista, somente busca proveitos pessoais (APP-SINDICATO, 1989).

É importante lembrar que o oportunista é uma marca histórica na organização do proletariado brasileiro. Oportunistas e traidores são os mesmos, porque enquanto não há oportunidade para traição, eles se confundem com os trabalhadores que lutam pelas conquistas imediatas, mas sem esquecer o compromisso histórico da classe trabalhadora. Eles se apresentam no momento oportuno, como representantes dos trabalhadores, para dificultar a organização. Assim, o trabalho que deveria ser para a consciência de classe é substituído pela representação de classe.

No entanto, essa reflexão não aprofunda as contradições de classes. O mesmo texto indica que não se aposta na organização dos trabalhadores, mas na capacidade de um líder para negociar. Toda a crítica tem fundamentos morais, não está vinculada às premissas das contradições de classes.

Tão perigoso como esse elemento, tão comum em todas as lutas de trabalhadores no mundo inteiro, está aquele que costuma apontar pelego. Esse que não guarda para si a opinião, é por excelência propagador de boatos, às vezes irresponsáveis, basta alguém estar começando a fazer qualquer coisa que chama a atenção, ele já tenta castrá-lo, apontando-o como aproveitador. Basta citar o colega como “pelego” e já acrescentam que recebe dinheiro, carro, apartamento, viagens e outras vantagens. Verdadeiras ou não, essas afirmações correm solto, deturpando a imagem da pessoa e muitas vezes matando no começo a vocação do líder (APP-SINDICATO, 1989).

A defesa da liderança como uma vocação substitui a consciência de classe e o compromisso histórico dos trabalhadores, de acordo com as classes sociais e com as contradições existentes entre a burguesia e o proletariado. A denúncia da existência de pelegos não expressa a traição de classe e sim, os interesses individuais.

Depois de analisar os pelegos em outras categorias, volta-se para analisar os educadores: “A maioria dos componentes das diretorias são novatos, os antigos caíram no descrédito, enfim matamos os nossos líderes”.

A conclusão do texto expressa o sentimento de reação contra as oposições que havia naquele momento. Surgiram, então, em 1990, duas chapas: uma favorável ao Governo e outra, organizada pelos filiados ao PT e à CUT. “Talvez, até que alguns casos sejam reais, mas existe muita injustiça e desincentivos”. A liderança dos trabalhadores, pela concepção do materialismo histórico, não surge pelo incentivo; são as condições reais e objetivas da luta pela sobrevivência que impulsiona o surgimento de lideranças: uma, com mais compromissos; outra, com menos. Lideranças classistas, porém, se destacam pela capacidade de unificação dos interesses comuns da classe trabalhadora e não por vocação e incentivos.

Devemos ter mais cuidado e carinho com aqueles que nos representam e às vezes até colocam a cabeça a prêmio, na luta pelas reivindicações de toda a categoria, enquanto aqueles boateiros, na maioria das vezes, nunca moveram uma palha em prol de colegas, mas vivem procurando defeitos ou então se baseiam na sua personalidade que, se tivessem oportunidade, agiriam como pelegos. (APP-SINDICATO, 1989).

Estava expresso o temor da oposição dos sindicalistas ligados ao PT e à CUT. Essa oposição ocorreu em 1990, mas perdeu a eleição porque havia três chapas concorrentes: da situação e duas de oposição. A vencedora foi uma chapa ligada ao Governo, desta vez reafirmando abertamente a visão colaboracionista. Na mesma linha de raciocínio havia um outro texto de um professor do interior, intitulado “Sindicalismo sem radicalismo”. Assim começava: “Vivemos um tempo tão estranho que por convulsões sociais somos levados até ao radicalismo, e em muitas destas vezes, não notamos e nem lembramos que somos professores” (APP-SINDICATO, 1989E).

Esse discurso deixava alguns professores envergonhados de pertencerem à classe trabalhadora. “O que não se concebe, em hipótese alguma, é vermos algumas categorias tentando misturar-se à nossa gente, e em muitos núcleos alienando e conduzindo parte de nossos interesses” (APP-SINDICATO, 1989E). Quem tinha pretensão de “misturar-se” com outras categorias, quando a Associação se transformou em sindicato, eram aqueles que ainda defendiam a organização sindical e ainda acreditavam que a CUT poderia representar o conjunto da classe trabalhadora.

O autor do texto acima foi candidato a vereador na sua cidade. Talvez, pelas suas contradições, não foi eleito. Sem a clareza do teor de uma concepção radical e com medo de ser confundido com os demais trabalhadores, defendia a união exclusivamente dos professores, sem se “misturar” com outros trabalhadores. Esse exemplo não é um fato isolado, faz parte de uma corrente que atua no interior da categoria dos educadores, que se apresentam como lideranças “da classe dos professores”, mas não aceitam a existência das classes sociais.

Esses mesmos professores que não aceitavam serem tratados como trabalhadores, repudiavam também a participação na política e nos partidos. Por outro lado, contraditoriamente, em cada momento de eleição estavam eles dando apoio aos representantes do capital e, em contrapartida, reivindicavam maior valorização da função do magistério. Invocavam a condição do trabalho na educação como algo “neutro”. A valorização e reconhecimento por eles defendidos teriam dois aspectos: 1) o reconhecimento moral da importância dos educadores para a sociedade. A valorização, neste sentido, teria como objetivo levantar o ego e a auto-estima do professor; 2) junto com esse reconhecimento moral exigia-se a recompensa financeira pela função que o professor desempenha na sociedade.

Tudo isso acontecia porque essa corrente de pensamento, que não desapareceu dentre os professores, se recusava a reconhecer³⁸ a existência de classes sociais no Estado, e se recusava também a reconhecer que as determinações da política são frutos das lutas de classe. Resumidamente, esses professores negavam as premissas básicas do materialismo histórico, que está no Manifesto Comunista. “Até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias³⁹ tem sido a história das lutas de classes” (MARX, 1961, p. 21). A

³⁸ Embora, filosoficamente, se pode entender que ninguém é ignorante por opção, mas, por se tratar de educadores, com os meios disponíveis para compreender as relações de classes, optou-se pelo termo “recusa a entender”. Essa opção muitas vezes tem um custo moralmente “caro” para os educadores, no conjunto do proletariado. Esses professores, em tese, se convertem deliberadamente em instrumentos do caráter “reprodutivista,” das relações sociais através da educação.

³⁹ Em nota de rodapé, no original, é informado o seguinte: “Isto é a história **escrita**. A pré-história, a história da organização social que precedeu toda a história escrita, era, ainda, em 1847, quase desconhecida. Depois, Haxthausen descobriu na Rússia a propriedade comum da Terra. Murer demonstrou que esta constituía a base social de onde derivava historicamente todas as tribos teutônicas e verificou-se, pouco a pouco, que a comunidade rural com posse coletiva da terra era a forma primitiva da sociedade desde as Índias até a Irlanda. Finalmente, a organização interna desta sociedade comunista primitiva foi desvendada em sua forma típica pela descoberta decisiva de Morgan, que revelou a natureza verdadeira da **gens** e seu lugar na tribo. Com a dissolução dessas comunidades primitivas, começa a divisão da sociedade em classes diferentes e finalmente antagônicas”. Nota de F. Engels. Acrescentadas na Literatura “*Origem da Família e da Propriedade Privada*”.

história do dia 30 de agosto é um exemplo clássico da luta de classe. Os fatos, que conduziram os educadores à greve, formam os interesses antagônicos das classes sociais e não atribuem, esses mesmos fatos, à maldade do governador Álvaro Dias, como se observa em todos os documentos oficiais da entidade.

A partir dessa nova institucionalidade, as disputas políticas tornam-se mais explícitas em torno da concepção sindical. Duas correntes principais passaram a disputar a direção da entidade até 1990, ano da eleição da nova diretoria. A corrente que defendeu as mudanças para sindicato dividiu-se, formando duas chapas. Uma terceira chapa, orientada por uma concepção colaboracionista - que evita o confronto direto com o poder - liderada pelo professor Izaías Ogliari, venceu a eleição. Essa direção estava ligada à concepção de que os educadores não se “misturam” com os demais trabalhadores e que reivindica, pacificamente, mas nunca leva as lutas até o final. Isso porque sempre acredita nos governos e entende que a função dos professores é apenas colaborar com o desempenho das políticas públicas, independente das condições de vida e de trabalho. A outra corrente, com base de pensamento próximo à visão classista, buscava aproximar os educadores aos demais trabalhadores, contra o poder do capital.

A concepção sindical refletia nas bandeiras de lutas para a educação. As reivindicações da APP, do ponto de vista ideológico, tinham muitas semelhanças com a concepção oficial de Educação.

O Estado, como organização da classe burguesa, mantinham a ideologia liberal burguesa, com objetivos de manter a ordem econômica vigente. Mas os ativistas da APP, por limitações de compreensão do materialismo histórico, não conseguiam perceber as contradições de classes. Assim, mantinham a visão de um sindicato colaboracionista, ou no máximo, avançavam até chegar à crítica à pessoa do Governo.

Ao analisar a concepção de educação, na gestão da APP, faz-se necessário retomar a história da entidade. Essa história, agora, focada nas lutas da categoria, de modo especial sobre os assuntos que envolvem Educação e Sociedade, diante das relações de classes. Para atingir esse objetivo fez-se necessário analisar criticamente os conteúdos das reivindicações que mobilizaram os educadores do Estado do Paraná. Fez-se necessária também a análise da atuação da diretoria,

diante dos fatos apresentados como conteúdo das reivindicações e das lutas sociais. Exemplo disso são as reivindicações que levaram a categoria à greve de 1990:

Em defesa de uma escola pública com ensino de qualidade. Na luta pela não – privatização e não municipalização do ensino. Pela garantia e respeito à saúde do professor (IPE); os eixos da greve são:

- 1 – Piso do DIEESE.
- 2 – Estatuto próprio do Magistério.
- 3 – Contra a proposta do governo para o Regime Jurídico Único.
- 4 – Garantia de espaço negocial com participação da sociedade civil (APP-SINDICATO, 1990E).

Os conteúdos da greve de 1988 não foram analisados, pelo fato de não constarem na proposta inicial de análise, compreendida entre 1999-2006. Mas estudaram-se as correntes políticas das quais participavam os dirigentes da APP e militantes de “influência”, no conjunto dos educadores do Estado. As greves que aconteceram nos anos de 1988 e 1990 expressavam as contradições entre o Capital e o Trabalho, mas não era esse o entendimento das lideranças. Um texto publicado na *Página da Educação*, pelo Núcleo Sindical de Arapongas, começava com a seguinte reflexão: “O que a história nos mostra é que a política econômica tem contribuído para aumentar a desigualdade social entre os brasileiros” (APP-SINDICATO, 1990G).

A política econômica reflete os interesses da classe que representa o capital. Aceito isso, não caberia crítica à pessoa dos governos, uma vez que ela está no comando do Estado como representante da classe dos capitalistas. Mas, reclama o texto: “A escola parece que está velha e arcaica. Os governantes não têm interesse e nem desejo em mudá-la, pois quanto mais analfabeto e ignorante é o povo, é mais fácil de ser conduzido, explorado, surrupiado e domado”. Também não se poderia esperar distribuição de renda, de capital e superação das desigualdades sociais. O que acontece nas análises é que os políticos se transformam em classe social, e não representantes políticos da burguesia, isto é, representantes do capital. Veja-se a seqüência da reflexão:

Hoje mais de 500 milhões de seres humanos passam fome. Quase a totalidade destas pessoas vive em países subdesenvolvidos.

Mas, o mais grave dessa situação é que a fome não é causada pela falta de alimentos, pois a atual produção é suficiente para alimentá-los. O que acontece é que a produção é mal distribuída, falta capacidade dos políticos que mantêm o poder em suas mãos (APP-SINDICATO, 1990G).

A situação de miséria da população mundial é um fenômeno do capitalismo mundial. É notório que a fome expressa a concentração da riqueza. Isso não é,

porém, o reflexo da falta de capacidade dos políticos que, na sua maioria, representam a classe da burguesia, ou, pelo menos, são políticos pela conformidade com a ideologia burguesa. Muito pelo contrário, eles são políticos pelos seus interesses econômicos e não porque desejam distribuição de renda. O pensamento de que a concentração de renda é falta de capacidade do poder político, reflete a não compreensão das relações e contradições de classes.

A queda do muro de Berlin, no ano de 1989; a derrota dos Sandinistas, na Nicarágua, no mesmo ano; a abertura da URSS para o capitalismo mundial, em 1992, expressam muito bem o momento da reorganização do capitalismo mundial. A burguesia nacional, em sintonia com os fatos internacionais, apenas tentava ajustar a legislação aos interesses da nova forma de acumulação de capital. A inflação galopante era sintoma da reorganização do capitalismo mundial, mas, no entendimento dos dirigentes, era tudo culpa da pessoa do governo. Um governo nacional é a expressão máxima da representação política da burguesia nacional, que atua em sintonia com o capital internacional. Mas, para os educadores, a greve de 96 dias que ocorreu em 1990, foi pela “insensibilidade destes administradores” e contra isso acrescentava:

Os mestres lutaram contra o pior arrocho salarial dos últimos tempos, contra a decadência dos estabelecimentos de ensino, contra a desvalorização da escola pública, pela volta da boa qualidade de ensino, pela valorização do professor e educando e pela aplicação das verbas educacionais com honestidade e sem privilégios (APP-SINDICATO, 1990G).

A falta de compreensão da existência de duas classes sociais com interesses antagônicos faz com que se acredite numa educação voltada apenas para a formação moral do indivíduo. Essa concepção de educação resolveria os problemas da desigualdade social, da violência, da corrupção e de tudo aquilo que são fenômenos da concentração de renda. Nesse sentido, os governos seriam as pessoas imorais e os educadores, os representantes da moralidade. A concepção de classe substitui o compromisso com a educação centralizada na formação moral do indivíduo. O governo e os patrões são “homens irresponsáveis, que têm contribuído com sua santa ignorância política, dizendo que o professor deve ser um mero instrumento do educando”. Finaliza o texto com esta reflexão:

Eles esquecem que a missão do professor é mais que isto, que é de preparar cidadãos seguros e conscientes, homens que dirijam o Brasil do futuro, cidadãos que devem saber optar pelo melhor, cidadãos fortalecidos por um grande espírito de solidariedade e de amor, que saberão combater com vigor

a corrupção, a desonestidade e as injustiças. Só uma coisa o professor, pais, alunos e comunidade sabem: os políticos ganham muito e pouco fazem pela criança, pela educação e pela Pátria (APP-SINDICATO, 1990G).

Conclui o texto, conclamando: “Professor, é preciso insistir, persistir e não desistir. A luta continua, pois você é o alicerce da Nação e deve orgulhar-se disto” (*Id.*). Por essa concepção, não há problemas entre as classes sociais. Existem, sim, pessoas moralmente boas ou moralmente más. Os governos e os políticos se encontram no seio das pessoas moralmente más e os educadores são as pessoas moralmente boas. Diante dessa visão, se os educadores perseguissem esses princípios, em pouco tempo o Brasil superaria as desigualdades sociais, a corrupção e a desonestidade, sem que houvesse ruptura com a estrutura econômica do capitalismo. É com esses mesmos princípios que se apostavam e continuam apostando em eleições.

Por essa razão, reproduz-se uma ideologia liberal, em que todos os problemas da Educação e dos educadores acontecem por incompetência do governo, de acordo com as afirmações que seguem extraídas da *Página da Educação*: “Desde a implantação do governo Álvaro Dias, neste Estado, institucionalizou-se o desrespeito por conquistas, à discriminação e o “mandonismo”, dando lugar ao egoísmo pessoal, à vaidade e ao autoritarismo”. Perceba-se: primeiro, o governo Álvaro Dias foi eleito e não “implantado”; segundo, antes de ser egoísta e vaidoso ele é membro orgânico e representante da classe burguesa; terceiro, o “mandonismo” e “autoritarismo” não começa com Álvaro Dias. “Não se discute, não se argumenta, o governador é intocável, não merece críticas e estas sempre são injustas” (APP-SINDICATO, 1990D).

É interessante observar que os argumentos induzem a pensar que todos os problemas da classe dos educadores, que são também trabalhadores, começaram com Álvaro Dias. Antes dessa gestão, todos os governos eram democráticos, aceitavam críticas, respeitavam os trabalhadores, não havia discriminação. Enfim, era uma maravilha. Quando almejavam algumas mudanças, sempre consultavam os educadores, não havia nada de autoritarismo. Aqui se revela a concepção de Estado, de sociedade, de educação e de organização sindical.

Segundo a reflexão acima, o problema dos educadores estaria apenas na vaidade e no ego do governador. Parece que ele não tinha ligação alguma com o poder econômico, tudo o que ele fazia era por maldade pessoal. Esse viés moralista

de análise, sem a compreensão das relações de classes, denunciava a crença na possibilidade do diálogo e no acordo entre o governo – que representa a burguesia – e os trabalhadores, membros do proletariado. Por essa concepção, o governo não é burguês e nem proletário. É apenas uma pessoa, que pode ser de boa índole ou uma pessoa que quer o mal dos educadores.

A falta de compreensão da existência das classes sociais confundia também a metodologia para análise dos problemas refletidos nos trabalhadores da Educação. Se não havia possibilidade de compreender a existência das classes sociais, também não se percebiam as contradições de interesses entre as políticas do governo e as reivindicações dos educadores. Assim, a falta de compreensão das relações de classes, sempre dificultou a unificação dos trabalhadores do Estado. Nos momentos especiais de negociação com o governo, ao invés de empreender esforços para unificação dos trabalhadores, estes preferiam atacar, no mesmo artigo, os investimentos destinados ao ensino superior e, indiretamente, atacavam os trabalhadores do ensino superior e os acadêmicos das universidades públicas, também trabalhadores:

É notável o crescimento das despesas realizadas por este governo, com o ensino superior, fazendo uma comparação das dotações orçamentárias de 1º e 2º graus. A alegação de que o governo federal trata com descaso o ensino superior não justifica a liberação desenfreada de recursos beneficiando uma fatia pequena de estudante, cerca de 2,4%, levando em consideração a demanda de 10,71% e 86,88% respectivamente de 1º e 2º graus (APP-SINDICATO, 1990D).

E, continua o artigo: “Ora, se o Governo Federal não cumpre com o seu papel destinando recursos ao terceiro grau, o Estado assume a paternidade e ainda faz publicidade. É, no mínimo, uma atitude grotesca e sem sentido” (APP-SINDICATO, 1990D). O Governo Federal, na época, era do PMDB e PFL, o Ministério da Educação estava com o PFL, mas tudo era a mesma coisa, uma vez que José Sarney saiu do PDS, entrou no PMDB e Jorge Bornhausen, Ministro da Educação, saiu do PDS para fundar o PFL. O Governo do Estado também estava nas mãos do PMDB. Enfim, era uma fração da burguesia nacional no Governo Federal e da burguesia paranaense no comando do Estado do Paraná. Mas não havia análises sobre a forma da organização do Estado. Muito pelo contrário, esses burgueses se colocavam como protetores dos recursos públicos. E continua:

Os recursos do Estado são limitados e a combatividade e a tradição de organização não deve de maneira alguma servir de benesses ao ensino

superior em detrimento do ensino básico que é função específica do Estado (APP-SINDICATO, 1990D).

Embora houvesse, no final do artigo, a tentativa de harmonizar, ficava evidente a falta de compreensão da estrutura social que produz a exclusão da classe trabalhadora. “Não somos contra a isenção de taxas para o Ensino Superior. Somos contra a falta de critérios que prejudicam a maioria da população educacional”. Quem seria essa “população educacional”? A procura por critérios abstratos para a distribuição das verbas demonstrou que havia esperança em encontrar, dentro da estrutura capitalista, um Governo capaz de fazer justiça dentro das leis de mercado. Também não se levou em consideração a formação do professor que passa pela universidade, cuja manutenção, mesmo dentro da estrutura capitalista, deve estar a cargo do Estado. Observadas essas questões, fica a interrogação: será que há um critério justo para distribuição de recursos para todos os níveis de ensino, dentro de uma estrutura injusta? Ou, será que não se percebia a existência de duas classes sócias com interesses antagônicos? Diante dessa confusão, os ataques estavam direcionados àqueles que estavam no mesmo campo de batalhas.

Observa-se também, entre os materiais encontrados, a falta de condições para estabelecer as ligações entre as reivindicações econômicas, que são necessidades imediatas, e as perspectivas históricas do proletariado e da humanidade. Frente a essa concepção de sociedade, o dever histórico de pôr-se ao lado do proletariado para acumular forças políticas nunca foi prioridade. Pelos documentos encontrados, não há perspectiva de uma organização classista com objetivos de superação do atual modo de produção. Assim, os interesses particulares e imediatos superam os interesses da classe trabalhadora e da humanidade e sempre dificultarão a unidade do proletariado. Dito de outra forma, o interesse para manter-se na direção do sindicato, aproveitando-se das estruturas, são maiores que o compromisso com o conjunto da classe trabalhadora. Por isso, dificilmente um educador, quando assume a direção da APP, quer voltar para uma sala de aula, tida também como espaço de produção de consciência de classe dos trabalhadores.

Essa concepção leva grande parte dos educadores a abandonar a luta de classe e a apostar na via eleitoral. Um artigo de 28 de janeiro de 1990 informa aos educadores o resultado de uma reunião com representantes do Governo. Diz o

informativo que, além das questões salariais e regime jurídico, avisaram o governador de que estariam lançando candidatura corporativa, conforme segue: “Falamos de nossa decisão de doravante nos preocuparmos com as eleições de deputados, buscando unir a força do magistério em prol de elegermos representantes da nossa categoria” (APP-SINDICATO, 1990A). A ilusão por eleições, portanto, não é uma idéia nova no interior dos trabalhadores da Educação. Essa ilusão de ocupar o espaço burguês, sem a consciência das contradições, tem mais força que a disposição para luta, conforme a concepção de um sindicato classista.

Segundo LÊNIN (1979, p. 170), nas tomadas de decisões que envolvem mudanças na condição de vida dos trabalhadores, os dirigentes de um sindicato deveriam observar “as particularidades do momento *atual*, concreto, de transição do capitalismo para o socialismo” Neste caso, a questão posta é a objetividade e a subjetividade. Levando-se a questão para a situação dos professores, seria permitido perguntar se os educadores estariam dispostos ou não a lutar para provocar esse momento? Enquanto isso aposta-se na eleição de governos que têm compaixão da classe trabalhadora. “O princípio fundamental, o primeiro preceito de todo movimento sindical, consiste no seguinte: não confiar no ‘Estado’, confiar unicamente *na força da classe*. O Estado é a organização da classe dominante” (*Ibid.*, p. 169). Mas, a Direção ainda nem concebe o Estado como organização da burguesia. Por isso vê toda a organização concentrada na pessoa do Governo, da mesma maneira que não confia na força da organização da classe.

O maior problema que os trabalhadores enfrentavam naquele período, no que diz respeito às questões imediatas, era a inflação. No ano de 1989, atingiu um dos maiores índices do século. A inflação é um mecanismo de transferência imediata dos lucros produzidos pelas mãos do trabalhador, que é o produtor imediato, e passa para as mãos dos representantes do capital. Esse mecanismo é controlado pelo Estado. Esse mesmo Estado tem os representantes do capital no comando das políticas monetárias, como garantia do lucro.

No ano de 1989, ainda com o governo José Sarney, adotou-se a política da reposição mensal para os salários. Mas tudo não passou de uma nova forma para enganar os trabalhadores, uma vez que no momento do repasse da inflação para o salário, os valores já haviam sido repassados para as mercadorias. Isso gerou um

círculo vicioso em que o Estado perdeu o controle e os sindicatos ficaram em torno desse problema, sem questionar o modo de produção capitalista. Essa política monetária atingia também as contas públicas. Os chefes de Estado, para defender o capital, iniciaram a retirada dos direitos sociais conquistados com a luta dos trabalhadores. A APP também estava perdida nesse marasmo, conforme é registrado na conclusão de um informativo, que se apóia no DIEESE:

O que queremos questionar é o critério adotado de controlar as contas públicas com arrocho salarial do funcionalismo, sucateando seu salário, como ocorrido em 1989, ou adotando uma política salarial que fica muito aquém daquela adotada para o conjunto dos demais salários do país. (APP-SINDICATO, 1990).

O estágio de organização dos professores do Estado do Paraná, nesse período, ainda era mais atrasado que os demais trabalhadores do país, pelo fato de a legislação não permitir a sindicalização de servidores públicos. Contudo, foi um momento de muitas lutas, greves e conquistas, com efetiva participação dos educadores na discussão sobre os rumos da Educação do país. Aqueles educadores que pretendiam transformar a Associação em Sindicato encontravam resistência daqueles que ainda estavam movidos pela tradição e preconceitos com a classe operária. Somente a luta com objetivos de conquistas imediatas unificava os educadores, mas essa unificação, na maioria das vezes, era efêmera. Atingidos os objetivos, encerrava-se o movimento. Caso não houvesse conquistas, a categoria desacreditava das mobilizações. Assim, a maioria das lutas ficava nos limites das reivindicações econômicas. Quando era necessário avançar para uma luta política, dentro de uma concepção de classe, o movimento desaparecia imediatamente, embora houvesse alguns membros da diretoria que entendiam ser a luta de classes uma questão ideológica, como confirma o texto *Escola Pública de Qualidade*, como segue:

Em todos os setores de nossa vida, quer no trabalho, na sociedade e muito mais na escola, aparecem as contradições da situação econômica imposta pelo sistema⁴⁰. O ato de educar é um ato político e por isso pode ser voltado para a manutenção do sistema ou por uma transformação radical da realidade. O professor exerce um papel importante neste contexto (APP-SINDICATO, 1990).

Percebe-se que essa não era a visão predominante na categoria. Esses fundamentos estariam de acordo com os princípios do materialismo histórico para

⁴⁰ O sistema em questão é o modo de produção capitalista.

unificação da categoria, diante de uma perspectiva histórica de superação do modo de produção capitalista. Diante do quadro político da época, as dificuldades que se apresentavam para a unificação da categoria eram muitas. Mas a maior de todas estava relacionada à falta de concepção de classe. Havia, na época, divergência entre os educadores que defendiam a unificação dos trabalhadores numa perspectiva classista e aqueles que lutavam para manter a entidade como Associação, mesmo com a abertura constitucional. Os que não aceitavam mudanças estavam mais atrasados que a legislação, pois esta ampliava os direitos trabalhistas e os direitos de organização sindical.

A crença no poder do Estado sem a compreensão das relações entre as classes sociais expressa a contradição no exercício da função de educador. Em alguns momentos pensam que a Educação é que transforma tudo, noutros momentos exigem do poder condições para transformar. Há momentos em que se luta por reconhecimento da função, exigindo valorização (moral e financeira) por sentir-se como setor mais importante da sociedade.

Havia uma visão quase hegemônica de que os servidores públicos faziam parte do corpo do Estado e não pertenciam a nenhuma classe social. Sem reconhecer a existência das classes sociais, não havia possibilidade de identificar as contradições de classes. Mas a observação empírica sobre as lutas nacionais do conjunto da classe trabalhadora serviu de parâmetro para análise das condições econômicas, mesmo em análise comparativa com conjunto dos trabalhadores em nível nacional. O fato de os metalúrgicos da região do ABC Paulista conquistarem salários acima da média nacional dos trabalhadores e, respeito político por meio da participação regional e nacional, influenciando diretamente os rumos da APP, que ainda não havia se transformado em sindicato. Mas, para muitos professores, ainda era inadmissível educadores aproximar-se dos operários. Ensinar filhos de operários era uma missão nobre, mas estar próximo era parecer-se demais com os pobres.

2.2.4.2 Segunda Gestão

Em 1990 houve eleição. Três chapas disputaram o pleito, A vitória coube ao grupo representado por Izaías Ogliari. Essa chapa tinha uma ligação quase orgânica com o PMDB e o governo. Sua vitória deu-se em razão de uma divisão entre os militantes vinculados ao PT e a CUT, com a diretoria liderada por Isolde. O grupo

que estava na Diretoria ligado a Isolde defendia a independência do sindicato diante das centrais e dos partidos políticos, enquanto os militantes do PT defendiam o fortalecimento da CUT com a filiação da APP. A chapa de Izaías defendia a colaboração de classe por meio do diálogo permanente com o governo. Depois de um longo período de lutas, os votos dos associados foram para a colaboração de classe. Assim, a partir de 1991, estava à frente da Diretoria da APP, na qualidade de presidente, Izaías Ogliari.

Pelo fato de Ogliari estar diretamente ligado ao PMDB, não houve enfrentamento com as políticas do governo. A proposta da gestão era abertamente de colaboração de classe. As disputas que ocorriam eram no campo da oposição sindical.

Nesses três anos de gestão, as duas chapas perdedoras unificaram-se para fortalecer a oposição à gestão de Izaías. Dessa vez, o grupo ligado à Isolde se uniu com os militantes do PT e da CUT, porque se cansaram dos infinitos diálogos da diretoria com representantes do governo. Diante das reivindicações da categoria, durante os três anos de mandato, a direção da APP combatia mais a oposição que as políticas governamentais. Mas, para se afirmar como sindicato propositivo, havia uma “sugestão” na mesma *Página da Educação* publicada pela entidade:

Para melhorar o país, deve-se abolir a lei de que “corvo não come corvo”. A inflação tira dos que pouco têm para dar a quem tem muito. Concentração criminosa de renda. Mesmo porque os que têm mais mandam no país. A inflação vai cair? Vai, sim. Mas é no lombo da classe média e dos pobres... Esses ricos praticam política de avestruz. Um dia a lagoa vai secar, jacaré!

Essa referência caracteriza o grau de ingenuidade, ou opção pelo capitalismo. No momento em que se pretende proteger a “classe média” (pequena burguesia), não se percebem as contradições com o proletariado. Não se nota que a utopia da pequena burguesia qualificada por eles de “classe média” tem o mesmo sentido da grande burguesia. Ou seja, acumular capital por meio das relações de exploração do trabalho. Mas, contraditoriamente, os educadores entediam-se como classe média, mesmo depois de duas greves (1988 e 1990) por melhorias econômicas.

Diante da confusão sobre as relações sociais e sobre a organização do Estado, a diretoria continuava com as críticas à pessoa do governador. “Como seria diferente se essa crença na educação virasse prática de governo” (APP-SINDICATO, 1992D). Pela visão da diretoria, tudo o que acontece ou deixa de

acontecer, está relacionado à disposição do Governo. No mesmo texto se expressa a indiferença em relação à privatização da educação:

A privatização não é nem de longe, a maior ameaça. O maior perigo de virarmos o continuarmos quintal dos americanos, japoneses e europeus é o analfabetismo, essa vergonha nacional que escraviza 50 milhões de brasileiros. A cidadania se exerce pela Educação, verdade tão evidente que até serve de propaganda eleitoreira (*Id.*).

Se as escolas eram públicas ou privadas não importava, o que interessava é que os educadores deveriam ganhar bem. Se isso não acontecesse, segundo a visão da diretoria, a culpa seria do governo.

Entre os servidores e a equipe de governo, não há como evitar o enfrentamento, diante de uma perspectiva do materialismo histórico: o governo representa o capital e o sindicato representa o trabalho. Essa é a razão do “monólogo”. Enquanto os servidores se apresentam como colaboradores para o desenvolvimento da exploração do capital sobre o trabalho, recebem elogios do governo, mas quando exigem reconhecimento por essa função, são acusados de querer ganhar aquilo que a população não pode pagar por meio dos impostos. Com essa retórica, Requião mantém-se como protetor do Estado e dos direitos da população.

Para finalizar a análise da gestão de Izaías, observa-se que em todos os informativos da APP há informações sobre as reuniões do governo com a APP. Reuniões que nada concluem. Em alguns momentos, parece que o presidente é um cargo de confiança do governo, como se observa no informativo do dia 5 de janeiro de 1992. “Como se viu, do balanço de 1991, para o setor educacional, o saldo foi negativo. O magistério trabalhou no vermelho, bastante desiludido com as belas promessas não cumpridas”. Até aqui se fala que o governo não cumpriu com as promessas, no entanto, ao falar do secretário de educação, diz o texto: “Por isso, o presidente e o senhor secretário voltaram os olhares para este ano, e discutiram os principais tópicos que deveriam merecer atendimento especial em 1992” (APP-SINDICATO, 1992).

Diante desse relacionamento contraditório com o governo, a diretoria da APP se apresentava para a categoria como representante dos reais interesses dos trabalhadores da educação. Mas a tática não foi eficiente, porque no final de 1993, a chapa “OPA” venceu.

As reclamações econômicas não passavam de um pedido de reconhecimento para o governador, pela “missão do professor”, a missão de ensinar os cidadãos e patriotas. O “ser” professor, só exerce essa atividade porque “professa” como “missão” e os governos não têm “sensibilidade” com essa categoria “sofrida”, que é o “professor”. Enfim, a vitória da oposição.

2.2.4.3 Terceira Gestão

A vitória da chapa de oposição ocorreu em 1993, para a gestão em 1994, 1995 e 1996. Concorreram duas chapas, de um lado a situação, liderada pelo presidente Izaías, de outro lado estava Mário Sergio, representante da oposição, pela Chapa “OPA”. Esta venceu as eleições, ficando até 1996. No ano de 1994 havia uma divisão entre os dirigentes, mas isso só se confirmou oficialmente com a eleição de 1999 quando duas chapas concorreram a eleição para direção do sindicato. De um lado a chapa 01 “APP – Sempre em Defesa da Escola Pública”, esta encabeçada por Romeu Gomes de Miranda; de outro lado a chapa 02 “APP-Sindicato Para Todos – Da Hora” encabeçada por Floresvaldo Raimundo de Souza (JORNAL 30 DE AGOSTO, Ago. 1999). Essas divergências nunca se tornaram públicas, mas o fato é que uma das facções do PT se tornou hegemônica na direção da APP-Sindicato a partir do ano de 1999, segundo mandato de Romeu Gomes de Miranda.

Na primeira e segunda gestão, depois de Izaías Ogliari, embora houvesse divergências, pode-se destacar que foi o momento de maior investimento na formação política e pedagógica dos educadores.

Apesar da visão limitada de alguns membros da diretoria, duas questões se destacaram no período: a) o trabalho da Secretaria de Assuntos Educacionais; b) o compromisso da Secretaria de Patrimônio. A maior parte da formação nos três anos de gestão, deu-se pela Secretaria de Assuntos Educacionais e não pela Secretaria de formação sindical, que já estava atrelada à CUT e Escola Sul⁴¹.

Foi a Secretaria de Assuntos Educacionais que tomou a iniciativa de produzir materiais pedagógicos para subsidiar os trabalhadores da educação no que diz respeito aos conteúdos escolares. Isso pode parecer pouco, mas foi tal iniciativa que

⁴¹ A Escola Sul foi fundada no final dos anos de 1980 em Florianópolis, Santa Catarina, com verbas de uma Central Sindical Italiana. Está ligada à Social Democracia Européia vinculada à formação de mão qualificando os trabalhadores para o trabalho na indústria.

começou a explicitar as contradições entre governos e classes trabalhadoras. É por meio de documentos da época que se tem a possibilidade de fazer uma análise mais completa sobre a concepção de classe e sindicalismo da direção da APP nos primeiros meses de 1994, já se evidenciava a diferença entre a concepção sindical classista e outra colaboracionista:

Este ano, nós, professores da rede pública estadual não vamos ficar reclamando dos salários. Vamos lutar por salário melhor e por condições dignas de trabalho. Por este motivo estamos lançando esta edição especial do *30 de Agosto*, com as principais bandeiras de luta da categoria. Neste jornal fizemos um apanhado das questões profissionais que têm preocupado os professores. É o início das discussões de uma pauta de reivindicações que deveremos entregar ao Governo do Estado, exigindo respeito aos educadores. (JORNAL 30 DE AGOSTO, Fev. 1994).

Essa chamada sugere que, as reivindicações dissociadas de uma força organizativa e sem disposição de lutas não oferecem possibilidades de conquistas e vitórias para os educadores. O salário é sempre o eixo principal de todas as mobilizações. Aparecem, depois, em contrapeso, outras bandeiras e questões específicas da categoria.

Foi a partir dessa gestão que começaram os debates sobre concepção sindical, lutas de classes e defesa da filiação à CUT. Na mesma direção em defesa da unificação entre professores e funcionários foram promovidos vários debates no SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação e na APP-Sindicato.

A unificação entre o SINTE-PR (sic) e a APP-Sindicato numa única entidade, significa também, a unificação dos(as) trabalhadores(as) na educação de uma mesma secretária de Estado, numa mesma luta em defesa da escola pública, num mesmo quadro de carreira (APP-SINDICATO, 1995).

Nesse mesmo congresso aprovou-se a filiação à CUT, de acordo com indicação do item 19 das deliberações: “No mesmo congresso deliberamos também, a filiação da APP-Sindicato à Central Única dos Trabalhadores” Nos debates sobre a unificação dos professores com os servidores de escolas públicas apareceram também de forma tímida os princípios de que todos são educadores e as lutas deviam apontar para a libertação e emancipação humana.

Esses princípios começam a aparecer nas publicações dos materiais pedagógicos, nos seminários, nos debates realizados pela Secretaria de Assuntos Educacionais. Mas essa concepção não era hegemônica dentro do Sindicato. A visão de um sindicato propositivo estava presente entre os membros da direção. Diante da situação, alguns oportunistas disputavam espaço para se destacar como

lideranças e se apresentar como alternativa aos governos. Nessas circunstâncias políticas apresentadas é desnecessário mencionar nomes, basta fazer uma reflexão sobre os membros da diretoria que ocuparam cargos de confiança na gestão Lerner (diretor de escolas) e aqueles que estão com cargo de confiança na gestão Requião.

Dentre os membros da diretoria existem de forma tímida alguns que continuam expressando um compromisso de classe. Esses, no entanto, ficaram prejudicados pela ação dos oportunistas. Foram os membros compromissados com a classe que deram início às publicações dos materiais pedagógicos analisados na seqüência. Os materiais, apesar de forma não muito clara, deram subsídios para o início do debate a respeito da concepção classista de Educação, com vistas à superação do modo de produção capitalista ou à reprodução da ideologia burguesa.

O *30 de Agosto* informa que a nova diretoria já tentava estabelecer diferenças com a antiga, na concepção e nos métodos empregados para as lutas. Enquanto acusava a velha diretoria de intermináveis negociações, tentava demonstrar para a categoria que, sem luta, não se atingem os objetivos. Veja-se:

Estamos findando o primeiro semestre de 1994. Pusemos em marcha uma de nossas principais metas; levar a categoria a acreditar em sua força. Queremos romper as velhas práticas de negociações intermináveis e escondidas da categoria. Daí nossa forma de nos relacionarmos com o governo: sempre às claras e com professores presente (JORNAL 30 DE AGOSTO, Jun. 1994, p. 1).

A força da categoria começa a aparecer, mas a força da organização e mobilização ainda não surge como meta dessa diretoria. Continua uma prática populista de elevar o moral dos educadores, sem demonstrar que as conquistas são frutos da organização e luta. O caráter da democracia burguesa de reforçar a crença na legitimidade do representante, ainda continua. A passagem “professores presentes” está no texto para caracterizar a transparência. A força da organização política da categoria é apresentada no final do texto, para os embates e conquistas.

A representatividade, sem o caráter classista, nada significa, pois o governador também se apresenta como representante dos interesses gerais da população. Quando os dirigentes da APP se apresentam como representantes dos interesses específicos, sem apresentar a visão de Educação, são derrotados pelos argumentos sofistas dos governos que se atribuem os títulos de representantes de todas as classes sociais. Ao anunciar que a luta está valendo a pena indica que o problema maior estava sendo a gestão anterior. Sem desconsiderar o fato da

entidade estar cooptada pelo governo, mas é necessário reconhecer que o grande problema está nas relações capital e trabalho, que a diretoria anterior na considerava:

O que queremos afirmar no encerramento deste semestre é que está valendo a pena lutar. Estamos movendo pesadas estruturas que por três anos acostumara-se com o silêncio da categoria e o conseqüente enfraquecimento da luta dos servidores. Precisamos nos preparar desde já para pesados embates no próximo semestre se o governo continuar protelando as decisões mais importantes, numa tentativa de desgaste do funcionalismo (*Id.*).

As dificuldades apresentadas, segundo essa diretoria, eram reflexos dos três anos da diretoria anterior. Com essa inferência não havia possibilidade de protelar o enfrentamento entre os educadores e o Governo. Embora houvesse eleições gerais para governador e presidente da República no próximo semestre, apresentava-se a possibilidade do enfrentamento.

O mesmo informativo esclarece o resultado das negociações que aconteceram no mês de março.

Se a postura da secretária de Educação é refletir uma tendência quanto à posição do governo frente às reivindicações dos servidores, teremos que nos preparar para enfrentar uma interminável sessão de conversas que não levam a nada. (*Ibid.*, p. 02).

Para demonstrar que não acreditavam na postura da Secretária, concluía o texto: “A postura da SEED frente às reivindicações dos professores lembra uma piada que diz: ‘quando não se quer resolver um problema, cria-se uma comissão para discuti-lo’ e, óbvio, lava as mãos sem se comprometer”. Diante da falta de crédito do governo do Estado e do secretário de educação, a alternativa era a unificação dos educadores com os demais servidores, objetivando fortalecer os servidores diante da prepotência e arrogância do governo.

Mas a unificação tinha como objetivo específico a negociação salarial dos educadores e servidores públicos em geral. “Enquanto as negociações com a SEED não evoluem, os professores se juntaram aos demais servidores públicos do Estado do Paraná e realizaram manifestações em 1º de junho, data-base da categoria, para tentar dialogar com o governador” (*Ibid.*, p. 3). É importante lembrar que o governador Roberto Requião nunca reconheceu data-base dos servidores públicos e, por outro lado, os servidores públicos, incluindo os educadores, nunca tiveram força suficiente para reagir contra o poder autoritário do “soberano”.

Segue o texto: “Agora, o objetivo é evitar que essas negociações se transformem em jogo de senas para o Governo vender à opinião pública a idéia de que está negociando, até que termine o mandato e começa tudo de novo”.

Enquanto isso, o tempo passava, as eleições se aproximavam e os servidores continuavam assistindo ao filme do “bandido e mocinho”: “As lideranças sindicais vão pressionar o Governo na mesa de negociações. Mas a resposta será proporcional à pressão que as categorias do serviço público exercer sobre o Governo”. A pressão que se esperava tinha que vir das várias assembleias dos múltiplos setores do serviço público. “Até o início do mês de agosto, todas as categorias deverão ter realizado assembleias para construir o movimento unificado dos trabalhadores do serviço público”. Entre avanços e recuos, começa-se visualizar certa identificação com os trabalhadores. Ser chamado de trabalhador não caracteriza mais uma acusação, mas uma identificação com as relações do trabalho e, de certa forma, reconhece a Educação como trabalho concreto.

A identificação com os servidores públicos resultou em maior força para as lutas. Mas a unidade se dava somente nas reivindicações comuns aos servidores. Com esses interesses, aconteceu uma mobilização unificada em 01 de junho de 1994, ocasião em que se percebeu a adesão de parte dos professores à paralisação do dia 30 de agosto, com pauta unificada:

Este 30 de agosto marca mais um passo da campanha unitária de todas as categorias do serviço público. A necessidade de um movimento em conjunto de todo o funcionalismo ficou evidenciado na manifestação realizada em 1º de junho, data-base dos servidores. Com aquele ato conseguimos apresentar ao governo nossas reivindicações. Algumas conversas e parcas definições. Uma delas jogava para agosto a negociação sobre os salários. O governo ainda não apresentou nada. Acabou agosto e agora é a hora de cobrarmos do governo uma proposta negociável. Esperamos por um mandato inteiro em que o Paraná “sempre deu certo”, menos para os servidores públicos e para a população, que necessita de educação, saúde, justiça e dos demais serviços públicos. Agora é hora de:

- reverter o descaso com a educação!
- enfrentar o sucateamento dos serviços públicos!
- valorizar os profissionais da educação e os demais servidores (grifos do original) (JORNAL 30 DE AGOSTO, Ago. 1994, p. 1).

A necessidade era de todos os funcionários públicos. A disposição de lutar por melhores salários e condições de trabalho também possibilitava a unificação.

O ato público de 30 de agosto ocorreu em clima de campanha eleitoral. Mas o descaso com o serviço público era tanto que foi possível unificar os servidores em torno dos seguintes pontos:

- I Data-base com negociação permanente;
- II Reposição das perdas salariais de jan/91 a jun/94;
- III Política salarial com reposição mensal de inflação;
- IV Regulamentação da lei 10.219, art. 70 (Fundão);
- V Incorporação dos adicionais nas aposentadorias;
- VI IPE/Saúde;
- VII Regulamentação do art. 205 da Constituição Estadual, que destina receita para o fomento da pesquisa científica e tecnológica⁴²;
- VIII Liberação de dirigentes sindicais;
- IX Plano de Carreira e Salários (*Id.*).

A pauta era unificada, mas cada segmento do serviço público acrescentava suas reivindicações específicas. A educação, assim, acrescentava outros itens relacionados aos trabalhadores da educação.

O primeiro ato de mobilização unificado realizado no dia 1º de junho de 1989 foi convocado por meio de uma publicação especial do periódico *30 de Agosto*. Nesse mesmo período o governador Roberto Requião havia se afastado do cargo para concorrer à eleição para o Senado da República. Na ausência de Requião, o vice-governador, Mário Pereira, assumiu o comando do Estado. Nesse período havia um *slogan*, “*Aqui o Brasil dá certo*” para fazer propaganda do governo estadual para todo o Brasil. Enquanto isso, os trabalhadores da educação e os servidores públicos tentavam a unificação para somar forças, embora houvesse reivindicações específicas e imediatas de cada setor do serviço público.

Aqui, onde o Brasil dá certo, o Estado não quer reconhecer nem os direitos mínimos dos trabalhadores. É por isto que estaremos de prontidão, no dia 1º. Em primeiro lugar queremos uma audiência com o governador Mário Pereira. Queremos reconhecimento da nossa data-base! Queremos salários justos!⁴³ Queremos liberação de dirigentes sindicais! Enfim queremos dignidade e respeito! (JORNAL 30 DE AGOSTO, Mai. 1994).

As reivindicações possibilitavam a unificação dos vários setores do serviço público, mas não havia disposição por parte das diretorias de outros segmentos para uma organização permanente. Para chamar atenção da necessidade da organização acrescentava o texto: “É claro que temos consciência que nada nos será dado de graça e, portanto, para conquistarmos nossos direitos estamos em constante

⁴² Sobre esta reivindicação há um avanço em relação à gestão 1988-1990. A gestão anterior criticava o investimento no Ensino Superior. Esta trata a pesquisa como necessidade do conjunto dos servidores. Mesmo assim continua com uma visão limitada, porque a pesquisa também tem compromisso ideológico com um projeto de emancipação humana ou com para continuar a exploração do capital sobre o trabalho.

⁴³ Para muitos ainda continua a crença na possibilidade de salários justos. Na sociedade de mercado o trabalho é também uma mercadoria regida pela lei da oferta e da procura. Portanto o comprador dessa mercadoria chamada trabalho, no caso, o governo não pode reconhecer o real valor do trabalho.

mobilização”. No dia 30 de agosto aconteceu a paralisação para relembrar os seis anos do “massacre” aos educadores. Nessa data foram lembrados os dois anos seguintes ao massacre (1989 e 1990). A APP-Sindicato promoveu, então, mobilizações para fixar na memória dos educadores a tragédia provocada por Álvaro Dias, mas os “três anos seguintes (1991, 1992 e 1993), o “30 de Agosto” ficou meio esquecido” (JORNAL 30 DE AGOSTO, Ago. 1994, p. 2):

A APP-Sindicato, sob a direção de Izaías Ogliari, esforçou-se para ocultar os acontecimentos; procurou sufocar o grito de revolta dos professores contra essa e outras agressões do governo, e contra a omissão oficial, talvez em virtude da gratidão de Ogliari a Álvaro Dias pelo cargo de confiança que ocupava naquela data fatídica. (*Id.*).

Ao lembrar que a direção da APP, no período de 1990 até 1993, atuava como entidade de colaboração ao governo, faz-se necessário lembrar também que a oposição ao governo não é critério para afirmar a existência de colaboração de classes. Esse é um fato concreto. Na gestão Álvaro Dias, Izaías tinha cargo de confiança. Lembre-se que Requião também foi secretário de Álvaro Dias. Todos eram do PMDB. “Não bastasse isto, em 1992, Izaías utilizou a gráfica da APP-Sindicato para imprimir propaganda de seu filho, candidato a vereador em Telêmaco Borba, pelo PMDB” (*Id.*). A crítica apresentada nesse momento pela direção da APP parecia consistente, no entanto, não expressava uma reflexão sobre o modo de produção em que estava inserido o Governo e o PMDB, no gerenciamento do Estado e também não expressava a visão classista do próprio Estado.

Embora seja verdade que a utilização do aparelho sindical tenha sido utilizado para benefício pessoal (candidatura de seu filho), essa mesma prática foi utilizada em outros momentos: utilização do carro da entidade, cessão do espaço físico para discutir candidatura de dirigentes da APP e outros. A crítica é legítima quando quando é feita por aqueles que não se utilizam os mesmos experientes.

Embora houvesse vários problemas de concepção, divergências entre membros da diretoria, nada impediu que, a entidade começasse ter um caráter de luta em defesa dos sindicalizados. Foi nessa gestão que se debateu a unificação dos professores com os servidores de escolas; foi também nesse período que se debateu a filiação à CUT. Se a CUT não é uma entidade classista e não responde pelos anseios do conjunto do proletariado, há que se considerar que, no interior da categoria, há pessoas com preconceitos mais conservadores que a opção pela filiação à CUT. Há depoimento de um professor (Pedro Heloi Rech) que

acompanhou os debates e defendeu a filiação da APP à CUT. Opondo-se à posição da unificação, uma professora de Foz do Iguaçu utilizou o seguinte argumento contra a filiação. “A APP se filiando à CUT? Nós vamos ficar subordinados àquele negrinho dos metalúrgicos⁴⁴? Vamos ter que nos (*sic*) misturar com esses baderneiros?”

Sem entrar no mérito da visão, próxima ao fascismo, explicitada pela professora, pode-se considerar que foi um grande avanço a filiação à CUT. No entanto, diante de uma concepção classista, seria necessário que os educadores de vanguarda acompanhassem o processo de vinculação da central aos mecanismos de reprodução do capitalismo. Mas isso não aconteceu porque o projeto dos dirigentes da central era ajudar a administrar o capital. Nesse sentido, há membros da direção da APP a disputar espaço na estrutura do governo, ao invés de lutar pela superação da estrutura.

Com a filiação à CUT, a APP passou a seguir a linha teórica e política da central. Embora na defesa da filiação à central houvesse uma fundamentação classista, na realidade o que aconteceu foi uma disputa pela hegemonia e pelo controle da entidade entre os próprios trabalhadores explorados pela estrutura capitalista. Um caderno de formação sindical publicado explicita a orientação da CUT:

No caderno de resolução do V Concut (anexo 1, página 65) encontramos um texto denominado *Por uma política anti-racista*. Na introdução vemos que já em 1906 o sindicalismo brasileiro pregava um movimento universalista, sem distinção de cor, sexo, idade ou origem. No entanto, ainda em meados dos anos 80, a CUT lançava uma campanha pela redução da jornada de trabalho exibindo, em todo o material de campanha um trabalhador com biótipo branco, homem e adulto. Isto demonstra que ainda hoje temos muito a avançar contra a visão cultural que estabelece como referência na imagem publicitária o homem branco (APP-SINDICATO, 2006, p. 6).

A visão anti-racial esquece que a exploração do negro acontece pelos donos do Capital. A história do negro no Brasil tem uma particularidade. Está associada à expansão do capitalismo no mundo e às disputas entre o próprio capitalismo, com predominância da religião protestante. A chegada do homem branco no Brasil estava associada ao desenvolvimento do capitalismo na Europa. A exploração do homem branco sobre o negro, no Brasil, acontecia no mesmo momento em que o branco explorava o branco na Europa, para acumular capital.

⁴⁴ Referência ao Vicentinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores na época.

A concepção de que a humanidade está dividida em raças, levou os nazistas a atacarem os judeus e os comunistas. Parece não ter uma relação, mas alimenta a idéia da xenofobia e ódio à diferença. A referência aos pensadores marxistas deixa transparecer que Marx, Engels, Lênin e outros pensadores europeus pensaram somente no homem branco. O Manifesto Comunista indica que o capitalismo é um fenômeno mundial, que as relações de exploração são abertas, cínicas e brutais e finaliza o Manifesto Comunista da mesma maneira que finaliza o Manifesto da AIT, conclamando: “Proletários do Mundo, Uni-vos”. Será que os negros explorados no mundo capitalista não são proletários, ou será que vivem noutra mundo?

Hoje o movimento sindical continua seus debates em cima de filosofias no marxismo-leninismo, entre outros. No entanto, sem desmerecer nem diminuir a importância dessas visões de sindicalismo, há dificuldades para uma aproximação maior junto ao trabalhador negro, até porque esses pensadores elaboraram suas teorias a partir da realidade do operário europeu do século passado e início deste século, não considerando diferenças raciais que temos na América e na Europa de hoje (*Ibid.*, p. 7).

Não há dúvida que existe a discriminação do negro. Mas é necessário separar a cultura do racismo com as relações de exploração. A cultura do racismo está em todas as diferenças regionais: do alemão contra o italiano ou vice-versa; do alemão contra o polonês, etc. E, pode-se observar que toda a comunidade européia manteve a cultura de inferiorizar o negro. Cultura essa que extrapola as fronteiras das relações de trabalho. O preconceito se expressa no esporte, nas atividades culturais, e outras. Quando se trata das relações de trabalho, o que está em voga são as relações de exploração e acumulação de capital pela exploração do trabalho. Na atualidade, percebe-se a presença de negros e brancos nos lixões. Ambos, numa situação de miserabilidade, fruto da acumulação de capital.

Nas atividades culturais e desportivas também podem ser observados negros e brancos. Tais etnias transformaram o esporte e a cultura em mercadorias e os consumidores são as pessoas do proletariado, negras ou brancas.

Na mesma linha de raciocínio, vem a situação da mulher trabalhadora:

Outra concepção presente na esquerda defende a existência de hierarquias de lutas, pela qual a luta das mulheres contra a sua opressão está subordinada à luta de classe, construindo uma questão secundária na ordem de prioridades dos movimentos de trabalhadores, jogando para um futuro idealizado a superação da desigualdade de gênero (*Ibid.*, p. 10).

A primeira divisão social do trabalho, segundo Marx, foi uma divisão considerada natural, porque as atividades eram divididas por sexo. Essa é uma

história milenar e não era considerada, na sua origem, uma relação de subordinação de um sexo sobre outro. A relação de subordinação começa com as relações sociais de poder. Analisar as relações de exploração da mulher, do negro e os problemas da sexualidade, tomando a cultura como ponto de partida, sem considerar o modo de produção e as relações econômicas de exploração, é um equívoco. Esse equívoco se toma o fenômeno da subjetividade cultural coletiva, como produtor da materialidade objetiva e não como manifestação subjetiva de uma realidade objetiva materializada e ossificada na consciência coletiva.

A mesma lógica se aplica ao movimento anti-racismo. A exploração do negro, no Brasil, foi um fenômeno da expansão do capitalismo no mundo. O negro não veio para o Brasil por uma “pura” maldade do homem branco. Querer analisar a exploração do negro dessa forma, sem acrescentar as relações do modelo capitalista de produção é reduzir as relações de exploração entre as raças e não perceber as relações do mercado mundial que estava começando. Por isso, é necessário acrescentar que o capitalismo retira do homem o sentimento de humanidade. O que significa dizer que: o “ser burguês” subordina todas as relações sociais aos interesses das relações da produção para a sociedade de mercado. Assim, a situação da subordinação da mulher e do negro é uma relação de exploração predominantemente do capital sobre o trabalho e não apenas do homem sobre a mulher ou do homem branco sobre o homem negro.

Mas a reflexão sobre as relações com o negro e com a mulher não trazia a necessidade da unificação dos explorados para superar as relações de subordinação de exploração. Apenas reforçava a ilusão de que o problema estava no capitalismo atrasado e nos parâmetros de comportamentos sociais e culturais coletivos. Assim, reproduzia-se a ideologia dos organismos internacionais que qualificavam como países “*emergentes*” a periferia do capitalismo mundial.

A realidade é que durante muito tempo essas questões estiveram silenciadas propositalmente, mas com o fortalecimento dos movimentos sociais na década de 70, notadamente o Movimento Negro, essas questões foram levantadas, enquanto denúncia revelando assim o ritual pedagógico do silêncio. Pontuando esses elementos, o movimento negro reivindicou o direito à participação no processo de reformulação da Educação, objetivando formular novos paradigmas para a sociedade emergente (*Ibid.*, p. 14).

A *sociedade emergente* é a ideologia reproduzida, sugerindo que o nosso problema não está no modo de produção capitalista e sim sugere que o Brasil é um país pobre.

Por essa razão se produz a ideologia dos países emergentes. Justifica-se daí que negros e mulheres reivindiquem lugar privilegiado dentro da nova estrutura do capitalismo. Essa é a concepção dos Prudhonistas de “uma sociedade de burgueses sem proletários” ironizada e criticada por Marx, no capítulo sobre o socialismo pequeno burguês contido no Manifesto Comunista.

Mesmo sem uma concepção classista, pensava-se na organização e reestruturação do sindicato já nos primeiros momentos da gestão “OPA” em 1994. Para esse intento, realizavam-se seminários, cursos de formação sindical e outros eventos que possibilitavam aos educadores compreenderem as relações de exploração do capitalismo, conforme se observa no I *Seminário de Formação Sindical*, realizado em 18 e 19 de fevereiro de 2004.

A APP-Sindicato promoveu dias 18 e 19 de fevereiro o I *Seminário de Implantação da Secretaria de Formação Sindical e de Assuntos Educacionais*. Na abertura do evento, o professor Pedro Elói Rech apresentou sua visão como funciona a sociedade, proferindo a palestra *Uma sociedade de classes e seus mecanismos de funcionamento* (APP-SINDICATO, 1994).

Na realização das atividades concernentes à instalação do órgão sindical, no período de 1993 a 1996, destaque deve ser dado à Secretaria de Assuntos Educacionais. Além de contribuir para uma linha teórica mais avançada, foi responsável pela produção de materiais pedagógicos, cuja a divulgação foram concebidas de modo a favorecer o debate entre os educadores sobre a ideologia que orienta a Educação no sistema capitalista. Contudo, essa linha teórica, que além de não ter primazia no Sindicato, também entrava em contradição com a carreira política individual e o sucesso pessoal de alguns dirigentes.

Predominavam na direção da APP-Sindicato as disputas entre os grupos políticos, denominados “correntes internas”, do PT. A pugna entre esses grupos, na maioria das vezes, se traduzia em obstáculos para os trabalhadores independentes que procuravam desenvolver uma perspectiva classista nas formas de organização e nas lutas concretas do seu sindicato. A natureza da disputa entre os trabalhadores da educação que representavam os grupos políticos afiliados ao PT não expressavam contradições ideológicas fundamentais do ponto de vista das classes

sociais, mas visavam a ampliação dos espaços e dos números de cargos na diretoria da entidade.

Essa era uma das razões, a principal. Diga-se, ainda, que os ataques dos dirigentes sindicais eram sempre direcionados às pessoas do governo ou a seus representantes e nunca ao modo de produção capitalista. O caso acima mencionado foi uma exceção e durou pouco tempo.

Devido às disputas internas, outras correntes de pensamento não encontravam espaço na direção geral da APP. Com o pedido de afastamento para mestrado do então secretário de Assuntos Educacionais Pedro Eloi, houve uma disputa interna para ocupar o cargo em vacância. Este foi o momento que o grupo ligado à “DS”, corrente interna do PT conseguiu efetivamente garantir sua hegemonia na Direção estadual.

A partir dessa disputa, a DS ampliou seus quadros na direção da APP e toda a linha de formação se voltou para os interesses internos dessa corrente, tornada majoritária na Direção da entidade.

Observa-se que foi o secretário de Assuntos Educacionais quem provocou os debates e a reflexão sobre o capitalismo no Seminário acima citado, conforme segue: “A exposição provocou a discussão sobre o sistema capitalista que aprofunda as desigualdades e exclui grandes parcelas da população de qualquer direito e os mecanismos de controle da sociedade pelo poder econômico” (APP-SINDICATO, 1994). No mesmo texto lê-se: “Debateu-se também a estrutura sindical e as correntes anteriores do sindicalismo”.

Ao se debater as correntes anteriores do sindicalismo, provavelmente as discussões se encaminhariam para os debates a respeito da situação atual e do compromisso histórico dos educadores, juntamente com proletariado. Mas este processo foi interrompido pelas disputas entre a DS e Articulação Sindical.

Percebe-se que os participantes do Seminário tinham disposição para a luta e buscavam suporte teórico, conforme se pode observar:

Os participantes do Seminário, imbuídos da tarefa de organizar essas Secretarias nos Núcleos Sindicais da APP-Sindicato, organizaram um plano de trabalho para a Secretaria de Formação Sindical da Entidade e estabeleceram uma ação conjunta neste setor entre a Diretoria Geral e os Núcleos (APP-SINDICATO, 1994).

Nos primeiros momentos da Direção da chapa “OPA”, houve muitas atividades que contribuíram para uma consciência de classe. As mesmas pessoas,

no entanto, estavam em disputa no interior da categoria dos educadores. Disputavam espaço no PT e na CUT. A corrente interna do PT na organização sindical, se apresentava como CUT, para dar uma pintura de vinculação orgânica com os trabalhadores da base dos sindicatos. A Articulação mantinha sua identidade no PT e na CUT e apresentava-se, simplesmente, como “Articulação Sindical”.

A formação política dos educadores sempre foi tema de debate e disputa entre as correntes que compunham a Direção do Sindicato. A articulação, por estar vinculada nacionalmente à linha política da corrente majoritária dos metalúrgicos dos sindicatos do ABC paulista, defendia a OLT – Organização por Local de Trabalho. Mas encontrava dificuldades nas questões objetivas. Os metalúrgicos criaram a OLT por uma necessidade imperativa: demissões inesperadas, locais insalubres e perigosos. Essa metodologia importada da fábrica para a escola não deu certo, porque, enquanto os três itens mencionados levaram os operários a implantar a OLT, não apareciam de forma imediata na educação.

Além dessas dificuldades havia também uma confusão teórica sobre OLT. Essa modalidade de organização foi pensada dentro dos sindicatos, para dirigentes sindicais com estabilidade, para atuar nas fábricas como vigilantes dos crimes de trabalho cometidos pelos chefes imediatos⁴⁵. Portanto era uma forma de proteção do trabalhador e não um instrumento de formação política da consciência de classe. Se é que em algum momento tiveram esse objetivo.

O fracasso dessa linha forjou a publicação do *Caderno Pedagógico*. Esses cadernos tinham como objetivos associar as atividades docentes à concepção política.

É a partir dessas publicações que se torna explícita a concepção de sociedade, embora houvesse, entre os ativistas da APP-Sindicado, dirigentes compromissados com as lutas históricas da classe trabalhadora. Um caderno, publicado em 1995, demonstra a linha da formação política, mas, ao mesmo tempo, denuncia que o governo eleito em 1994 (Jaime Lerner) teve apoio majoritário dos educadores. O Caderno começa anunciando o compromisso da Direção com a defesa da escola pública. Demonstra, porém, em seguida, o desejo de colaborar com o governador ao longo da gestão.

⁴⁵ É comum, no setor industrial, seja na fábrica ou na construção civil, alguns chefes forçarem seus subordinados a realizar trabalho de risco de vida e, depois da morte, forjar a perícia para colocar a culpa na vítima.

O fato que leva este manifesto ao governador eleito, eleito inclusive com a significativa, e porque não dizer, decisiva participação dos professores, e a sua equipe de trabalho na área da Educação, é o de mostrar as nossas preocupações e simultaneamente oferecer as contribuições para que o nosso princípio em “Defesa da Escola Pública” seja contemplado ao longo do governo (APP-SINDICATO, 1995, p. 5-6).

É interessante saber que havia dentre os membros da diretoria executiva da APP, pessoas que apoiaram Lerner no segundo turno das eleições. Esse apoio não foi público, portanto não há documentos que provem com indicação de nomes. Mas o texto acima indica que o apoio dos professores foi significativo para a vitória de Lerner. Embora não haja documentos que comprovem essa vinculação, o que há de concreto é a cisão da DS com a Articulação, resultando no surgimento de duas chapas para a eleição de 1996. Uma, encabeçada por Natália, representante do grupo da Articulação e, outra, por Romeu Gomes de Miranda, apoiado pela DS.

O que houve de concreto, nesse episódio, foi a não participação do nome de Mário Sergio na chapa encabeçada por Natália. Isso provocou a suspeita, por parte de vários educadores, de que havia um compromisso desse grupo com a gestão do Governo. Esse grupo participou nos anos seguintes das eleições para Direção de escolas públicas, mesmo com a decisão da APP em boicotar a participação.

Observa-se que a direção da APP estava composta basicamente por quatro frentes políticas: 1) O grupo ligado à professora Isolde, que praticamente não tinha vinculação orgânica com o PT; 2) o grupo da articulação, ao qual pertencia organicamente o presidente da entidade; 3) a DS de Miguel Baez e outros; e, 4) um grupo mais independente, o de Pedro Elói Rech, que, no primeiro momento, tinha Romeu Gomes de Miranda à frente. Poder-se-ia acrescentar que na base, como oposição, havia um quinto grupo: o que esteve na Direção no período 1990-1993. Esse grupo praticamente desapareceu com a derrota em 1993, por estar ligado ao governo e ao PMDB.

Foi com nessa gestão que a APP-Sindicato filiou-se à CUT. Essa vinculação da APP-Sindicato a essa “central” se deu exatamente na fase em que se tornava mais evidente que não se tratava de uma Central de Trabalhadores de caráter classistas voltada para a emancipação do trabalho da alienação do capital. Embora haja dirigente que afirme o contrário disso, como pode constatar Pítton sobre o discurso de Marlei Fernandes de Carvalho, em que essa dirigente teria afirmado que

“a partir da sua filiação à CUT, o sindicato passou a ter uma orientação política classista” (PITON, 2004, p. 184).

Essa afirmação entra em contradição com a entrevista seguinte, da mesma entrevistada. Em 1998, o governador suspendeu a contribuição sindical, que era feita em folha de pagamento. Isso causou um estrangulamento na entidade porque não havia receita para financiar as mobilizações dos trabalhadores. Veja-se a conclusão da entrevistada: “o que desencadeou um período difícil na APP-Sindicato, com ausência nas instâncias da CUT” (*Ibid.*, p. 198).

Se a CUT fosse uma central classista, como se afirma na primeira entrevista, a ausência do pagamento das cotas não seria motivo para o veto da participação nas instâncias. Na época da fundação, as contribuições dos sindicatos eram 3%, em 1988 passaram para 5% e, no V Congresso, passaram para 10% sobre as receitas dos sindicatos filiados à Central. Dispensável é dizer que 10% sobre uma receita de 0%, o resultado é zero. Esse não é, contudo, o caso da Central, depois da adesão à lógica do mercado. A filiação de um sindicato tem valor de troca e não valor de uso. Ou seja, não se aceita a filiação de um sindicato por considerar que os trabalhadores associados pertencem à classe trabalhadora, mas pelos valores monetários com que essa entidade possa contribuir para a Central.

Essa mesma tese de doutorado apresenta a APP como uma entidade combativa e de luta e que mais sindicalizou. Não informa, porém, quais os métodos utilizados para a sindicalização. Na *Página da Educação* do ano de 1994 havia a promoção de uma viagem destinada aos novos filiados para Porto Seguro. No dia 10 de agosto de 1994 saiu o resultado do sorteio:

Sábado foi realizado o sorteio do concurso “APP-Sindicato é seu Porto Seguro”. Como nova sindicalizada, foi contemplada com uma viagem a Porto Seguro, a professora Vera Maria Francischini, de Céu Azul, Núcleo Sindical de Cascavel. Outra viagem, na categoria agente de sindicalização, saiu para Ozélia Pereira, de Almirante Tamandaré, Núcleo Sindical de Curitiba. Aos vencedores e demais participantes da promoção, a APP-Sindicato agradece pelo apoio para o fortalecimento da luta do magistério paranaense (APP-SINDICATO, 1994B).

Observa-se que houve uma terceirização do trabalho sindical. Esse sorteio foi realizado pela diretoria do Sindicato em 06 de agosto. É a partir do momento da sindicalização que desponta a diferença de concepção entre os dirigentes comprometidos com a classe e aqueles que apenas querem ampliar os quadros de associados por questões financeiras.

Percebe-se que houve falta de informação para a tese de doutorado, quando afirma: “Simultaneamente à primeira forte investida de Lerner, em 1996, a chapa que representava o movimento “Em Defesa da Escola Pública” foi reeleita em eleição com chapa única para a APP-Sindicato” (*Ibid.*, p. 196).

A diretoria que estava à frente da APP desde 1994 representava a chapa “OPA” e, no ano de 1996, “Em Defesa da Escola Pública”. Nessa última eleição a chapa foi encabeçada por Romeu Gomes de Miranda. O ex-presidente Mário Sérgio foi excluído, por razões estatutárias. As razões, conforme comentário informal, foram pela sua vinculação política e por depender economicamente de assessores do governo em 1994, momento da eleição disputada por Jaime Lerner e Álvaro Dias. Nunca mais ele fez parte de uma chapa para a Direção da APP.

Embora não exteriorizado oficialmente para a categoria, as razões da exclusão do ex-presidente Mário Sérgio tornaram-se públicas desde 1996. Por essa razão, o ex-presidente não compôs a chapa que concorreu à eleição em 1996. Havia, nessa chapa, composição entre Articulação e DS. A Articulação ficou com seis membros na Direção e a DS com os demais. A partir dessa eleição, a DS passou a ter o predomínio e hegemonia no Sindicato. Embora Romeu Gomes de Miranda ainda não tivesse assumido um compromisso orgânico com essa corrente, obtinha, mesmo assim, apoio de alguns oportunistas desprovidos de representatividade e sem relação orgânica com os trabalhadores.

É importante ressaltar que nesse período houve muitas lutas. Isso todavia, se deve a dois fatores principais: primeiro, que a Articulação não tinha hegemonia; segundo, os representantes da DS precisavam se afirmar como dirigentes mais combativos perante os trabalhadores filiados ao Sindicato. Isso ficou evidente nas lutas posteriores e na composição das chapas em 1999 e 2002.

É importante observar que, após a DS conseguir a hegemonia esperada, foi expurgando gradativamente os dirigentes que mantinham uma concepção sindical de classe e compromisso com os associados. Uma nota publicada pelo secretário de finanças, este sem vínculo com as correntes em disputas, tinha como pretensão manter a transparência da entidade, demonstrando o compromisso de classe. No interior da nota informativa, o secretário diz:

Todas as secretarias jamais deixaram de executar quaisquer mobilizações e ou trabalho de formação por falta de ação financeira imediata. Os repasses mensais das mensalidades destinadas aos Núcleos Sindicais foram feitos rigorosamente em dia. Os repasses de verba especial quando solicitados

pelos núcleos sempre foram atendidos⁴⁶. Realizamos o pagamento em dia de todas as contas da entidade. Elaboramos e respeitamos o Plano anual de aplicação orçamentária, publicamos balanço geral mensal.

Na eleição que se seguiu, esse secretário foi aceito na chapa como representante dos aposentados. E nas seguintes, foi convencido pelo grupo da DS que ele deveria ser candidato ao conselho fiscal. Os mesmos que o convenceram fizeram uma campanha secreta, indicando aos núcleos os nove nomes para compor o Conselho Fiscal. Estava excluído da Direção. Por quê? Veja-se a conclusão da nota:

O sindicato não tem dono, mas sim dirigentes que devem zelar e gastar bem o dinheiro dos sindicalizados que sustentam esta entidade financeiramente. Isso significa construir o sindicato que projetamos, sem vedetismo, sem o cupulismo que tanto nos fez mal. (JORNAL 30 DE AGOSTO, Out. 1996, p. 1).

Com isso, não precisa explicar mais nada sobre a exclusão de alguns dirigentes. Para convencer os dirigentes dos núcleos a respeito da exclusão desse militante, demonstrava-se, nos bastidores, a impossibilidade de ele trabalhar e que era da direita. A mesma tática foi utilizada com inúmeros educadores que radicalizavam na concepção e assim a DS ia mantendo a hegemonia na direção da APP, com um Sindicato de “cúpula” e mantendo o “vedetismo” temido pelo ex-secretário de finanças da época.

De certa forma, pode-se considerar que a concepção sindical nada mudou depois de 1996. Depois que a DS conseguiu a hegemonia na Direção, a relação com os associados tornou-se promíscua. Isso porque os interesses da corrente sempre eram superiores às necessidades da organização. Como não havia interesses na organização e na formação de quadros intermediários, reproduzia-se para os associados uma ideologia de que tudo dependia de um líder. Assim, os líderes se apresentavam como heróis e alguns, venerados pelos associados.

Enfim, o medo que o ex-secretário de finanças apresentava, aos poucos foi se confirmando. Em 2002 foram excluídas pessoas sem vínculos partidários, para garantir espaço a três representantes do PMDB na chapa composta pela DS. Não foi possível reeditar essa prática em 2005, porque algumas diretorias de Núcleos se rebelaram. O fato de haver membros do PMDB (partido do Governo) na Direção da

⁴⁶ O exemplo da solicitação de verbas especiais foi a realização da I Conferência de Educação realizada pelo Núcleo Sindical de Cascavel, em agosto desse mesmo ano. Solicitação que foi negada pelo presidente Mário Sérgio e confirmada mais tarde, após aprovação na diretoria.

APP, facilitou o controle das manifestações por parte do governador do Estado. Basta olhar as disputas após o ano 2002, entre o secretário da Educação e o presidente da APP.

2.2.4.4 Quarta e quinta Gestões

A partir da cisão entre os grupos, “Articulação” e “DS”, em 1996 e a composição da chapa única liderada por Romeu Gomes de Miranda (este teve dois mandatos na entidade), o grupo da DS assumiu a hegemonia na direção do sindicato. Para montar a chapa, no ano de 1999, foram convidadas apenas pessoas vinculadas a esse grupo ou próxima dessa corrente. Essas pessoas teriam potenciais de se tornarem dirigentes do partido ou do sindicato. No ano de 2002 aconteceu uma particularidade: a DS atribuiu-se o direito de negociar com o PMDB e PC do B no sentido de compor a chapa que concorreria à Direção do Sindicato. Negociação feita sem a participação dos dirigentes de outros núcleos sindicais sem que houvesse, porém, diálogo entre os negociadores (neste caso: Miguel Baez e Romeu Gomes de Miranda).

A hegemonia, aqui, não se confirma nos conceitos de Antonio Gramsci, porque não contempla a concepção das contradições de classes. Ou seja, não há uma disputa com a ideologia burguesa para formar uma contra-hegemonia da ideologia proletária. As disputas que ocorrem são de interesses de grupos que não trabalham na perspectiva da unidade da classe trabalhadora contra o poder hegemônico do Capital, embora Santos (2004) aponte que

Para este estudo compreende-se a categoria gramsciana – hegemonia – caracteriza com mais precisão as condições de lutas antagônicas que se estabelece na atualidade. Em determinadas circunstâncias históricas pode-se conceber um momento contra-hegemônico ou um período de hegemonia constituída no processo de correlação de forças. Nesta perspectiva, a finalidade de demonstrar os momentos em que os trabalhadores garantiram uma direção contra-hegemônica no campo da educação pública no Paraná e os momentos em que o governo de Jaime Lerner reafirmou a hegemonia de seu grupo político no estado. Cada força presente desenvolveu uma relação de poder que, de alguma forma, estabeleceu uma dada direção política na conjuntura (SANTOS, 2004, p. 93).

É importante lembrar que há alguns trabalhos escritos, inclusive na própria dissertação em foco, que apontam aquele momento como um estágio da organização do capitalismo, ao qual Lerner pertencia. Assim, SANTOS (2004) retrata

o sentimento de traição que alguns educadores sentiram com as políticas de Lerner: “De fato, a política de Lerner, quando eleito, ocorreu em outra direção, demonstrando um total descompromisso com a plataforma assumida com os educadores no momento de sua campanha eleitoral” (*Ibid.*, p. 15). Se houve um compromisso do Governo com alguns líderes, isso expressa que deveria ter havido algum acordo antes da eleição entre os representantes do candidato com representantes dos trabalhadores. Caso contrário, os educadores não poderiam sentir-se traídos.

A contradição vem nas seguintes afirmações:

Vale ressaltar que às exigências do capitalismo internacional Lerner não hesitou em mostrar tudo que aprendeu na escola da Ditadura utilizando abertamente da violência e da repressão social contra os movimentos sociais. Sua administração voltou-se para os interesses dos grandes grupos econômicos, empresariais e do latifúndio no Estado. A instalação de multinacionais, sob o pretexto do desenvolvimento industrial e geração de emprego; a privatização de companhias e bancos estatais, como por exemplo o BANESTADO, envolvendo o Governo com escândalos de corrupção e lavagem de dinheiro (*Id.*).

Não é possível entender a construção de uma contra-hegemonia sem compreender que o antagonismo está nas relações entre Capital e Trabalho! Pela mesma lógica, torna-se difícil perceber que a APP, em algum momento, tentou construir uma contra-hegemonia sem ter condições de identificar quem eram os verdadeiros representantes do capital. Basta olhar o *Caderno Pedagógico* apresentado após os anos 2000. Todos apontam na direção de apresentar aos governos as propostas para a educação.

A contra-hegemonia aqui apresentada seria um outro candidato que se apresentava próximo dos interesses da classe trabalhadora, mas era representante de outra fração da burguesia que representava o capital. Assim, situação política se apresentava diante de uma teoria do relativismo comparativo; ou seja, as discussões não passavam dos limites das possíveis concessões deste ou aquele candidato que se apresentava para gerenciar o Estado e a economia de mercado. Nessas condições sempre permanece em pauta as conquistas das migalhas para os trabalhadores diante da comparação do governador que foi mais sensível às reivindicações da categoria e nunca o debate sobre as necessidades imperativas da superação da estrutura capitalista, em vista ao fim das injustiças, desigualdade social e da emancipação do trabalho sobre o capital.

Na gestão de Mario Sérgio Romeu ocupou a pasta da Secretaria de Imprensa e Divulgação. Esta secretaria é responsável pela divulgação das atividades da entidade, pelas publicações do jornal *30 de Agosto*, pelas matérias a ser publicada na *Página da Educação* e pelas revistas e *Caderno Pedagógico*. Essa secretaria tornou-se uma pasta cobijada porque é através dela que se visualiza as atividades da APP-Sindicato. É nessa pasta que se elabora os documentos oficiais da entidade, dando uma transparência à concepção política e sindical.

Nos primeiros momentos do primeiro mandato da chapa liderada por Miranda havia um esforço para a categoria não perceber a ruptura entre o grupo da articulação, a qual estava vinculado Mario Sergio e o grupo dos independentes, somado por membros da DS.

A unificação entre APP-Sindicato e o SINTE foi uma das tarefas realizadas pela gestão 1996-1999. A defesa da unificação entre os dois sindicatos, também não apresentava uma concepção classista, na perspectiva histórica da emancipação do trabalho diante do capital. Era uma atividade que visava atender interesses comuns de cada segmentos diante do sistema escolar. A unificação era uma tarefa definida no VI Congresso Estadual da APP-Sindicato realizado em Foz do Iguaçu, em outubro de 1995. Nas deliberações que justificava a necessidade da unificação apresentava também a contradição da necessidade da organização por ramo de atividade, conforme orientação da CUT.

A unificação dos professores, supervisores e orientadores, via sua entidade, a APP-Sindicato, deve ocorrer dentro do seu próprio ramo de atividade: a educação pública. Nossa proposta é a unificação com os demais trabalhadores da escola, via o seu sindicato, ou seja, o SINTE-PR. Esta foi nossa resolução no V Congresso Estadual realizado em 1994.

Nesse Congresso se encaminhou a deliberação de unificação para o ano de 1997. Nos planos de lutas estavam contidos como tarefa a unificação a partir de uma direção provisória contida no Item d das resoluções “Coordenação Dirigentes Provisória – partir das eleições de 96 da APP-Sindicato”. Do ponto de vista do espaço da organização dos trabalhadores na mesma entidade pode-se considerar um avanço, mas há uma flagrante contradição quando se apresenta a proposta de fortalecimento da CUT e Escola Sul.

Um passo decisivo, que deve ser dado nos próximos anos pela APP-Sindicato é ampliarmos o plano de formação política, preparando quadros de formadores (as) e dirigentes dentro da concepção e prática sindical da CUT. Além disto, é fundamenta a participação da APP-Sindicato na implementação e fortalecimento da Escola Sul da CUT, Instrumento fundamental para a

formação da consciência crítica dos trabalhadores(as). (APP-SINDICATO, Out. 1995).

No ano 2000 parece que houve um ensaio para autocrítica, mas isso não foi adiante. Numa fala da professora Acácia Kuenzer, nesse congresso, quando o sindicato já estava unificado e filiado à Central a palestrante denuncia: “A utilização de verbas do FAT⁴⁷ pela CUT vem se constituindo em uma constante ameaça para a independência política de nossa Central” (*Ibid.*, p. 21). Apesar destas preocupações, nos Planos de Lutas desse congresso nada foi discutido em termos da concepção da Central. Acrescentava ainda que: “O uso destes recursos traz uma deformação grande: a CUT e os sindicatos cutistas substituem o estado naquilo que sua obrigação – dar a necessária formação profissional aos trabalhadores através da escola técnica” (*Id.*). Nesta concepção fica também chancelado a dicotomia da educação para os trabalhadores através da formação técnica em escolas criadas exclusivamente para formação da força de trabalho.

Diante das contradições apresentadas a aposta em eleições são evidências da falta de compromisso de classes. No segundo Congresso realizado em dezembro de 2004, no texto intitulado “Conjuntura Sindical” indica-se que, “a CUT, a maioria dos sindicatos, incluindo a APP-Sindicato, fez opção política de apoio à candidatura de Lula Presidente”. Em seguida faz-se uma meia culpa, acrescentando que: “Hoje se percebe uma significativa insatisfação na base social e política que elegeu o governo Lula em 2002 e que pressiona para que o programa da esperança seja cumprido”. O passo seguinte aparece a idéia da superação do sistema capitalista, mas como reivindicação e não como tarefa histórica do proletariado.

A tarefa das organizações sindicais da classe trabalhadora é intervir nessa disputa apresentando reivindicações de melhores condições de vida e trabalho, mobilizando em torno a elas, pressionando o poder público e as organizações patronais, tendo como tarefa principal a superação do modo de produção capitalista (*Ibid.*, p. 27).

Aqui expressa o maior equívoco da concepção histórica da classe trabalhadora. Acreditar num candidato a presidente que saiu do meio da classe trabalhadora traindo sua origem (no caso específico do candidato Luiz Inácio Lula da Silva) é um equívoco compreensível, mas pressionar a classe patronal para superar o modo de produção capitalista? Onde está o compromisso histórico do proletariado? Ou não existe mais pela concepção dos dirigentes da APP? Esse

⁴⁷Fundo de Amparo ao Trabalhador.

equivoco tem desdobramento. Foi isso que levou alguns dirigentes apostar numa outra fração da burguesia nacionalista nas eleições do ano de 2002 e parte deles buscar cargos na burocracia do Estado.

Será que nesse processo não se percebia as contradições existentes entre as frações da burguesia que disputavam o gerenciamento do Estado para melhor organizar o modo de produção capitalista? Seria Ingenuidade ou oportunismo? Qualquer uma dessas perspectivas é trágica para quem tenta trabalhar na perspectiva história das lutas de classes para a emancipação humana. Nessa perspectiva se apresentava o ano de 2002 a possibilidade da vingança dos trabalhadores da educação contra a pessoa do governo Jaime Lerner. Isso significava dizer que, ao invés da chamada luta ideológica para uma contra-hegemonia, novamente apostava-se noutra fração da burguesia: a burguesia nacionalista, que esbravejava contra a burguesia entreguista do capital nacional.

No editorial do jornal *30 de Agosto* de março 2004, há uma crítica ao governo passado por não apostar no diálogo com os dirigentes sindicais e esboçam elogios ao entendimento e diálogo com o governo atual.

O golpe dado ao projeto neoliberal no estado do Paraná nas últimas eleições foi fundamental para mais esta conquista. Combinando mobilização com negociação foi possível avançarmos no diálogo com o governo atual do Paraná. Tivemos momentos difíceis. Mas a disposição de diálogo foi uma constante entre as partes. A assembleia legislativa teve também um papel importante na tramitação do plano de carreira (JORNAL 30 DE AGOSTO, Mar. 2004, p. 2).

Ao apresentar a importância da assembleia legislativa, também se demonstra a intenção da indicação de um candidato da direção para uma cadeira no legislativo. Nesse ano havia eleições para a APP, mas havia também eleições para governador do Estado. Os dirigentes da APP-Sindicato a maioria deles estavam na DS, corrente interna do PT. Esses militantes levavam para o sindicato os interesses do partido. As chapas concorrentes, em 2002, eram encabeçadas, de um lado, por José Rodrigues Lemos (vencedor nesse ano e novamente em 2005) e de outro lado, por Maria Helena Sguarezi (concorrente nas duas últimas eleições). Na última eleição (2005) fez campanha aberta com os núcleos de educação vinculados à secretaria de Estado.

Parecia que cada chapa concorrente se apresentava como mais fiel ao governo do PMDB. A aliança formalizada pela DS com o PMDB no ano 2002 foi

praticamente uma demonstração que não havia interesse por parte na organização da categoria para manter a força política diante do aparato do Estado.

As duas chapas concorrentes, mas ambas buscava apoio dos partidos ligados ao poder. Neste momento um grupo estritamente ligado ao governo representando dois partidos políticos (PMDB e PC do B) tomou iniciativa de negociar os cargos para compor uma chapa para concorrer as eleições seguintes. As reivindicações desses partidos eram: dois membros do PC do B e três do PMDB. Foram cedidas apenas três vagas para as duas agremiações. Como o PC do B não aceitou, as três vagas ficaram para o PMDB. Moral da história: nesses três anos (2003, 2004 e 2005) os representantes do PMDB participaram da APP como prepostos do governo e da Secretaria da Educação (que eram do mesmo partido) até a última eleição do Sindicato, ocorrida em 2005.

Pelo calendário oficial da APP, no ano de 2006 realizar-se-ia um congresso da categoria. A organização de um congresso está sempre associada aos interesses do conjunto dos educadores e suas relações com a classe trabalhadora de forma geral. Mas a diretoria mudou a tática. Ao invés da realização do congresso convocou uma Conferência Estadual de Educação. A realização da conferência estava associada aos interesses das eleições para governador e Presidente da República. Para cancelar a idéia de um sindicato propositivo foi lançado um *Caderno Pedagógico* intitulado: “Proposta dos trabalhadores da educação para o próximo governo”.

Alguns elementos da proposta do caderno que orientou os debates não se diferem daquilo que já está garantido na Lei. O Ensino Médio, por exemplo, diz o texto: “Assegurar a expansão progressiva do Ensino Médio e Profissional gratuito sob responsabilidade do Estado, considerando a indissociabilidade ente acesso, permanência e qualidade para esse nível de ensino” (*Ibid.*, p. 52). A expansão progressiva já está garantida na LDB. A bandeira de luta da classe trabalhadora deve ser pela universalização e não apenas expansão progressiva, de acordo com os desejos da burguesia.

Quanto ao ensino profissional também interessa à burguesia que o Estado assuma a profissionalização da classe trabalhadora. Enquanto isso a formação plena multidimensional na perspectiva da emancipação humana não é assunto para ser discutida na APP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os aportes dados pelo materialismo histórico e dialético que concebe a contradição como categoria universal de explicação de tudo o que existe, da matéria ao pensamento, das relações sociais aos processos de desenvolvimento e apropriação do conhecimento, o desenvolvimento deste trabalho, ao analisar as formas de compreensão política sobre a organização sindical e do Estado, por parte das forças hegemônicas que se substituíram nas direções a APP no período estudado, leva também em conta que a direção da entidade dos trabalhadores da educação do Estado do Paraná sempre esteve igualmente atravessada pela mesma contradição. Ou seja, a APP-Sindicato é também uma unidade de contrários assim como os trabalhadores em educação o são. Nesse sentido a análise que apontou, nos conteúdos dos documentos, a visão da entidade não representa de modo algum, o entendimento de todos os professores, quando muito representa a visão de uma parcela majoritária dos grupos ou tendências políticas que estavam ocupando a direção da entidade.

Pelo fato da APP ser constituída por vinte e nove núcleos e cobrir regiões com diferentes experiências de lutas, a entidade expressa um nível de contradições abrangendo inclusive as diferenças regionais do Estado do Paraná. Cada um dos núcleos que compõe a APP-Sindicato é também unidades de contrários.

Apoiado nesse entendimento teórico e com base nos fatos concretos analisados pode-se inferir que durante o período coberto por esta pesquisa nem todos os núcleos da APP-Sindicato se orientavam de modo linear de acordo com as posições defendidas pelas direções estaduais da entidade. Os graus de resistências iam desde enfrentamentos abertos até formas mais veladas de expressões contra-hegemônicas. Embora esse não tenha sido objeto deste estudo, a realização da pesquisa contribui no sentido de apontá-lo como um dos possíveis temas de novas investigações teóricas: Investigar a relação entre a ideologia e a linha política da direção estadual da APP-Sindicato e a ideologia e a linha política dos núcleos da APP, verificando as formas de adesão ou resistência por parte dos trabalhadores do “chão da escola” sobre as mesmas.

Levando em consideração que este estudo tomou como fonte, publicações das gestões que ocuparam as diretorias da APP-Sindicato, e que no estudo fez referências aos nomes das pessoas que presidiram a entidade no período investigado, um dos assuntos importantes para ser estudado, tomando por base os mesmos fundamentos do materialismo histórico e dialético, seria averiguar quais as ações políticas, sociais e profissionais escolhidos pelos dirigentes da entidade sindical ao término de seus mandatos. Esse tema deveria ser pesquisado tomando por base a discussão de Marx sobre Feuerbach, quando ele afirma que “é na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o caráter terreno de seu pensamento. (...) O debate sobre a realidade ou a irrealidade de um pensamento isolado da prática é um problema puramente escolástico” (MARX, 1963, p. 208). Desse modo poder-se-ia esclarecer a natureza do conteúdo real das afirmações pronunciadas por essas “lideranças”: se de defesa dos interesses dos trabalhadores; se de conteúdo “puramente escolástico”; ou se de defesa de projetos carreiristas voltados para a obtenção de cargos subalternos nas estruturas do aparelho de Estado – “um lugarzinho” no Estado – como afirmou Lênin sobre os signatários dos partidos “socialistas oficiais”.

Do estudo sobre as correntes que disputaram a hegemonia no sindicalismo, tomando como referência a constituição histórica do movimento operário tanto no nível mundial como no caso brasileiro, foram estabelecidas as categorias que aportam as concepções sobre o movimento sindical e sobre o Estado por parte da APP-Sindicato. Evidenciou-se que, apesar da aparente posição radical anunciada em afirmações contidas nos documentos tais como “luta anti-capitalista”, “defesa da emancipação”, etc., a concepção política sindical defendida pela APP-Sindicato não ultrapassou os limites da luta econômica, reforçando na essência as posições mais atrasadas do sindicalismo, em lugar da defesa objetiva de uma concepção classista que pudesse apontar as contradições concretas que marcam o trabalho na educação, bem como a relação dessas contradições com a caracterização do tipo de capitalista monopolista que se desenvolveu sob o controle do imperialismo em nosso país.

As posições são claras. A concepção sindical defendida pelos dirigentes da entidade dos trabalhadores na educação pública do Estado do Paraná não vai além dos limites da defesa de um sindicalismo de Estado. Isso ficou muito bem

caracterizado na maneira como a entidade se prestou a realizar eventos como foi o caso de “conferências”, cujos “cadernos de debates⁴⁸” passaram a apresentar “pospostas dos trabalhadores da educação para o próximo governo”.

Não somente afirmações dessa natureza revelam o nível de organização instrumental das direções da APP-Sindicato ao sistema do tipo de capitalismo e do tipo de Estado que o gerencia em nosso país, como traduz de modo muito claro a concepção de educação defendida pelos dirigentes sindicais. Ou seja, a defesa de uma educação reprodutivista das relações sociais. As posições defendidas pela entidade quanto muito podem ser definidas, do ponto de vista filosófico-político, como educação da ordem, na medida em que se apresentam submetidas a um Estado que exprime as mais cruéis formas de opressão da classe que vive do próprio trabalho. Elas traduzem uma compreensão de Estado brasileiro não enquanto um instrumento de dominação classe, a serviço da grande burguesia, dos latifundiários e do imperialismo, mais um ente em “disputa”. No fundo confundem governo com Estado e se limitam a oferecer “candidatos” a “carguinhos” nos “governos democráticos”. Na essência defendem uma visão ingênua de um Estado “neutro”. Em nenhum momento os documentos da APP-Sindicato expressassem de modo claro qual é a concepção de Estado que a entidade defende, as direções apontam para a necessidade de disputar cargos dentro desse tipo de Estado. Sustentação dessa linha fica bem evidenciada nas consignas defendidas pela entidade de “fora” Secretária **a**, “fora” governo **b**, como se não fossem as estruturas de um tipo de Estado burguês latifundiário submetido á dominação imperialista, mas as pessoas que ocupam os cargos dentro dessas estruturas. Essa visão, desprovida de qualquer materialidade objetiva, busca infantilizar os trabalhadores da educação, reforçando o engodo de que é possível produzir transformações profundas na sociedade apenas substituindo as pessoas nos cargos do velho Estado brasileiro.

As classes e as lutas de classes, categorias teóricas fundamentais na análise de qualquer situação dos trabalhadores que têm como único ativo econômico a sua força de trabalho no capitalismo, são desconfiguradas pelo reformismo mais banal defendido pelas forças políticas mais anêmicas da social-democracia vinculada ao PT, que predominou no domínio da APP-Sindicato no período estudado.

⁴⁸ APP-SINDICATO (2006). Caderno de Debates da Conferência Extraordinária de Educação da APP-Sindicato 2006.

Trata-se da defesa de um tipo de sindicalismo oficial, formado como braço do Estado e em sua obediência, limitando-se a reivindicar “reconhecimento” e melhorias de salários.

Em que pese os limites da realização deste trabalho o estudo permitiu inferir no sentido de indicar novos objetos de estudos relacionados ao tema desta pesquisa, tais como:

- A relação política entre as direções dos núcleos sindicais, das regionais da entidade que, não por acaso estão distribuídas em conformidade com a mesma distribuição dos Núcleos Administrativos da Secretaria de Estado da Educação, com a direção da APP-Sindicato estadual, verificando o grau de autonomia ou de subordinação que há entre elas;
- A concepção teórica e os fundamentos que exprimem a compreensão da direção da entidade sobre a organização curricular na educação básica;
- A compreensão da direção da APP-Sindicato sobre os partidos políticos oficialmente registrados e sobre os movimentos sociais classistas que se organizam nas lutas dos trabalhadores do campo e da cidade;

Considerando que esta pesquisa teve como objeto de estudo a organização sindical dos trabalhadores da educação do Estado do Paraná, à luz da concepção sindical classista como parte do movimento operário que se desenvolve em nosso país, entende-se que os objetivos pretendidos pelo estudo foram atingidos.

Embora suscitando outros temas diante da história do movimento sindical brasileiro, do movimento operário e da própria organização interna dos trabalhadores em educação, amparado pelo materialismo histórico chegou-se a conclusão que, conforme as fontes analisadas na realização deste trabalho, não há definição clara por parte das forças que dirigem a APP-Sindicato que apontem para a emancipação da opressão do trabalho pelo capital, bem como a concepção de educação defendida pela entidade se limita a um *imbróglio* que mistura várias concepções que vão de categorias pragmáticas, empiristas, idealistas, materialistas mecanicistas, culturalistas, etc.

Embora havendo muitas lutas, greves e manifestações no período investigado, os documentos analisados explicitaram que durante o período em questão não houve empenho por parte das forças que formavam as diretorias da entidade para o avanço da consciência de classe do conjunto dos trabalhadores na

educação. As direções da APP-Sindicato se limitaram a encaminhar as reivindicações econômicas. Nesse ponto evidencia-se que não havia contradições entre os vários grupos que compuseram as direções da entidade no período estado. As acusações de que uma era mais de “esquerda” ou mais de “direita” não passam de formulações abstratas. No fundo todas são forças conservadoras.

Evidenciou-se ainda que não houve empenho das próprias diretorias na sua formação. O fato das diretorias estarem vinculadas a grupos e políticos que buscam dirigir a entidade segundo os seus interesses de poder no aparelho de Estado, as atividades da entidade sempre estiveram voltadas para o fortalecimento desses grupos, denominados “tendências”, ao qual pertenciam os referidos membros das diretorias. Assim, as energias eram direcionadas nas disputas entre essas “tendências”, sem a preocupação da luta de classes. Neste sentido, a compreensão do materialismo histórico e a dialética sempre foi uma concepção indigesta para todas as direções da APP. Esses fatos se evidenciam pela quantidade de lutas que os trabalhadores da educação participam, mas somente na perspectiva de conquistas de migalhas, sem debater no interior da categoria as relações de poder, das classes sociais e a estrutura do modo de produção capitalista.

Os conteúdos dos documentos analisados ilustram a deficiência do ponto de vista teórico como as diretorias se dirigiram ao conjunto dos trabalhadores na educação especificamente e à sociedade em geral, sobre as lutas reivindicatórias e políticas. Demonstram que a concepção que orienta as linhas políticas delineadas estaria limitada ao nível liberal, uma vez que se limitavam à busca do convencimento dos gerenciadores do Estado para ceder algumas conquistas que se traduz no plano das lutas econômicas da categoria. Por outro lado, os governos que atuam como representantes do capital usando-se das habilidades ideológicas se apresentam como porta-vozes dos interesses comuns das classes. Assim, a concepção liberal dos governos – grupos que se substituem no gerenciamento do Estado burguês – se equivalem à concepção liberal dos dirigentes sindicais. As direções sindicais estudadas nesta pesquisa, se manifestaram como deficiência ideológica ou por definição colaboracionista do capital, na lógica dos signatários da ideologia liberal burgueses na sua concepção de mundo. Embora a materialidade das suas condições sociais não confirme essa natureza, porque na realidade a produção da vida depende do trabalho e constantemente necessita de reivindicar melhores

salários para manter as condições sociais próximas dos valores da sociedade burguesa pelo fato do trabalhador da educação estar na mesma lógica do trabalho alienado.

Nessa correlação de forças no âmbito da direção da APP-Sindicato os trabalhadores da educação continuam sem contar com o seu sindicato capaz de atuar como “uma escola de novo tipo”, como asseverou Lênin, desvendando os mistérios das contradições de classes.

Assim, embora havendo um grande volume de lutas, a qual os trabalhadores da educação participam, não se evidenciou uma linha de ação que anunciasse para os trabalhadores a necessidade de lutar pela emancipação humana, na perspectiva da construção do poder popular. Verificou-se que nas disputas entre as correntes políticas pela direção da APP-Sindicato havia sempre uma dimensão de caráter individualista, fortalecendo o “líder da tendência” contra a outra e vice-versa, ou das “tendências” que representam os grupos social-democratas do PT na tentativa de desqualificar os trabalhadores de outras correntes ou independentes. As pequenas conquistas econômicas, embora sendo anunciadas como “fruto” das lutas conjuntas das categorias, sempre foram utilizadas em benefícios dos grupos específicos para destacar alguma personalidade como liderança; mas, sempre em vistas as disputas partidárias de acordo com a concepção liberal dos interesses individuais e, principalmente, de cunho eleitoreiro.

A julgar pelos conteúdos dos documentos estudados na elaboração dessa Dissertação, pode-se afirmar que a APP-Sindicato não só não contribuiu para uma formação política dos trabalhadores da educação contra a exploração do capital, como o Sindicato se tornou num grande instrumento que foi aparelhado por algumas “correntes” e algumas personalidades para servir a seus objetivos políticos eleitoreiros, carreiras políticas e aquisição de prestígios e cargos no aparelho de Estado.

Nos objetivos iniciais deste estudo tinha-se a intenção de investigar a concepção teórica que orientaram a fundamentação das lutas imediatas: as reivindicações específicas de caráter puramente econômicas, as lutas pelas melhorias das condições de trabalho e a concepção de educação defendida pelos educadores sindicalizados. A fonte da pesquisa seria análise dos materiais produzidos pela APP-Sindicato em comparação com os fundamentos teórico do

materialismo histórico produzidos pelo marxismo-leninismo, sobretudo das experiências de Lênin sobre os movimentos revolucionários.

De certa forma pode-se considerar que os dois primeiros objetivos foram atingidos nesta pesquisa. Os conteúdos relacionados às lutas da APP-Sindicato foram extraídos principalmente da *Página da Educação*, no jornal *30 de Agosto* e no *Caderno Pedagógico*. A *Página da Educação*, que é a publicação mais antiga e permanece até os dias da realização deste trabalho, presta especialmente para levar informações sobre as atividades da entidade. O jornal *30 de Agosto* foi oficializado em 1989 como uma publicação de caráter mais político. O *Caderno Pedagógico* é mais detalhado para análise dos fundamentos da sociedade e os conteúdos específicos da educação.

Desse modo, cada fonte de divulgação tem sua especificidade, mas é especialmente no *Caderno Pedagógico*, que aparece ilustrada a concepção liberal burguesa de sociedade, Estado e educação. Embora havendo alguns textos isolados que defende uma concepção de educação para a emancipação humana. As poucas passagens que aparecem seguindo essa linha, como foi ressaltado no trabalho, não passa de segmentos isolados que não têm força política no interior da entidade.

Essa especificidade de cada fonte de comunicação só foi desvendada no final desta pesquisa. Por essa razão ficaram algumas lacunas no plano expositivo e da análise dos conteúdos dos documentos, não oferecendo um melhor esclarecimento sobre a relação entre a prática política associada à concepção da educação.

Dentre os materiais analisados, não foi possível aprofundar sobre a concepção de educação dada a complexidade do assunto. Embora não se tenham analisado a fundo os referidos conteúdos, foi possível constatar a presença de muitas contradições, ora em defesa de uma educação emancipatória, ora em defesa da educação liberal e profissional para o mercado de trabalho. Assim entende-se que este último assunto deve se tornar objeto de pesquisa para um aprofundamento em possível projeto para doutoramento.

Quanto aos primeiros objetivos analisados encontraram-se insuficiências para sair das reivindicações puramente econômicas e avançar na perspectiva histórica de acumulação de força política do proletariado, de acordo com os princípios do materialismo histórico para emancipação humana. Os primeiros quarenta anos de existência da APP foram limitados e condicionados pela força da legislação.

Embora constituída em Sindicato após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a condição de sindicato atrelado ao Estado, associada à postura política das direções da APP-Sindicato, não permitiu avançar para além das lutas econômicas e corporativas, negando, na essência, a constituição de um compromisso com o conjunto da classe trabalhadora. O que houve durante o período da organização foram lutas de caráter pequeno-burguês, para uma ascensão social específica da categoria, sempre questionando os governos, mas sem a preocupação de uma ação conjunta para elevar o grau da consciência de classe dos trabalhadores da educação, elevando a sua compreensão para o questionamento do sistema de poder burguês representado pelo Estado.

Não se pode negar a existência das lutas que muitas vezes se tornaram tenazes contra os grupos que gerenciavam o aparelho do Estado, mas tudo ficou limitado à esperança de um dia os trabalhadores eleger alguém que atendesse os interesses particulares da categoria. As correntes políticas, sobretudo formadas por grupos de professores defensores de interesses do PT, sem compromisso de classe com os trabalhadores, se limitaram a reproduzir a ideologia burguesa em apostar no parlamento ou apresentar “propostas para o próximo governador” que concorriam às eleições.

Nos primeiros momentos da organização sindical, dos trabalhadores da educação, as disputas estavam polarizadas entre grupos que defendiam os interesses do PMDB e do PT. Após a vitória da chapa “OPA” em 1993, com hegemonia dos membros do PT, as disputas polarizou-se entre os grupos políticos, denominados “correntes internas” desse partido.

No ano de 1996, momento da eleição da diretoria geral e dos núcleos sindicais confirmou-se a cisão entre essas correntes. No ano de 1999 houve duas chapas concorrendo à eleição para a diretoria geral e dos núcleos, como decorrência da disputa anterior onde teria “rachada” a unidade do PT no comando da entidade.

Esse fato, num primeiro momento era apenas cisão interna da direção do Sindicato, mas com as disputas em assembléia a divisão se exteriorizou estendendo para todo o Estado. Com essa cisão priorizavam-se as disputas pela hegemonia das correntes e definitivamente abandonaram-se concepções de classe, que teria como princípio a luta histórica pela emancipação do trabalho contra o capital. Toda a energia foi concentrada em prol das disputas pela direção da entidade. O que estava

em pauta era manter o controle da entidade sindical pela hegemonia política da corrente que ganhasse nas disputas das eleições sindicais. Nesse contexto formou-se o grupo que passou assumir o controle da *quarta* e da *quinta* gestões estudadas nesta pesquisa.

Não somente os conteúdos dos documentos comprovam o caráter confuso que orientou a definição política e ideológica dos grupos que exerceram a direção da entidade, como também a prática dos dirigentes que saíram da APP para disputar e ocupar cargos na burocracia do Estado, confirmam o quanto o Sindicato foi utilizado para fins carreiristas e eleitoreiros. Contudo, é importante observar que há vários dirigentes da APP que ainda não ocuparam cargos, limitando-se à condição de “apoiadores”.

Como foi analisado neste trabalho, há quatro atividades de massa promovidas pela APP-Sindicato: assembleia, congresso, conferências e seminários. As assembleias têm caráter deliberativo. É o espaço das tomadas das decisões que orienta a direção e os próprios trabalhadores da educação sobre a forma de agir no conjunto da categoria. Os congressos são organizados para apontar orientação política para direção durante certo período; as conferências têm caráter mais pedagógico, para discutir as concepções e as políticas educacionais; os seminários são realizados de acordo com temas específicos para subsidiar os trabalhadores na educação sobre assuntos que ainda não são de domínio público.

Embora se configure um amplo leque de atividades realizadas pelo Sindicato, verificou-se que os conteúdos dos documentos elaborados ou encomendados pelas direções não se voltaram para aprofundar no sentido de uma defesa da necessidade de organização dos trabalhadores, numa perspectiva crítica tendo em vista a ruptura com o modo de produção capitalista. Toda a crítica apresentada nos documentos é direcionada aos governos e raramente à estrutura do sistema capitalista. Deduz-se, assim, que as críticas sempre estão na perspectiva comparativas sob a perspectiva do melhor gerenciamento do capital.

Em lugar de uma radicalidade teórica que aprofundasse a crítica ao regime regido pela lógica da mercadoria e, portanto, pelo fetichismo da mercadoria, os ideólogos da APP-Sindicato se limitaram em arranhar os fenômenos sem adentrar à essência das contradições geradas pelo capitalismo.

A alienação humana que a educação têm o dever de desvendar permanece, desse modo, intocável pelos teóricos da APP-Sindicato que preferem a segurança da disputa eleitoral sob a lógica da mercadorização do trabalho, inclusive do trabalho na educação, da cultura e da própria vida.

Resta aos trabalhadores da educação pública do Estado do Paraná desenvolverem as suas lutas contra as diferentes formas de mito na direção do seu Sindicato e defender a centralidade no trabalho como princípio educativo, concebendo o trabalho na sua dimensão ontológica do ser social, e conceber as lutas dos trabalhadores da educação como parte da constituição do movimento operário ontológico na sua luta histórica pela libertação de exploração do trabalho pelo capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Campinas, SP: Editora Boitempo, 2000.

APP-SINDICATO dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Paraná. **A APP-Sindicato**. Disponível em <<http://www.aenoticias.pr.gov.br>>. Acesso em 16 mai. 2007.

APP-SINDICATO dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Paraná. **Caderno de Resoluções do I Congresso Estadual Unificado da APP-Sindicato**. Curitiba, 2000.

APP-SINDICATO dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Paraná. Caderno de Debates. **Caderno Pedagógico Nº 03**. Curitiba, jun. 2002.

APP-SINDICATO dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Paraná. A APP-Sindicato. Página da Educação. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 01 fev. 1989.

_____. _____. Curitiba, 05 de fev. 1989A.

_____. _____. Curitiba, 05 de mar. 1989B.

_____. _____. Curitiba, 22 de mar. 1989C.

_____. _____. Curitiba, 26 de mar. 1989D.

_____. _____. Curitiba, 14 de mai. 1989E.

_____. _____. Curitiba, 05 de dez. 1989F.

_____. _____. Curitiba, 14 de jan. 1990.

_____. _____. Curitiba, 28 de jan. 1990A.

_____. _____. Curitiba, 01 de abril. 1990B.

_____. _____. Curitiba, 11 de abril. 1990C.

_____. _____. Curitiba, 01 de mar. 1990D.

_____. _____. Curitiba, 21 de mar. 1990E.

_____. _____. Curitiba, 01 de jul. 1990F.

_____. _____. Curitiba, 25 de jul. 1990G.

_____. _____. Curitiba, 27 de jul. 1990H.

_____. _____. Curitiba, 12 de ago. 1990I.

_____. _____. Curitiba, 28 de out. 1990J.

_____. _____. Curitiba 05 de jan. 1992.

_____. _____. Curitiba, 06 de fev. 1992A.

_____. _____. Curitiba, 09 de fev. 1992B.

_____. _____. Curitiba, 01 de mar. 1992C.

_____. _____. Curitiba, 22 de mar. 1992D.

_____. _____. Curitiba, 29 de mar. 1992E.

_____. _____. Curitiba, 12 de abr. 1992F.

_____. _____. Curitiba, 03 de mai. 1992G.

_____. _____. Curitiba, 11 de nov. 1992H.

_____. _____. Curitiba, 06 de dez. 1992I.

_____. _____. Curitiba, 27 de fev. 1994.

_____. _____. Curitiba, 10 de ago. 1994A.

APP-SINDICATO dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Paraná. **Propostas dos trabalhadores da educação para o próximo governo.** A escola pública que queremos. Curitiba, 1995.

_____. _____. Curitiba, 2006.

APP-SINDICATO dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Paraná. A APP-Sindicato. **Resoluções do VI Congresso Estadual da APP-Sindicato.** Foz do Iguaçu, Paraná, 26 a 29 out. 1995.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** Seleção de textos, José Américo Pessanha. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República:** de 1930 a 1960. Vol. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** Perspectiva: São Paulo, 1995.

GURVITCH, Georges. Definição do conceito de classes sociais. In: VELHO, Otávio Guilherme e outros (orgs). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

HOBSBAWM, Eric. **As origens da revolução industrial**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1979.

_____. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

JORNAL 30 DE AGOSTO. APP-SINDICATO dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Paraná. Ano IV. Fev. 1994.

_____. _____. Ano IV. Mai. 1994.

_____. _____. Ano IV. Jun. 1994.

_____. _____. Ano IV. Ago. 1994.

_____. _____. Ano IX. Ago. 1999.

_____. _____. Ano XI. Fev. 2001.

_____. _____. Ano XIV. Mar. 2004.

_____. _____. Ano XIV. Mai. 2004.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro**. (1857/1967). São Paulo: Editora Alfa-Ômega Ltda, 1982.

KUENZER, Acácia. (org). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

LÊNIN, V. I. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda, 1979.

_____. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1982.

_____. **Que fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

_____. **Esquerdismo: doença infantil do comunismo**. Coleção Bases. São Paulo: Editora Global, 1989.

LOPES, Carmem L. E. **O que todo cidadão precisa saber sobre sindicatos no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1986.

LOSOVSKY, D. **Marx e os sindicatos: o marxismo revolucionário e o movimento sindical**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989.

LUKÁCS, Georg. A consciência de classe. In: VELHO, Otávio Guilherme e outros (orgs). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. **História e consciência de classe** - estudo de dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora ELFOS; Portugal: Publicação Escorpião, 1989.

MANFREDI, Sílvia M. **Educação sindical**. Entre o conformismo e a crítica. São Paulo: Editora Loyola, 1986.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70 Lda, 1993.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MIGUEL, Maria Elisabeth B. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

MORAIS, Fernando. **Olga**: a vida de Olga Benário Prestes. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1987.

PINHEIRO, Paulo S. **Política e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SANTOS, Theotônio. **Conceitos de classes sociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOROKIN, Pitirim A. O que é uma classe social? In: VELHO, Otávio Guilherme e outros (orgs). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classes. In: VELHO, Otávio Guilherme e outros (orgs). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

TUMOLO, Paulo S. **Da contestação à conformação**. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.